

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

CARLOS LAERCIO WRASSE

**TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE NO
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL**

TESE DE DOUTORADO

MARECHAL CANDIDO RONDON

2022

CARLOS LAERCIO WRASSE

**TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE NO
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável

Linha de pesquisa: Inovações Sócio Tecnológicas e Ação Extensionista

Orientador: Prof. Dr. Adilson Francelino Alves

Coorientador: Prof. Dr. Dirceu Basso

MARECHAL CANDIDO RONDON

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.]

Wrasse, Carlos Laércio

Transformação e adaptação do conceito de solidariedade no Cooperativismo de Crédito Rural / Carlos Laércio Wrasse; orientador Adilson Francelino Alves; coorientador Dirceu Basso. -- Marechal Cândido Rondon, 2022.

124 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2022.

1. Solidariedade. 2. Cooperativas de crédito. 3. Método documentário. 4. Cresol. I. Alves, Adilson Francelino, orient. II. Basso, Dirceu, coorient. III. Título.

Campus de Marechal Cândido
Rondon Centro de Ciências
Agrárias – CCA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

CARLOS LAÉRCIO WRASSE

TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Ordem de Serviço nº005/2022 – GRE, artigo 7º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOCTOR** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADO** pela seguinte banca examinadora:

Adilson Francelino Alves - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marcelo Roger Meneghetti - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Luciana Oliveira de Fariña - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Solange Fachin - Membro
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Sérgio Adelar Brun - Membro
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Marechal Cândido Rondon, PR, 24 de fevereiro de 2022.



Wilson João Zonin Coordenador Especial do PPGDRS

Portaria nº 4178/2020 – GRE

Dedico este trabalho:

A Deus, que me apoiou e deu forças durante a caminhada para conclusão deste trabalho.

A Leonice, esposa, amiga, companheira e maior incentivadora. Meus Filhos Felipe Augusto e Eduarda Caroline, cujo apoio e incentivo contribuíram para a realização deste.

A meu pai, pelo carinho sempre presente. E de forma especial a minha querida mãe Jaci Lúcia Poll Wrasse (in memoriam) que soube despertar nos filhos o desejo de vencer.

A meus irmãos Paulo e Jonei que, mesmo distantes, sempre me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo amparo nos momentos de apreensão e angústia.

Agradeço especialmente ao meu Professor Orientador Adilson Francelino Alves, por sua dedicação e orientação que proporcionaram segurança e aprendizado para a conclusão deste trabalho de tese. Foi uma honra tê-lo como orientador.

Agradeço ao Professor Coorientador Dirceu Basso pelas contribuições e participação na construção deste trabalho.

Agradeço aos professores Dr. Marcelo Roger Meneghetti, Dr. Sérgio Adelar Brun, Dra. Solange Fachin, Dra. Luciana Oliveira de Fariña por fazer parte da banca avaliadora desta tese.

Agradeço ao coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGDRS, Professor Wilson João Zonin pelos ensinamentos e por saber despertar nos alunos o interesse na busca por um mundo melhor.

Agradeço a minha esposa Leonice e meus filhos Felipe e Eduarda, pela compreensão, incentivo, carinho e cuidado durante este longo período de trabalho, em especial nos momentos de ausência.

Agradeço aos colegas da UTFPR por compartilharem experiências, conhecimento e amizade. Em especial aos ao colega Neron Alípio Cortes Berghauser.

Agradeço aos professores e colegas do PPGDRS pelas contribuições e aprendizado.

Agradeço a todas as pessoas que, mesmo neste período conturbado de pandemia, aceitaram participar da entrevista para conclusão da pesquisa.

A todos, muito obrigado

BIOGRAFIA DO AUTOR

Carlos Laércio Wrasse nasceu no dia 24 de agosto de 1971 na cidade de Medianeira, Oeste do Paraná. É filho de Arnildo Wrasse e Jaci Lucia Poll Wrasse, agricultores que saíram do estado do Rio Grande do Sul em busca de melhores condições de vida na cidade de Medianeira – Paraná, no ano de 1969.

Estudou o ensino básico na Escola Municipal Padre José Anchieta e o ensino fundamental no Colégio Pedro Américo, no distrito de Jardinópolis, hoje município de Serranópolis do Iguaçu. cursou o ensino médio no Colégio João Manoel Mondrone, na cidade de Medianeira.

No ano de 1996 foi aprovado para cursar Administração na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu, onde concluiu o curso no ano de 2000.

Em 2001 concluiu curso de especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Em 2003 concluiu curso de especialização em Gestão Empresarial na União Educacional de Cascavel (UNIVEL).

Ainda em 2002 foi aprovado para cursar Mestrado em Administração, Gestão Moderna de Negócios pela Universidade Regional de Blumenau, onde concluiu o curso no ano de 2004.

Iniciou suas atividades docentes no ano de 2003, no Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu (CESUFOZ). Professor substituto da Unioeste, campus de Foz do Iguaçu, no período de 2003 a 2005. Neste mesmo ano iniciou suas atividades docentes na Faculdade Educacional de Medianeira (FACEMED) onde, além da docência, coordenou os Trabalhos de Conclusão de Curso e foi coordenador do Curso de Administração, onde permaneceu até o ano de 2012.

No ano 2008 ingressou como docente na União Dinâmica de Faculdades Cataratas (UDC) em Foz do Iguaçu e, no ano de 2010 assumiu a coordenação do curso de Administração na Faculdade Iguaçu, na cidade de Capanema.

Em 2012 foi aprovado em concurso público como docente do magistério superior na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Medianeira, Paraná, onde permanece até hoje.

LISTA DE SIGLAS

- ACI – Aliança Cooperativa Internacional
- ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
- APUCARANA – Companhia Imobiliária Apucarana Ltda
- ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientações e Assistência Rural
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CANGO – Colonizadora Agrícola Nacional General Osório
- CAPA – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
- CITLA – Colonizadora Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COCECRER – Cooperativa Central de Crédito
- COFESOL – Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária
- COMERCIAL – Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRESOL – Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DISOP – Desenvolvimento Integral do Sudoeste do Paraná
- GETSOP – Grupo de executivos para as terras do Sudoeste do Paraná
- GRI – Global Reporting Initiative
- INFOCOS – Instituto de formação do Cooperativismo Solidário
- MISEREOR – Obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a Cooperação ao desenvolvimento
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
- SEPS – Superintendência de Economia Social e Solidária
- WOCCU – World Council of Credit Unions

LISTA DE FIGURAS

Figura 3: Região sudoeste do Paraná em 1951	32
Figura 4: região sudoeste do Paraná em 2021	33
Figura 5: Estados de atuação da Cresol em 2021	44
Figura 6: Ações de solidariedade e seus autores.....	95
Figura 7: Ações de solidariedade apontadas pelos entrevistados.....	97
Figura 8: ações de solidariedade pesquisadas x Princípios do cooperativismo propostos pela ACI (1995).....	98
Figura 9: ações de solidariedade pesquisadas x ações de solidariedade de Beland (2013).....	100
Figura 10: ações de solidariedade pesquisadas x caminhos da economia de solidariedade de Migliaro (2018).	102
Figura 11: novas ações de solidariedade encontradas a partir da pesquisa	104
Figura 12: Ações de solidariedade do cooperativismo de crédito solidário	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 3: Princípios e valores cooperativistas propostos pela ACI (1995).....	48
Quadro 4: Indicadores de solidariedade para Beland (2013)	49
Quadro 5: Caminhos da economia de solidariedade Migliaro (2018).....	51
Quadro 6: Análise comparativa das ações de solidariedade propostas pela ACI (1995), Beland (2013) e Migliaro (2018).....	53
Quadro 7: Resumo do processo metodológico da pesquisa	66
Quadro 8: Ações de solidariedade no cooperativismo de crédito solidário e suas definições	93

Wrasse, Carlos Laércio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Fevereiro de 2022; **Transformação e adaptação do conceito de solidariedade no Cooperativismo de crédito rural**. Adilson Francelino Alves, Orientador; Dirceu Basso, Coorientador.

RESUMO

O surgimento das cooperativas tem suas raízes na solidariedade. Estudos reforçam a importância desta para o cooperativismo de crédito rural solidário. Este trabalho de tese identificou as ações que representam a solidariedade no contexto do cooperativismo de crédito rural solidário, bem como o conceito de solidariedade neste contexto. A base teórica utilizou os princípios do cooperativismo propostos pela Aliança Cooperativa Internacional (1995), as ações da economia solidária de Beland (2013) e os caminhos da economia de solidariedade de Migliaro (2018). Os dados foram coletados a partir de entrevista estruturada, realizada com os diretores da cooperativa e com pessoas indicadas por estes, num total de sete entrevistados. O tratamento dos dados deu-se com a utilização do método documentário desenvolvido por Bohnsack a partir dos trabalhos de Mannheim, 1922, que busca, a partir da análise qualitativa, extrair as informações necessárias para a conclusão do estudo. Após a descrição das entrevistas os dados são classificados utilizando o método de análise e interpretação proposto neste estudo. A análise é realizada em três níveis: imanente, expressivo e documentário. Os resultados apontaram um total de onze ações de solidariedade, sendo estas: acesso a crédito, apoio as estruturas de base, educação financeira familiar, estímulo a criação de emprego, estímulo a poupança, estímulo ao desenvolvimento local, inclusão social, intercooperação, sentido de pertencimento e relacionamento com a comunidade. O estudo identificou três ações que não estão contidas nos estudos anteriores. O conceito de solidariedade encontrado retrata as lutas dos agricultores na busca por melhores condições de vida, sendo a solidariedade conceituada como a interação das pessoas na busca de um objetivo comum. Salienta-se que este objetivo comum, inicialmente, representava o interesse pelo acesso a uma instituição financeira para conseguir crédito a juros baixos, para melhorar as condições de vida das famílias.

Palavras-chave: Solidariedade. Cooperativas de crédito. Cresol. Método documentário. Agricultura familiar.

Wrasse, Carlos Laércio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Fevereiro de 2022; **Transformação e adaptação do conceito de solidariedade no Cooperativismo de crédito rural**. Adilson Francelino Alves, Orientador; Dirceu Basso, Coorientador.

ABSTRACT

The emergence of cooperatives has its roots in solidarity. Studies support its importance for solidarity rural credit cooperatives. This work identified the actions that constitute solidarity in the context of solidarity rural credit cooperatives, as well as the concept of solidarity in this context. The principles of cooperativism proposed by the International Cooperative Alliance (1995), the actions of solidarity economy by Beland (2013) and the ways of solidarity economy by Migliaro (2018) served as a theoretical basis. The data were collected through a structured interview with the directors of the cooperative and the people they indicated, a total of seven people were interviewed. The data were processed using the documentary method developed by Bohnsack from the works of Mannheim (1922), which aims to extract from the qualitative analysis the necessary information for the conclusion of the study. After describing the interviews, the data are classified using the method of analysis and interpretation proposed in this study. The analysis is conducted at three levels: immanent, expressive and documentary. The results show a total of eleven solidarity actions, namely: access to credit, support to basic structures, family financial formation, incentive to create jobs, incentive to save, incentive to local development, social inclusion, intercooperation, sense of belonging and relationship with the community. The study identified three measures not included in previous studies. The concept of solidarity found portrays the struggles of farmers in search of better living conditions, with solidarity conceptualized as people working together in pursuit of a common goal. It should be noted that this common goal initially represented the interest in accessing a financial institution in order to obtain a low-interest loan to improve the families' living conditions.

Keywords: Solidarity. Credit cooperatives. Cresol. Documentary method. Family farming.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	PROBLEMA.....	20
1.2	OBJETIVOS.....	21
1.2.1	Objetivo geral.....	21
1.2.2	Objetivos específicos.....	21
1.3	JUSTIFICATIVA.....	22
1.4	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	23
2	COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	25
2.1	SURGIMENTO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL.....	32
2.1.1	Surgimento da região Sudoeste do Estado do Paraná.....	32
2.1.2	Contexto histórico da ASSESOAR e a criação do Fundo de Crédito Rotativo.....	36
2.1.3	Ciclo evolutivo da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária - Cresol.....	40
3	CONTEXTO HISTÓRICO DA SOLIDARIEDADE.....	45
3.1	PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS – ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI).....	47
3.2	AÇÕES DE SOLIDARIEDADE PARA BELAND (2013).....	49
3.3	CAMINHOS DA ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE PARA MIGLIARO (2018).....	50
3.4	ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELA ACI (1995), BÉLAND (2013) E MIGLIARO (2018).....	52
3.5	SOLIDARIEDADE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	54
4	MÉTODO.....	57
4.1	O MÉTODO DOCUMENTÁRIO COMO REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DA SOLIDARIEDADE NA COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL.....	57
4.1.1	Procedimentos para aplicação e análise do método documentário.....	59
4.2	APLICAÇÃO DA PESQUISA.....	62
4.3	PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	64
4.4	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	65

4.5	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	66
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA	68
5.1	ESPÍRITO DO TEMPO E A CRIAÇÃO DO SISTEMA CRESOL	68
5.2	FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO E A INTERAÇÃO SOLIDÁRIA	73
5.2.1	Acesso ao crédito.....	79
5.2.2	Apoio as estruturas de base.....	82
5.2.3	Educação financeira familiar	83
5.2.4	Estímulo à agricultura familiar	84
5.2.5	Estímulo à criação de emprego.....	85
5.2.6	Estímulo à poupança.....	86
5.2.7	Estímulo ao desenvolvimento local	87
5.2.8	Inclusão social.....	88
5.2.9	Intercooperação.....	89
5.2.10	Sentido de pertencimento.....	91
5.2.11	Relacionamento e cuidado com a comunidade.....	92
5.3	ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE	94
5.3.1	Análise comparativa: ações de solidariedade Cresol x Princípios do cooperativismo ACI	98
5.3.2	Ações de solidariedade Cresol x ações de solidariedade de Beland (2013) 100	
5.3.3	Ações de solidariedade Cresol x caminho da economia de solidariedade de Migliaro (2018).....	101
5.3.4	Comparativo entre as ações de solidariedade estudados e aqueles apontados pela literatura.	104
5.4	SOLIDARIEDADE E INTERAÇÃO SOLIDÁRIA.....	105
6	CONCLUSÃO.....	108
6.1	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	110
	REFERENCIAS.....	111

1 INTRODUÇÃO

O conceito de “solidariedade” é um produto da modernidade (GREINER, 2017; BAYERTZ, 2019). Suas raízes históricas remontam o direito romano, segundo o qual cada membro da comunidade tinha que pagar a totalidade das dívidas existentes e, da mesma forma, a comunidade pagava pelas dívidas de cada indivíduo membro. De acordo com Zoll (2007, p. 20), “originalmente o termo significava devedores solidários”. Foi no final do século XVIII que esse conceito jurídico foi generalizado para além do direito das obrigações e incorporado ao contexto político, social e moral.

A existência de uma obrigação moral mútua entre as pessoas e a comunidade foi cada vez mais referida como ‘solidariedade’. Enquanto nos tempos pré-modernos, sob a direito das obrigações, o termo designava uma forma específica de responsabilidade, era cada vez mais aplicado em contextos políticos, sociais e morais a partir do final do século XVIII. Aqui, o termo é de origem francesa, embora os primeiros usos do adjetivo ‘*solidaire*’ na época da Revolução Francesa não tivessem conotações éticas ou morais, mas tinham principalmente significado jurídico-político (GREINER, 2017).

De acordo com Bayertz (2019), estudos mais recentes fazem distinção entre *solidarité* e o termo *fraternité*, ao mesmo tempo em que destacam que somente ao longo do século XIX o termo sofreu uma mudança de significado. Em função da situação política e social cada vez mais tensa do século XIX, o termo foi usado internacionalmente em várias áreas diferentes, por exemplo, no ensino social católico, no movimento trabalhista e no movimento europeu. O termo não só tinha uma qualidade evocativa, como também servia como resposta à questão do que constitui os laços de ligação das comunidades.

A solidariedade, no sentido de uma cooperação não instrumental, significa que “as pessoas assumem a responsabilidade pela proteção dos outros pelo desejo de ajudar os necessitados, mesmo às suas próprias custas, apesar de esse desejo nem sempre ter origem apenas em motivos altruístas” (BAYERTZ, 2019, p. 13). O conceito descreve, portanto, um mecanismo central de integração social. No contexto político, a partir do início do século XIX, o conceito de solidariedade surgiu ao lado do conceito de ‘fraternidade’, que ganhou destaque após a Revolução Francesa.

O discurso sobre a solidariedade e as práticas que a acompanham servem como um indicador de como as sociedades são capazes de se constituir e se legitimar em nível social, político e cultural (GRAYNER, 2017). Tanto a ideia quanto as práticas de solidariedade se expandiram cada vez mais ao longo do século XX e não estavam mais vinculadas às fronteiras regionais e nacionais (ZOLL, 2007). O que passa a ser fundamental na solidariedade é o reconhecimento mútuo.

Embora as pessoas possam ter laços comuns, Grayner (2017) afirma que isso não é um pré-requisito, visto que as práticas de solidariedade podem levar à formação de tais vínculos. A solidariedade na ajuda às vítimas de desastres pode ser um exemplo. França Filho e Eynaud (2020, p. 13), afirmam que “o desenvolvimento da solidariedade entre os humanos é uma resposta perene contra as desigualdades que os divide”.

Zoll (2007) destaca a importância da solidariedade ultrapassar os limites grupais. O autor descreve que, enquanto alguns enfatizam a igualdade entre as pessoas, outros alertam para as diferenças. Neste sentido, a solidariedade refere-se ao compromisso mútuo em uma comunidade e descreve uma situação social em que as relações entre os indivíduos e a comunidade são caracterizadas igualmente pela independência e responsabilidade dos indivíduos e pelas reivindicações e responsabilidades da comunidade.

A solidariedade desempenhou um papel importante nos movimentos sociais do século XIX e XX (BAYERTZ, 2019). Como exemplo pode-se citar o surgimento do cooperativismo de crédito. Ressalta-se ainda a importância da solidariedade para o surgimento da Cresol.

A primeira cooperativa nasceu em Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1843, como reação aos efeitos negativos do desenvolvimento acelerado de uma economia liberalizada. Na ocasião, 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo. Beland (2013) destaca uma série de práticas daquilo que chama de ‘ética do bem comum’ dentro do cooperativismo como igualdade dos direitos, compromisso dos membros para o êxito de um projeto comum, distribuição justa de riquezas, educação continuada dos membros, intercooperação e a responsabilidade de assegurar a proteção e perenidade dos valores e práticas cooperativistas.

De acordo com Beland (2013, p. 23) “ainda hoje as cooperativas nascem sob este mesmo impulso. O autor salienta que o cooperativismo é um projeto de sociedade guiados por valores de igualdade, solidariedade e democracia”.

No entendimento de Beland (2013), Pavlovskaya et al (2019), Tenório Filho (2002), Kreusch (2009) e Migliaro (2018), a solidariedade constitui um dos principais fatores para a criação de uma cooperativa solidária. As experiências vivenciadas na pobreza, a carência do cotidiano e as tentativas de assegurar a subsistência levam muitos a buscar e compartilhar o pouco que possuem e a formar grupos e comunidades de ajuda mútua. Estes grupos buscam fazer as coisas 'do seu jeito', a partir de seus valores, com seus modos de pensar, agir, sentir e se relacionar.

Essas pessoas ou famílias, ao não disporem de recursos econômicos para realizar suas atividades, necessitam de outras pessoas ou grupos que enfrentam problema semelhante para complementar a força de trabalho, meios materiais, financeiros, conhecimento técnico, método de gestão e demais fatores necessários e indispensáveis para criar uma unidade econômica que lhes permita uma operação viável. Migliaro (2018) salienta que é comum encontrarmos exemplos de solidariedade em setores populares.

Vale ressaltar alguns pontos acerca da solidariedade, apresentados por Greiner (2017):

(a) a conexão mútua entre os membros do grupo não é simplesmente dada objetivamente, mas é percebida pelos indivíduos e considerada subjetivamente significativa; identificam-se com o grupo e estão emocionalmente ligados uns aos outros. Nesse sentido, não é um mero grupo, mas uma comunidade;

(b) Esse caráter comunitário inclui a expectativa de ajuda mútua quando necessário, bem como a real vontade de fazê-lo, embora os indivíduos geralmente forneçam essa ajuda com um grau de comprometimento, ela não precisa ser totalmente motivada de forma altruísta; pode ser entendido como uma contribuição para um objetivo comum e vinculado à expectativa de ser apoiado, quando necessário;

(c) Assume-se a legitimidade da respectiva comunidade e dos seus fins; a ajuda é fornecida sabendo que protege ou reforça interesses importantes e legítimos dos membros do grupo.

De acordo com Migliaro (2018, p. 28), estas manifestações populares “contêm importantes elementos de solidariedade”. Para o autor, há tendência de que os grupos sociais mais pobres são naturalmente mais solidários em comparação a outros grupos.

A experiência da pobreza, da carência experimentada como urgência cotidiana de assegurar a subsistência, leva muitos a vivenciar a importância de compartilhar o pouco que se tem, de formar comunidades e grupos de ajuda mútua e de recíproca proteção. O mundo popular, posto a fazer economia, a faz do seu jeito, com seus valores, com seus modos de pensar, sentir, se relacionar e de atuar (MIGLIARO, 2018, p. 28).

Apoiados no princípio da solidariedade, no dia 28 de dezembro de 1902, foi fundada a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Petrópolis, município de Nova Petrópolis, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente chamada de Caixa Rural de Nova Petrópolis (MEINEM e PORT, 2012). A preocupação das pessoas em superar as dificuldades do dia a dia e a necessidade de encontrar os meios necessários para o atendimento das necessidades coletivas, contribuíram para o seu surgimento.

O cooperativismo de crédito surgiu para atender, em especial, as pessoas e pequenas empresas que necessitavam de microcrédito, tendo como base a cooperação espontânea e a solidariedade. Este ato fez surgir a cooperativa solidária, paralela ao cooperativismo de crédito tradicional, apoiada na ética, caráter dos associados, confiança mútua e espírito de solidariedade (PINHO, 2004).

De acordo com Zanco e Alves (2019), o advento dos movimentos de luta e a retomada dos movimentos sociais e sindicais fizeram ressurgir o pensamento do cooperativismo como instrumento de democratização dos trabalhadores. Esses movimentos articulados criam cooperativas com base na agricultura familiar com fundamentação no princípio da economia solidária.

Salienta-se que as cooperativas que surgiram a partir dos movimentos sociais, possuem princípios e valores similares ao movimento cooperativo nascido na Europa, que possuía como base a inclusão de pessoas que enfrentavam dificuldades econômicas e sociais.

Assim como o movimento de Rochdale, o “movimento cooperativista da Agricultura Familiar e Solidária também foi constituído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimento” (ZANCO e ALVES, 2019, p. 90).

Da mesma forma, o movimento que deu início para a criação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol foi marcado pela luta dos pequenos

agricultores, posseiros e trabalhadores sem-terra que, aliados do sistema financeiro tradicional, buscavam crédito para investimento e melhoria das condições de vida.

De acordo com Martins (1986), estas famílias viviam basicamente do pouco que conseguiam plantar e extrair da natureza. Cultivavam milho e engordavam suínos que eram vendidos a atravessadores. Devido a inúmeros problemas, essas famílias tinham dificuldade de se fixar em algum local e mudavam constantemente.

Van Der Brug (2015), Kreusch (2009) e Delanoy (2006) citam a criação da Assesoar, o apoio da Misereor e o fundo de crédito rotativo como elementos importantes para a fundação da Cresol, que ficou definido após um seminário realizado na cidade de Guarapuava, chamado 'Cooperativas de Crédito e Fundos Rotativos', no ano de 1993. Na ocasião foram discutidos dois temas que influenciaram seu surgimento.

a) A constituição de 1988 previa a participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional, porém, o sistema de cooperativas de crédito existente atendia as cooperativas de produção e não havia interesse por parte destas em atender os pequenos agricultores ou entidades vinculadas à agricultura familiar;

b) Uma cooperativa de crédito permitiria aos pequenos agricultores controlar seus recursos, reinvestir no meio rural e fazer com que a política agrícola fosse orientada em favor de seus interesses; reinvestir as sobras em programas de crédito de investimento e; operar com taxas menores e de forma menos burocráticas que os bancos tradicionais.

Com o objetivo de encontrar uma solução cooperativista original, técnicos e dirigentes de entidades ligadas à agricultura familiar conheceram diversas experiências cooperativas no Brasil. De acordo com Delanoy (2006, p. 2), a partir das visitas e análise, compreenderam que o cooperativismo "é uma sociedade de pessoas e que, para tanto, era necessário valorizar a participação e o controle social da base com cooperativas de pequeno porte, em uma estrutura descentralizada".

A intenção era criar uma cooperativa de crédito diferente, com estruturas descentralizadas, em rede, com pequenas unidades, articuladas entre si e com forte vínculo com a comunidade local (DELANOY, 2006). Havia o interesse de ser não apenas uma instituição financeira, mas um instrumento capaz de promover o desenvolvimento local e regional. De acordo com Tenório Filho (2002, p. 67) "na empresa cooperativa, a pessoa humana é o centro de todas as atenções e a razão de sua própria existência".

Neste período o Banco Central não permitia a criação de duas cooperativas de crédito com foco em um mesmo público, no mesmo município, pois poderia gerar concorrência entre elas. A regulamentação em vigor na época permitia apenas duas modalidades cooperativas, mútuo e rural.

Tendo como base social as entidades vinculadas à agricultura familiar a opção inicial foi criar uma cooperativa de crédito mútuo. O estatuto determinava que os sócios da cooperativa deveriam ser membros de entidades da agricultura familiar. De acordo com Delanoy (2006, p. 4) o sistema Cresol nasce com o compromisso de “fortalecer a agricultura familiar, garantir o efetivo gerenciamento local dos recursos, valorizar a agroecologia, criar comunidades rurais vivas e assegurar oportunidades profissionais aos mais jovens”.

Em reunião realizada na sede da Assesoar ficou definido que a solidariedade que deu início aos movimentos e a luta dos agricultores deveria estar presente no nome da cooperativa. Desta forma, em 1995, foi solicitado junto ao Banco Central do Brasil, a autorização para funcionamento da primeira Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL.

Assim, a proposta deste estudo está focada na contribuição para a compreensão da solidariedade como elemento fundamental para a fundação da Cresol. Para isso foram considerados os eventos ocorridos na região Sudoeste do estado do Paraná, desde a formação desta, a participação dos movimentos sociais e dos demais atores envolvidos.

1.1 PROBLEMA

A primeira cooperativa nasceu em Rochdale, na Inglaterra, no ano de 1843, como reação aos efeitos negativos do desenvolvimento acelerado de uma economia liberalizada. Beland (2013) destaca uma série de práticas daquilo que chama de ‘ética do bem comum’, dentro do cooperativismo como igualdade dos direitos, compromisso dos membros para o êxito de um projeto comum, distribuição justa de riquezas, educação continuada dos membros, intercooperação e a responsabilidade de assegurar a proteção e perenidade dos valores e práticas cooperativistas.

Da mesma forma, as cooperativas de crédito surgiram no Brasil no ano de 1902 para auxiliar um grupo de agricultores, em especial no que tange ao acesso a

crédito para investimento e compra de produtos para o atendimento das necessidades básicas.

Percebe-se que a solidariedade foi a base para a criação do movimento cooperativista na Inglaterra, das cooperativas de crédito no Brasil, bem como a criação da Cresol, na região Sudoeste do Paraná. Questiona-se: Quais as ações que representam a solidariedade no contexto do cooperativismo de crédito rural solidário? Qual o conceito de solidariedade neste contexto?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar a solidariedade no contexto do cooperativismo de crédito rural solidário e apontar as ações que a compõe.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar, a partir da perspectiva da solidariedade, a formação da região sudoeste do Estado do Paraná, sua importância para o cooperativismo de crédito rural solidário e a criação da Cresol;
- b) Investigar as ações de solidariedade apresentadas pela literatura e compará-las com as ações norteadoras do cooperativismo de crédito rural solidário;
- c) Analisar as ações de solidariedade presentes na criação do sistema Cresol.

1.3 JUSTIFICATIVA

As condições econômicas e sociais, bem como a dificuldade de acesso a crédito que suscitaram o surgimento da primeira cooperativa de crédito em Rochdale e da primeira cooperativa de crédito no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, foram, também, responsáveis pela criação da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – Cresol, no Sudoeste do estado do Paraná.

Este trabalho se justifica em função dos benefícios que a identificação das ações pode trazer para a avaliação da solidariedade no cooperativismo de crédito rural solidário, assim como pelo desenvolvimento de uma metodologia de análise para a solidariedade, visto que, os estudos disponíveis conceituam e afirmam que a solidariedade é importante com contexto do cooperativismo, porém não apresentam as ações que compõe esta solidariedade.

Identificar as ações de solidariedade poderá auxiliar a compreender melhor as práticas, a percepção da comunidade com estas ações, o posicionamento da comunidade em relação a cooperativa e servir como norteador para o planejamento, em especial no que tange a sua participação junto à comunidade, o retorno percebido, bem como avaliar a relação destas com a missão, visão e valores das cooperativas de crédito.

O estudo permitirá uma análise mais completa da solidariedade e pode auxiliar no processo de tomada de decisão, estabelecimento de ações e na formulação do planejamento estratégico das cooperativas, com foco na solidariedade. Do ponto de vista dos cooperados, será possível analisar suas expectativas e envolvimento com as cooperativas.

A realização deste estudo se justifica em razão da importância que as cooperativas de crédito possuem no desenvolvimento local e regional, em especial pelo que se propõe a realizar junto as comunidades. Ressalta-se, porém, que a solidariedade pressupõe uma via de mão dupla e esta deve ser expressa também pela comunidade que irá utilizar os serviços disponibilizados pelas cooperativas, gerando lucro, e espera que esta possa retribuir a comunidade na forma de políticas e ações. Para monitorar o cumprimento das metas e objetivos é necessário estabelecer critérios e é neste ponto que se justifica a criação de indicadores de solidariedade para as cooperativas de crédito.

Por fim, a identificação das ações de solidariedade pode contribuir para que o tema extrapole da teoria para a prática e contribua para a elaboração de uma proposta para mensuração da solidariedade que possa sugerir oportunidades para a melhoria das condições de vida dos cooperados e das cooperativas.

Ainda, para justificar a realização deste estudo, o capítulo 2 apresenta uma análise das produções científicas inerentes ao tema proposto: solidariedade e cooperativismo de crédito rural. Neles é possível perceber a carência de estudos que relacionem os temas.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho de tese está estruturado em 7 capítulos, conforme apresentados.

O capítulo 1 apresenta a introdução e contextualização do tema. Descreve ainda o problema de pesquisa, objetivo geral e específicos.

O capítulo 2 apresenta o contexto da formação da região Sudoeste do Estado do Paraná, os movimentos sociais e as lutas que culminaram com a criação da cooperativa de crédito com Interação Solidária - Cresol. Evidencia-se neste capítulo a criação do fundo de crédito rotativo, a participação da Assessorar, fundação e uma breve análise do ciclo evolutivo da Cresol.

A revisão de literatura traz ainda, no capítulo 3, os conceitos de solidariedade e apresenta as ações de solidariedade propostas especialmente por 3 autores, sendo eles, Claude Beland (2013), Luiz Rasseto Migliaro (2018) e a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (1995). O capítulo apresenta ainda uma análise da solidariedade no contexto do cooperativismo de crédito

O capítulo 4 contempla os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo. Apresenta o tipo de pesquisa, objeto de estudo, natureza de análise dos dados, instrumento de coleta de dados e o campo de estudo. Neste capítulo é apresentado as características que justificam a escolha da região e dos pesquisados, como também o método documentário como referência para o estudo da solidariedade no cooperativismo de crédito.

O capítulo 5 apresenta os dados da pesquisa, com ênfase nas ações de solidariedade identificados. É apresentado um estudo comparativo entre as ações de

solidariedade identificados na pesquisa com os autores propostos e descritos no capítulo 3.

O capítulo 6 apresenta as discussões e considerações finais acerca do estudo realizado. Apresenta ainda as proposições para novos estudos.

2 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Com o objetivo de solucionar problemas sociais e esperando criar um novo sistema de sociedade, Robert Owen¹ propôs a criação de comunidades baseadas na ideia de propriedade coletiva. Estas colônias se manteriam com recursos próprios e produziriam tudo o que necessitassem. A intenção de Owen era abolir o lucro e o trabalho passa a ser a principal medida de valor. Desta forma a competição passa a ser substituída pela cooperação (MEINEM E PORT, 2012)

Como precursor do cooperativismo de crédito, Franz Hermann Schulze Delitsch, preocupado com os problemas e dificuldades enfrentadas pelos industriais, comerciantes e trabalhadores, decidiu criar as “sociedades de crédito”, com o objetivo de atender a este contingente. Para isso constituiu a “Caixa de Socorro”, que atendia prioritariamente os casos de doenças e mortes. As primeiras cooperativas de crédito foram criadas em 1850, sem a ajuda do estado, fato este que fez surgir diversas críticas ao modelo, em especial aos critérios de poupança e pelo fato de que estas cooperativas deveriam ser geridas com recursos próprios (CARFORA, 2013).

O funcionamento das cooperativas deveria seguir determinados critérios e características como a adoção do princípio da ajuda mútua, responsabilidade limitada dos sócios, sobras líquidas distribuídas de acordo com o capital, controle democrático de áreas de ação não restritas, empréstimos a curto prazo respeitando as modalidades bancárias existentes, porém com juros e taxas menores e com diretores executivos remunerados. Schulze Delitsch é considerado o precursor do cooperativismo de crédito urbano.

Influenciado pelo modelo proposto por Schulze Delitsch, Luigi Luzzatti fundou os bancos populares. Uma das ideias centrais deste novo modelo era de que o mesmo não deveria desprezar a população agrícola. Nesta nova concepção ficaria a cargo dos sócios o interesse em poupar, e que a aplicação destes recursos na cooperativa se daria de forma livre, sem a imposição aplicada pelo modelo alemão. Luzzatti passou a dar importância a conduta dos associados, exigindo “qualidades morais” e concedia empréstimos mediante palavra de honra.

¹ Robert Owen – considerado um dos fundadores do socialismo e do cooperativismo

Na concepção de Luzzatti, dentro do modelo capitalista, os bancos pegavam o dinheiro dos pobres e emprestavam para pessoas ricas e nas cooperativas o dinheiro dos necessitados era emprestado aos necessitados (LUZZATTI, 2012).

Friedrich Wilhelm Raiffeisen foi o idealizador do cooperativismo de crédito rural. Preocupado com a exploração da mão de obra no campo e com a dificuldade que os pequenos agricultores tinham quando queriam obter crédito, idealizou, inicialmente, uma cooperativa composta por pessoas ricas e pobres, onde os ricos fariam depósitos e os pobres receberiam. Porém o próprio Raiffeisen percebeu que aquilo que estava propondo era assistencialismo e esta não era a melhor forma de tentar resolver os problemas da população mais pobre (CARFORA, 2013)

A união de trabalhadores do campo, pequenos camponeses e assalariados, fez com que eles percebessem o valor da força do trabalho em conjunto. Dentro desta expectativa estas pessoas perceberiam a importância e o valor da poupança regular e do auxílio mútuo. Com isso, os trabalhadores seriam responsáveis pelo seu próprio crescimento, a partir dos princípios da cooperação (CARFORA, 2013).

Estas cooperativas teriam algumas características centrais, tais como o princípio de amor ao próximo, possibilidade de auxílio de caráter filantrópico, a responsabilidade solidária e ilimitada nas obrigações contraídas pela cooperativa, organização de um banco central que atendesse as necessidades de diversas cooperativas de crédito, remuneração dos dirigentes e a não distribuição dos lucros excedentes.

De acordo com Pagnussat (2004), a solidariedade era expressa principalmente no princípio de ajuda mútua que estabelece a reciprocidade de maneira voluntária em relação a utilização dos recursos e dos serviços. Neste caso não deve haver superioridade moral de um em relação ao outro.

Neste sentido o termo “solidário” era expresso apenas como forma de garantir que os empréstimos ou outras dívidas contraídas pelas cooperativas de crédito fossem garantidas pelos associados. Em um primeiro momento a obrigação de ser solidário era somente do cooperado com a cooperativa (MEINEM e PORT, 2012).

Esta forma de responsabilidade ilimitada foi alterada mais tarde por Gabriel Alphonse Desjardins, com a criação da Caixa Popular. Um sistema de cooperativismo de crédito com capital variável e responsabilidade limitada. Sua intenção era reunir pessoas com interesse em poupar para ajudarem-se mutuamente com crédito concedido a seus associados a juros baixos.

As cooperativas de crédito surgiram na Alemanha rural do século XIX como alternativas locais pertencentes a membros de grandes bancos acionistas e usadas inicialmente pelos agricultores para evitar taxas de juros elevadas. (PAVLOVSKAYA, 2019).

Em 1900 foi criada, no Canadá, a primeira Caixa Popular com o valor de 26 dólares. Este novo modelo passou a oferecer assistência técnica, padronização de serviços e facilidade de controle (CARFORA, 2013).

Este tipo de organização permite estabelecer um relacionamento direto com seu quadro social, manter a proximidade, identidade e compreender as necessidades sem perder a capacidade de competição com os bancos tradicionais. No Brasil, as cooperativas de crédito possibilitaram a criação de microcrédito e participação na criação de políticas públicas. Diferente dos bancos que buscam o lucro para seus investidores, as cooperativas de crédito são instituições sem fins lucrativos, pertencem a seus associados e procuram atender as necessidades de seus clientes, por meio de governança participativa e democrática.

O sistema capitalista, que desenvolve e estimula a competição entre as empresas, gerou dinâmicas propensas a crises, que resultaram em eventos como a crise de 2008, e evidenciaram a necessidade de desenvolver projetos alternativos ao capital financeiro (PAVLOSKAYA, 2019). As cooperativas de crédito, por meio de formas coletivas de financiamento que fortalecem as comunidades, as auxiliam a resistir aos efeitos nocivos do capitalismo.

O cooperativismo não apregoa a extinção da propriedade privada nem antepõe empecilhos à iniciativa e às liberdades individuais. Porém, como é uma doutrina econômica que privilegia o social, motiva os indivíduos no sentido de procurarem atender as suas necessidades em solidariedade com os demais. Assim tudo fica mais fácil, pois em grupo as forças se multiplicam e os resultados alcançados são bem melhores. em outras palavras, o cooperativismo não condena a riqueza, mas estimula o seu uso em benefício de todos. Respeitando os esforços e méritos individuais, é uma economia racional e inteligente que combate o egoísmo exacerbado e a ambição desmedida (RICCIARDI e LEMOS, 2000, p. 59).

Nas cooperativas é possível observar a evolução dos valores individuais e estes só ocorrem quando há cooperação, valores definidos, práticas democráticas, ajuda mútua e solidariedade (BELAND, 2018). Não pode haver cooperação sem a preocupação com o próximo, reconhecimento e direitos iguais para todos.

De propriedade e governado pelos associados, as cooperativas de crédito colocam a segurança financeira de seus associados e das comunidades onde estão inseridas acima dos lucros, enquanto os bancos colocam o lucro dos investidores como base de suas ações.

No atual cenário macroeconômico vivenciado pela sociedade brasileira, a contratação de serviços e produtos bancários com taxas atrativas tem se mostrado relevante para pequenos e mesmo grandes empresários e produtores rurais. Além dessas vantagens, a divisão de rendimentos com os associados ao final do período tem se mostrado como um diferencial (CUNHA, OLIVEIRA e GOZER, 2016).

Existem diversos estudos realizados no Brasil que buscam abordar o cooperativismo de crédito, por exemplo a análise de Cunha, Oliveira e Gozer (2016) que apresentam um estudo das cooperativas de crédito do estado do Paraná, utilizando a metodologia proposta pela WOCCU. Salienta-se, porém, que a ferramenta propõe a análise de 6 indicadores que medem o desempenho econômico e financeiro, sendo insuficiente para analisar o envolvimento da instituição com a população das comunidades onde ela está inserida.

O estudo de Viana, Vaccaro e Veenzke (2018) apresenta a análise de diversos autores que se propõe a analisar a atividade das cooperativas de crédito com o objetivo de propor uma ferramenta de avaliação das cooperativas incluindo questões sociais e atividades com a comunidade na análise.

A criação do cooperativismo de crédito brasileiro deu-se no ano de 1902, na cidade de Nova Petrópolis, por iniciativa de um grupo de pessoas da comunidade de Linha Imperial, formadas, em sua maioria, por pequenos agricultores e liderados pelo padre Theodor Amstad. Desde sua criação as cooperativas de crédito adotaram um modelo de atuação alternativo, com o objetivo de atender as demandas da agricultura familiar, pequenos agricultores e comunidades não atendidas pelas instituições financeiras, em especial, no que tange a liberação de microcrédito (ZIGER, 2010; MEINEM e PORT, 2012; PAGNUSSAT, 2004).

Em 1906, na cidade de Lageado, o Padre Theodor Amstad criou a primeira cooperativa de livre admissão, com possibilidade de vínculo associativo do público em geral. Em 1907 a publicação do Decreto Legislativo 1.627, que dava permissão e forma jurídica as cooperativas de crédito, permitiu a difusão do modelo cooperativista de crédito para todo o Brasil.

Em defesa do movimento cooperativo brasileiro estão os modelos de Raiffeisen e Luzzatti, como forma de atendimento das necessidades, em especial do crédito para investimento, de pequenos produtores rurais e pequenas comunidades rurais e urbanas.

O cooperativismo de crédito expandiu para diversas regiões e, em 1925, foi criada a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, a primeira central das cooperativas de crédito no Brasil (MEINEM e PORT, 2012).

Durante o governo de Jucelino Kubitscheck, final dos anos 1950, a mudança na Legislação dificultou a abertura de novas cooperativas de crédito e, no governo de João Goulart a abertura de novas cooperativas de crédito foi proibida.

Em dezembro de 1964, mesmo ano do Golpe Militar, foi criado o Banco Central do Brasil e este iniciou a liquidação das 22 Centrais existentes no Brasil. Desta forma o Brasil ficou sem nenhuma Central de Cooperativas de Crédito entre os anos de 1970 e 1980 (MEINEM e PORT, 2012).

As restrições impostas pelo Sistema Financeiro Nacional, promovidas pela ditadura militar, começaram a amenizar a partir da abertura democrática, que marcou a política governamental a partir da década de 80. Porém, foi somente em 2010 que o Banco Central permitiu que todos os brasileiros tivessem acesso ao crédito e a abertura das cooperativas de livre admissão. Esse tipo de cooperativismo de crédito, embasado na ajuda mútua permite a elevação do padrão de vida da população de baixa renda a margem da economia de mercado e dos bancos tradicionais (PINHO e PALHARES, 2010).

Em 1980, após o início da abertura democrática, Mário Guimarães, fundou, em Porto Alegre, a Cocecrer/RS (Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul), que serviu como modelo para a criação de novas centrais no Brasil.

Um estudo realizado no estado de Santa Catarina apontou o caráter excludente no financiamento rural e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares e identificaram o cooperativismo de crédito como uma possível solução para o enfrentamento do problema das unidades de produção familiar, organizações não governamentais e entidades que representavam a agricultura familiar (SCHRODER, 1998).

A constituição brasileira de 1988 contribuiu para a abertura de novas Cooperativas de Crédito no Brasil. Na década de 1990 as lideranças aumentaram a

pressão junto ao Banco Central para garantir que a população brasileira tivesse o direito de organizar as cooperativas de crédito. Porém, em 1999, o Banco Central decretou o fim de aproximadamente 20 Credis Luzzattis remanescentes no Brasil (PINHO e PALHARES, 2010).

A “Carta de Santos”, entregue em 2002 ao então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o IV Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito, possuía um conjunto de reivindicações das cooperativas do ramo de crédito, tornou-se um dos principais símbolos da persistência das lideranças do cooperativismo de crédito na defesa do acesso de todos os brasileiros ao crédito cooperativo (PINHO e PALHARES, 2010).

O argumento de contribuição ao processo de desenvolvimento com justiça social reuniu e sistematizou as principais demandas do cooperativismo de crédito, que buscavam a eliminação do cerceamento à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito até a revisão das normas do Banco Central. Desta forma, a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 e a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, permitiram a flexibilização das normas do microcrédito cooperativo no Brasil.

Com a alteração das regras foi possível promover alterações na forma de atuação das cooperativas em atividade. A legislação permitiu, por exemplo, a criação de cooperativas de crédito em todos os municípios brasileiros, associação de funcionários públicos, captação de recursos de poupança, etc. (MEINEM e PORT, 2012).

Na base do movimento das cooperativas de crédito está a ideia de vínculo comum. Isso significa que os membros colocam seus recursos financeiros com pessoas em quem podem confiar, ajudar e receber ajuda e permanecerem juntos em tempos de adversidade, porque eles já têm algo em comum, seja um local de trabalho compartilhado, associação ou entidade (PAVLOVSKAYA, 2019).

Em grande parte devido a essas características, as cooperativas de crédito atuavam como espaços de solidariedade econômica, especialmente para os pobres e excluídos. Tendo reconhecida essa necessidade, a Cresol procurou disponibilizar crédito aos pequenos agricultores, para fins de previdência por meio de um sistema de crédito cooperativo (ZIGER, 2010). Ainda, sob o mesmo prisma, Luzzatti (2012) e Garcia (2011) afirmam que as cooperativas de crédito são instituições financeiras coletivas que buscam soluções para reduzir a pobreza.

Considerando que os bancos maximizam os lucros para os acionistas e governam sem dar voz aos clientes dos quais eles realmente lucram, aumentando as taxas e diminuem os serviços, as cooperativas de crédito dão a cada membro o mesmo voto e o direito de serem eleitos para o conselho, independentemente do tamanho do depósito (PAVLOVSKAYA e BIER, 2012). Isso garante que os serviços prestados aos associados permaneçam acessíveis e seguros

Acima de tudo, como já foi observado, as cooperativas de crédito oferecem uma maneira diferente de organizar o financiamento, potencialmente para todos, mesmo para quem tem acesso ao sistema bancário convencional. Precisamente porque são de propriedade coletiva daqueles a quem servem, o excedente volta aos membros na forma de taxas e juros mais baixos, bem como na divisão das 'sobras'

No entanto, embora as cooperativas de crédito enfatizem suas diferenças com os bancos (MIGLIARO, 2013), elas não se descrevem necessariamente como anticapitalistas e se comprometem a combater a pobreza sem se opor ao capitalismo como sua causa raiz (PAVLOVSKAYA e ELETTO 2018). Além disso, certas grandes cooperativas se ressentem da imagem de bancos para os pobres (BELAND, 2018), elas querem ser vistas como instituições de sucesso na economia de mercado (PAVLOVSKAYA e ELETTO 2018).

Pela capacidade de resistir à marginalização econômica por meio de solidariedades coletivas, as cooperativas de crédito também enfrentam marginalização discursiva e política, competição e ataques por seu status de isenção de impostos por parte dos bancos e pressões para reconciliar a ética social com as racionalidades de mercado (PAVLOVSKAYA, et al, 2019). Alguns lutam economicamente e outros não conseguem implementar plenamente os princípios democráticos e às vezes são destruídos pelo ambiente capitalista (KHAFAGY, 2018).

Por todas essas razões, as cooperativas de crédito não são entidades consideradas como anticapitalistas, mas instituições econômicas não-capitalistas (MIGLIARO, 2013). Beland (2018) afirma que as cooperativas de crédito possuem ênfase no bem-estar, nos meios de subsistência e no coletivo, alinhando-se à economia social e solidária.

Para entender o nascimento da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol, é necessário compreender, inicialmente, as lutas dos agricultores da região Sudoeste do estado do Paraná, conforme apresentado a seguir.

2.1 SURGIMENTO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL

Para entender como surgiu a Cresol, é necessário compreender os conflitos e as demandas por terra e insumos que ocorreram na região Sudoeste do Estado do Paraná. Possamai (2020), Couto (2021) e Delanoy (2021) afirmam que para se ter uma real compreensão da história da Cresol, é necessário voltar à ‘revolta dos posseiros’, ocorrida em 1957.

De acordo com a Cresol (2020, p. 27), “a revolta dos posseiros foi um marco para a força do campo, ela foi fundamental para dar a ideia de que a união de forma organizada, resulta em conquistas”. Os acontecimentos observados na região do Sudoeste Paranaense são consequência desta organização de posseiros e pequenos agricultores.

2.1.1 Surgimento da região Sudoeste do Estado do Paraná

A região do Sudoeste do Estado do Paraná passou a existir oficialmente em outubro de 1916. Até 1930 a região era explorada por companhias estrangeiras, principalmente da Argentina. Neste ano o governo implanta uma política de proteção do Estado brasileiro, em especial na região de fronteira com a Argentina, como pode ser visto na Figura 1 (GELLER, 2010).

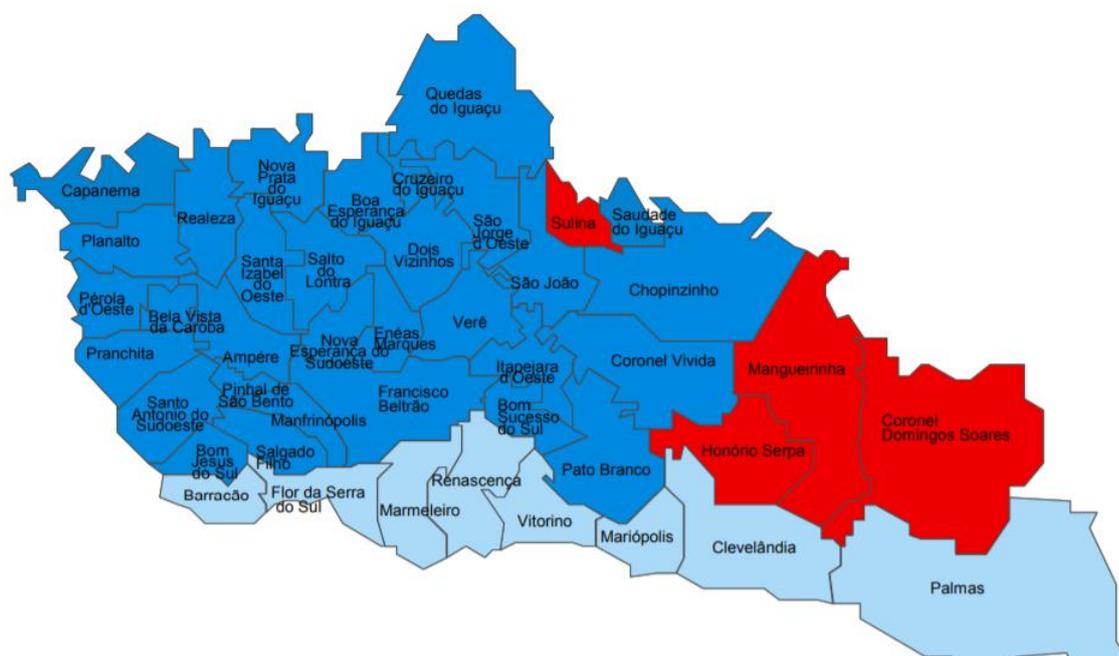
Figura 1: Região sudoeste do Paraná em 1951



Fonte: Geller (2010)

Entre os anos de 1950 e 2000 ocorreram diversas fragmentações dos municípios o que deu origem a 35 novos municípios, totalizando 43 municípios que se mantêm até os dias de hoje. A figura 02, a seguir, apresenta a composição da região Sudoeste do estado do Paraná em 2021.

Figura 2: região sudoeste do Paraná em 2021



Fonte: Ipardes, 2019

No ano de 1943, o governo federal cria políticas de colonização e ocupação e passa a incentivar o surgimento de colônias agrícolas. Com o objetivo de resolver o problema de escassez de terras no Rio Grande do Sul, o governo cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, em terras a serem demarcadas (ABATTI, 2016).

Este movimento fez com que agricultores vindos, principalmente, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocupassem a região, trazendo consigo o sonho de ser proprietário de terra e melhorar a qualidade de vida. De acordo com Abatti (2016, p. 5) uma “característica dos pequenos agricultores que vieram para o sudoeste era considerar a propriedade da terra como valor essencial na sua cultura”. Porém, o Governo instalou a CANGO em uma região que estava em disputa judicial entre os

Governos Federal e Estadual e os agricultores foram alocados em áreas que, juridicamente, não possuíam proprietário e eram alvo de disputa, não sendo possível obter o título da terra.

Estas famílias viviam basicamente do pouco que conseguiam plantar e extrair da natureza. Cultivavam milho e engordavam suínos que eram vendidos a atravessadores. Devido a inúmeros problemas, essas famílias tinham dificuldade de se fixar em algum local e mudavam constantemente. Em busca de melhores condições, passaram a chegar na região, agricultores oriundos dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A necessidade de comprar alimentos e demais itens necessários para a subsistência fazia com que estes agricultores se deslocassem até a cidade de Pato Branco. Com a chegada da Colonizadora Agrícola Nacional General Osório – CANGO e com o apoio do Governo, foram abertas estradas, a cidade de Francisco Beltrão cresceu e os agricultores, apesar de faltar recursos financeiros, levavam uma vida tranquila, pacífica (MARTINS, 1986).

Este cenário foi alterado com a chegada das colonizadoras, a Companhia Comercial Agrícola Paraná Ltda – Comercial, a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - CITLA e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda – APUCARANA, apoiados pelo governador do Estado do Paraná Moysés Lupion (MARTINS, 1986). A promessa inicial era de trazer progresso e desenvolvimento, porém, estas companhias possuíam o interesse de extrair a madeira e comercializar as propriedades, sendo que alguns agricultores tiveram que pagar mais de uma vez para poder ter a posse.

É neste ambiente adverso e agressivo que, em outubro de 1957, os posseiros ocuparam a cidade de Francisco Beltrão. Revoltados com o alto número de atrocidades cometidas pelos jagunços, os posseiros destruíram os escritórios das companhias juntamente com toda documentação. O ato, que ficou conhecido como ‘a Revolta dos Posseiros’, ocorrida no Sudoeste do Paraná, foi uma ação coletiva de pessoas que possuíam o objetivo principal de não perder o direito à posse da terra (ABATTI, 2016).

A partir do movimento surgiram lideranças populares capazes de conduzir as pessoas ao desenvolvimento social e comunitário. De acordo com Km, a capacitação destas pessoas permitiu vislumbrar um futuro melhor. A vitória dos agricultores em 1957 fez nascer a consciência da necessidade de luta para a sobrevivência dos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense.

Rafagnim (2017, p. 2) afirma que “esse momento foi o ponto alto na construção de solidariedade entre os colonos e posseiros, fundamental para o período após a revolta”. Esta solidariedade possibilitou a realização de mutirões para abertura e melhoria de estradas, construção de escolas e igrejas, plantio e colheita da safra e a realização das demais atividades necessárias para a sobrevivência neste ambiente. De acordo com Alves (2008) a revolta teve um efeito pacificador e criou um clima de estabilidade e segurança.

Nos anos de 1960 e 1961 veio um grupo de Padres Belgas para auxiliar as famílias. Estes Padres possuíam o propósito de formar comunidades de base, apoiar a ação sindical e dar atenção a juventude rural. Neste período os padres mudam a linha de atuação, de uma linha sacramentalista para uma linha social cristã que buscava o engajamento da comunidade cristã com a realidade social. Esta mudança fez surgir alguns movimentos, dentre eles a Juventude Agrária Católica – JAC, responsável por trabalhar com os jovens que residiam no meio rural (ABATTI, 2016).

A organização dos posseiros na criação e desenvolvimento do Sudoeste Paranaense foi fundamental para a criação do Grupo de Executivos para as terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP, no ano de 1962. Nos primeiros anos, a entidade estava diretamente ligada à Presidência da República. Inicialmente, o projeto da GETSOP era garantir o reconhecimento de posse dos agricultores que já estavam residindo nas propriedades. Era necessário demarcar e medir a área dos imóveis no meio rural e urbano. Esta ação permitiu a regularização definitiva das propriedades e encerrou uma luta que começou em 1943 (ABATTI, 2016). O grupo participou também da abertura de estradas, construção de escolas e incentivou o reflorestamento.

Os fatores ilustrados descrevem o cenário social do Sudoeste do Paraná, no início do século passado Alves (2008, p. 96) afirma que “as demandas locais encontraram um estado pouco preocupado com as externalidades negativas do processo de desenvolvimento que vinha sendo gestado em todo país”.

Para auxiliar os agricultores em questões ligadas ao desenvolvimento rural e a construção da identidade educacional, voltada às pessoas ligadas ao campo e com ênfase no desenvolvimento regional, é fundada, em 1966, a Associação de Estudos, Orientações e Assistência Rural – ASSESOAR, uma das organizações não governamentais mais representativas do Sudoeste do Estado do Paraná (ROTTA e BONETTI, 2014).

A instituição foi fundamental para os movimentos de luta de classes na região Sudoeste, e o fundo de crédito rotativo, sendo estes, os responsáveis pela criação, em 1995, da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL. Rotta e Boneti (2014, p. 217), salientam que “parte da história da região Sudoeste do Paraná está relacionada a atuação da ASSESOAR”, e, para entender o processo de criação do sistema CRESOL, é necessário analisar e compreender o surgimento da ASSESOAR.

2.1.2 Contexto histórico da ASSESOAR e a criação do Fundo de Crédito Rotativo

No período de forte atuação da GETSOP, chega ao Sudoeste Paranaense, um grupo de padres vindos da Bélgica. Estes estavam motivados por um comunicado do Papa João XIII, que convocou todos a participar de um Concílio para discutir a postura da igreja Católica frente aos problemas e desafios do mundo. Uma das pautas era a preocupação com as questões rurais (ABATI, 2016; VAN DER BRUG, 2015; ROTTA e BONETI, 2014). De acordo com os autores, a origem da ASSESOAR está diretamente ligada a vinda de padres belgas ao Brasil em 1961.

Quando chegaram ao Brasil, os clérigos encontraram muito trabalho, porém o “espírito de renovação e organização foi responsável por transformar a fé em compromisso de defesa da vida, da terra e dos colonos, em especial neste período pós revolta dos posseiros” (ABATI 2016, p. 9). O entusiasmo aumenta quando, em 1962, durante o Concílio Vaticano II, a igreja se propõe a trabalhar mais próxima do povo.

Com o objetivo de auxiliar o padre Jose Caeckelbergh, conhecido como ‘Padre Jef’, no ano de 1965 é criado o DISOP – Desenvolvimento Integral Sudoeste do Paraná. Esta organização desenvolvia projetos de formação cooperativista, de educação e de escolas familiares rurais.

No início de 1966, a convite do padre Jef, um grupo de 33 jovens ligados a Juventude Agrária Católica, se reuniram na cidade de Francisco Beltrão. Esse grupo de jovens, apoiados pelo Padres Belgas, fundou no ano de 1966 a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, tendo Euclides Scalco como

seu primeiro presidente. Sua finalidade era articular os pequenos agricultores na busca de seus interesses. Nesse período, por conta do regime militar, a Instituição que estava aberta a acolher os jovens eram as paróquias católicas (VAN DER BRUG, 2015).

As cooperativas agrícolas e sindicatos criados neste período eram muito influenciadas pela força do regime militar e, de certa forma, buscavam implantar um modelo político e social que dava força ao regime vigente. Por esse motivo, a diretoria da Assesoar buscava garantir em seu estatuto que esta seria uma entidade de agricultores, poderia haver outras pessoas envolvidas, porém o controle deveria permanecer com os pequenos agricultores (KREUSCH, 2009).

A Assesoar foi a primeira organização voltada aos pequenos agricultores na região Sudoeste do Paraná e desenvolveu ações que tinham como foco principal a formação e organização de base e incentivo ao protagonismo necessário aos trabalhadores (ASSESOAR, 2006).

Entre as ideias que fundamentaram as ações, estavam a cooperação como forma de resistência à exclusão, autonomia e sustentabilidade, a priorização ao crédito de investimento, acompanhamento e assessoria, o controle social de base e o fortalecimento de espaços de participação das entidades que estavam engajadas com os trabalhadores.

No ano de 1976, com o apoio da Disop, a Assesoar recebeu das Irmãs Escolares Nossa Senhora da Glória um terreno no bairro da CANGO, na cidade de Francisco Beltrão, e adquiriram um imóvel de madeira que serviu de base para sua sede, bem como moradia para os padres e pessoas ligadas aos movimentos naquele período.

Na década de 1980, a Assesoar se reposiciona em relação às lideranças políticas e entidades que a apoiavam em seus trabalhos. Esse novo quadro levou, em 1989 ao rompimento com o Disop. Porém, a instituição havia firmado uma boa relação com a Misereor, uma entidade episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, que em 1987 visita a Assesoar e passa a apoiar os trabalhos, compreendendo que os recursos financeiros disponibilizados não eram acessíveis aos pequenos agricultores (ASSESOAR, 2006). Constatou-se que o sistema de crédito vigente na época excluía a maioria dos pequenos agricultores que optaram por não migrar para as fronteiras agrícolas.

De acordo com Van Der Brug (2015, p. 94-95)

Para os pequenos agricultores, a mudança para a tecnologia moderna tinha consequências dramáticas. Com seus rendimentos mais baixos, não podiam competir com os preços das fazendas que produziam em monocultura. Os agricultores que tomaram empréstimos nos bancos para poderem modernizar-se, em muitos casos, não podiam saldar a dívida e perderam suas terras para o banco ou foram forçados a vender para outros agricultores.

A Assesoar firmou uma parceria com uma entidade vinculada a igreja católica da Alemanha, a Misereor, que passou a apoiar as atividades desenvolvidas pela entidade. Durante uma visita de representantes da entidade a um assentamento, a partir da constatação de que o sistema de crédito existente no Brasil não atendia as necessidades destas pessoas, surgiu a ideia da criação de um fundo de crédito rotativo (VAN DER BRUG, 2010).

O fundo de crédito rotativo, fruto da parceria entre a Assesoar e a Misereor, foi criado no ano de 1989. A gestão do fundo era realizada por um conselho de entidades populares, todas sediadas na região Sudoeste do estado do Paraná e incluía a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes fundos eram utilizados para financiar pequenos investimentos nas propriedades, como a reforma de pastagens, compra de gado leiteiro e promover a agricultura alternativa, um modelo diferente daquele proposto pela 'revolução verde'.

Os altos índices de inflação da época e o receio de perder as propriedades para os bancos fizeram os agricultores buscar uma alternativa e as operações de crédito passaram a ser realizadas por meio da troca por sacas de milho ao preço médio vigente na região Sudoeste do Paraná. Desta forma não havia necessidade de cobrar juros sobre o valor emprestado. Havia ainda a intenção de trabalhar com o aval solidário. Nesta prática os agricultores não necessitavam entregar suas terras como garantia de pagamento, pois haveria o aval solidário entre os próprios agricultores (VAN DER BRUG, 2010).

Os contratos de empréstimo deveriam ser assinados por grupos de agricultores, formados por, no mínimo, oito pessoas, chamadas 'cédula solidária' e, de acordo com Couto (2010), foi desta ação que nasceu a ideia da solidariedade.

De acordo com as diretrizes internas, o crédito rotativo visava reforçar as possibilidades econômicas dos pequenos agricultores, assentados e sem-terra. A proposta era liberar o crédito para grupos de agricultores que estivessem organizados

em associações e cooperativas, além de fornecer assistência técnica e promover a agroecologia, preservando os recursos naturais e diminuindo os custos de produção.

Havia outras experiências de fundo de crédito em municípios limítrofes ao Sudoeste Paranaense. O objetivo destas entidades era colocar em prática as reivindicações dos movimentos sociais no sentido de organizar a produção e democratizar o crédito. Era necessário ampliar a disponibilidade de recursos e regularizar os contratos praticados entre a Assesoar e os agricultores (DELANOY, 2006).

Com o objetivo de dar legalidade aos procedimentos realizados pela Assesoar a partir do fundo de crédito rotativo, as entidades gestoras, no ano de 1993, constituíram um grupo de trabalho que passou a discutir acerca do conhecimento adquirido a partir de experiências de crédito nestas outras regiões.

Mm (2021), afirma que não era mais possível continuar trabalhando na informalidade, visto que a instituição não possuía instrumentos legais para execução de dívida e uma solução encontrada foi a criação de uma cooperativa de crédito. Neste período o Estado era quem autorizava a criação das cooperativas de crédito e não era permitido haver ter duas instituições do tipo rural na mesma região. Foi quando surgiu o tema agricultura familiar, e o Banco Central aceitou esta alteração, nascendo então, uma cooperativa de crédito da agricultura familiar.

Entre os temas em debate, estava a intenção de não se vincular ao sistema oficial das cooperativas existentes na época, visto que alguns agricultores já haviam vivenciado experiências negativas nas cooperativas de produção. Outro tema em debate estava na garantia de mecanismos de discussão aberta entre a cooperativa a ser criada e os agricultores.

No ano de 1993 o Governo Federal cria um programa que iria subsidiar linhas de crédito especificamente para pequenos agricultores, cujo objetivo era recuperar e implementar a infraestrutura necessária aos pequenos produtores rurais, aumentar a produção de alimento, fixar o pequeno agricultor no campo, evitar o êxodo rural e proporcionar uma agricultura ecologicamente sustentável (VAN DER BRUG, 2016).

Neste mesmo ano foi realizado um seminário na cidade de Guarapuava que reuniu as organizações envolvidas com o Fundo de Crédito Rotativo do Sudoeste, bem como outras instituições ligadas a pequenos fundos, com o tema 'cooperativismo de crédito' (DELANOY, 2021).

Havia necessidade de desenvolver uma instituição autônoma, capaz de captar recursos e trabalhar o crédito em caráter rotativo. Este montante deveria ser investido em projetos inovadores na perspectiva da autonomia e da sustentabilidade. Para organizar e gerir os debates, foi criado um grupo de trabalho, que ficou responsável por apresentar as experiências de crédito vivenciadas em outras regiões.

No ano de 1993, uma comitiva liderada por Assis Miguel do Couto, se reúne com Valdemiro Kreusch com a finalidade de viabilizar a abertura de uma cooperativa de crédito no Sudoeste Paranaense, para atender aos pequenos produtores rurais, posseiros e assentados (KREUSCH, 2015).

O autor salienta que o público-alvo estabelecido era composto, basicamente, por pequenos agricultores que não possuíam conta em banco, alguns por não conseguir comprovar renda mínima para abertura da conta e outros sem qualquer experiência bancária.

De acordo com Delanoy (2021), em uma reunião ocorrida na ASSESOAR ficou decidido, inicialmente, que a bandeira principal seria a 'interação solidária' e como sugestão o Senhor Valdemiro Kreusch² apresentou o nome de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária e sua sigla, proposta por Cristophe Delanoy³, Cresol.

Assim, no ano de 1995, o Banco Central autoriza a criação da primeira unidade da Cresol, na cidade de Dois Vizinhos e, logo a seguir, surgem as unidades de Marmeleiro, Capanema, Laranjeiras do Sul e Francisco Beltrão.

2.1.3 Ciclo evolutivo da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária - Cresol

A luta dos posseiros pelo direito à posse da terra e a necessidade de acesso a crédito fez surgir, após um longo período de lutas e uma série de acontecimentos, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária – Cresol. A seguir são descritos

² Valdemiro Kreusch – durante os anos 70 participou da implantação do cooperativismo de crédito no Brasil e foi um dos pioneiros do Sistema Cresol.

³ Cristophe Delanoy – Engenheiro Agrônomo nascido na Bélgica, foi um dos responsáveis pela assistência técnica e estudos de viabilidade dos primeiros financiamentos da Cresol.

diversos acontecimentos que contribuíram para que a criação da cooperativa tenha se tornado uma realidade.

1957 – ocupação da cidade de Francisco Beltrão pelos posseiros, ato conhecido como a ‘revolta dos posseiros’.

1966 – o padre Jef Caekelbergh convidou 33 jovens ligados à Juventude Agrária Católica para uma reunião em Francisco Beltrão e, após 3 dias de debates e reflexões, juntamente com missionários belgas e alguns empresários fundaram a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – Assesoar (VAN DER BRUG, 2015, p. 80).

1986 – após a visita de representante da Misereor, nasceu a ideia de se criar um fundo de crédito rotativo (DELANOY, 2021). De acordo com o entrevistado, a intenção era trabalhar com o aval solidário, modalidade em que não há necessidade de disponibilizar a propriedade como garantidora do pagamento, mas os próprios agricultores garantiam uns pelos outros.

1987- ASSESOAR encaminha uma proposta para a Misereor. A intenção era constituir um fundo de crédito rotativo que seria coordenado por um conselho de entidades, com a participação do MST, CPT, ASSESOAR, CUT, CNBB e Associação dos Pequenos Produtores do Sudoeste do Paraná.

1989 – com o dinheiro já disponível, dá-se início ao Fundo de Crédito Rotativo – FCR. Ficou definido que este recurso deveria ser utilizado para auxiliar os mais pobres e fortalecer as ações comunitárias.

1993 – encontro, na cidade de Itapiranga, Santa Catarina, entre Valdemiro Kreusch e uma comitiva formada por representantes de diversas entidades, todas sediadas no sudoeste paranaense. Deste encontro surgiram as bases para a criação da Cresol (KREUSCH, 2009, p. 27).

1994 – formulação de estratégias para aumentar o acesso dos agricultores do Sudoeste Paranaense ao Sistema Nacional de Crédito Rural e a profissionalização do fundo de crédito rotativo (BURIGO, 2006).

1995 – autorização do Banco Central para abertura da primeira agência da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária no município de Dois Vizinhos. A Cresol tem como primeiro Presidente o senhor Assis Miguel do Couto, que até então estava vinculado a Assesoar.

1996 – seguem as autorizações para abertura de novas agências nos municípios de Marmeleiro, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Capanema. A Cresol encerra

o ano com um total de 1639 associados. Neste mesmo ano, é criada a Central Base de Serviços – Cresol Baser.

1997 – é realizado o primeiro Seminário de Avaliação e Planejamento Participativo. Na ocasião, é celebrado o primeiro convênio com o Banco Regional do Extremo Sul – BRDE para liberar o Pronaf Investimento. Neste mesmo ano, com o objetivo de conhecer melhor o sistema cooperativo, representantes da Cresol Baser, Assesoar, Capa, CPT, Sindicatos, MST e Movimento das Mulheres, vão a Minas Gerais conhecer a Credi Minas e ao Espírito Santo para visitar o Sicoob. Dentre as autoridades presentes neste encontro, estava o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que recebeu, de Assis Miguel do Couto, um cheque simbólico para demonstrar que a cooperativa possuía recursos, mas que precisavam de instrumentos para que aqueles que realmente necessitavam pudessem acessar estes recursos.

1999 – Neste ano foi realizado o primeiro convênio com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Este fato permitiu repasses do Pronaf Investimento e Microcrédito, porém, o atraso no repasse do crédito pelas agências do Banco do Brasil fez com que os agricultores ocupassem as agências para protestar.

2000 – foi criado o programa de Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito. Sua intenção era fortalecer a ligação entre associados e a Cresol, além de identificar demandas e propor o desenvolvimento de novos serviços. Neste mesmo ano, a Cresol assume a administração dos recursos provenientes do Fundo de Crédito Rotativo, embrião do sistema Cresol. Por pressão do Banco Central, a Base de Serviços, Cresol Baser, é transformada em uma Central de Crédito.

2002 – o presidente da Cresol é eleito deputado federal pelo Estado do Paraná, cargo este assumido em 2003, ano em que deixa a presidência da cooperativa para assumir seu novo cargo junto a Assembleia Legislativa.

2003 – Vanderley Ziger assume a presidência da cooperativa. Neste ano o diretor de crédito rural do Banco do Brasil, o secretário nacional da agricultura e o presidente do sistema Cresol – Vanderley Ziger – assinam convênio para liberação de 70 milhões de Reais em crédito para o Pronaf (VAN DER BRUG, 2015). A Cresol Baser muda do espaço cedido pela ASSESOAR para uma sede própria (ANATER, 2019).

2004 – ocorre uma ruptura no sistema Cresol, dividindo-se em duas Centrais, uma que atende o Paraná e parte do Estado de Santa Catarina com 45 cooperativas

filiadas e uma outra Central que atendia outra parte do Estado de Santa Catarina e todo o Estado do Rio Grande do Sul. Além de crédito para produção agrícola, a cooperativa lança um programa para financiamento de habitação rural, inédito até aquela data. Neste ano houve a criação da Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL.

2005 – fundação do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS. O Instituto possui a missão de fortalecer e disseminar o conhecimento e a educação cooperativa e estabelece parcerias com universidades para capacitar seu quadro social.

2006 – neste ano, a Cresol faz o lançamento do cartão de crédito.

2008 – criação da Confederação Nacional das Cooperativas de Economia Solidária – CONFESOL, a partir da fusão de diversos sistemas de cooperativas solidárias.

2009 – formatura da primeira turma de pós graduação (especialização) em Gestão do Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, parceria esta realizada entre Unioeste, Cresol e Infocos.

2011 – a Cresol lança o programa “Um Olhar Para o Futuro” que leva a educação cooperativista para alunos do quinto ano do Ensino Médio, em municípios que fizeram parceria com as singulares. Neste mesmo ano a presidente Dilma Rousseff lança o Plano Safra 2011/2012 em Francisco Beltrão.

2012 – com o objetivo de expandir o sistema de crédito para outros Estados, a Cresol realiza parceria com o BNDES e leva o projeto de expansão aos Estados de Rondônia, Amazonas, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso do Sul. A alteração para um sistema de controle mais centralizado (contabilidade, financeira, auditoria e tecnologia) fez com que algumas cooperativas do estado de Santa Catarina, que não concordaram com o aumento de controle, se desfiliassem do sistema Cresol.

2013 – o Senhor Alzimiro Thomé assume a presidência da Cresol.

2014 – é criado o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGcoop. Em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, começam a expandir em novas regiões brasileiras que apresentam elevados índices de pobreza. O objetivo é a inclusão financeira e o desenvolvimento social, a partir da possibilidade de acesso a produtos e serviços financeiros.

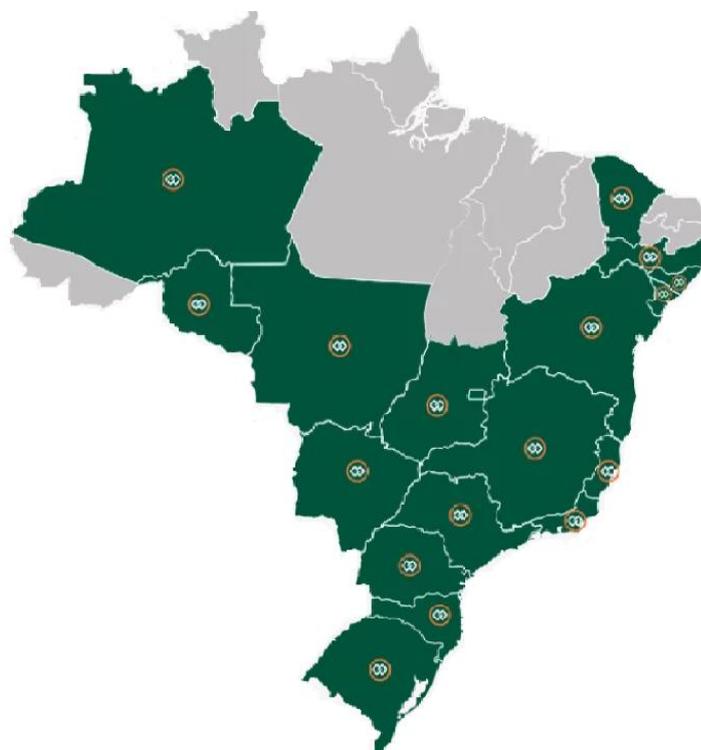
2015 – A cooperativa completa 20 anos e lança uma nova marca.

2016 – a partir de decisão estratégica, com o objetivo de expandir seu público, a Cresol passa a atender pessoas físicas e jurídicas (THOMÉ, 2016, p. 11)

2018 – Inauguração da nova sede da Cresol Baser.

De acordo com o Infocos (2021), nos últimos anos a Cresol tem trabalhado para buscar soluções financeiras à seus cooperados, empreendimentos e da comunidade e está presente em 17 Estados da Federação.

Figura 3: Estados de atuação da Cresol em 2021



O sistema Cresol está presente em 17 estados da federação, possui 75 cooperativas singulares, agências em 565 municípios brasileiros, possui 610 agências de relacionamento e 615 mil cooperados (INFOCOS, 2021).

3 CONTEXTO HISTÓRICO DA SOLIDARIEDADE

O termo solidariedade, inicialmente, significava ‘devedores solidários’. Já no Direito Romano, significava obrigação conjunta ou responsabilidade solidária. A partir da metade do século XIX é que houve algumas mudanças e o termo passou a ser aplicado no cotidiano como “a responsabilidade mútua que existe entre duas pessoas ou mais. A solidariedade que nos une” (ZOLL, 2010, p. 23).

Buscando explicar as origens da solidariedade, Mauss (1924) descreve princípios fundamentais para a lógica econômica e social das comunidades, baseados nas trocas. Para ele as relações são reconhecidas como dádivas, se diferenciam das trocas mercantis e são reguladas por três obrigações interligadas: dar, receber e retribuir. Essa ação cria um laço espiritual entre os atores da “dádiva”. De acordo com o autor, as dádivas retornam, são recíprocas e devem ser retribuídas. Béland (2013) salienta que essas práticas religiosas resultavam em uma certa coesão social.

O argumento central do ensaio sobre a dádiva possui uma espécie de fio condutor da pesquisa, é que a dádiva, a economia das trocas, produz alianças matrimoniais, religiosas, políticas, jurídicas e, também, aliança com os Deuses. Esse contrato social, essa aliança concebida pela economia da dádiva cria contrato social e, esse contrato ou pacto social, é que permite toda e qualquer sociabilidade (MAUSS, 1924).

A economia nas sociedades primitivas fundada na dádiva e na aliança é uma economia baseada também em um laço de ciclo. Quando Mauss (1924) realiza este estudo sobre as instituições econômicas nas sociedades pré-capitalistas ou sociedade ditas ‘primitivas’, o contraponto do autor é a economia capitalista, baseada não na dádiva ou na reciprocidade, mas sim na acumulação e na concentração do capital. De um lado tem-se o contrato social que representa o interesse da sociedade e de outro o liberalismo.

Sabourin (2008), ao analisar o trabalho de Mauss, enfatiza que nas dádivas não há troca e nem compra. Estes pertencem a uma dialética polarizada pelo prestígio e pela honra. Mauss (1924) afirma que a devolução da dádiva pode ser explicada pela força presente na coisa dada. Neste caso a solidariedade é percebida como reciprocidade e pressupõe uma preocupação pelo outro, e essa regra, ‘amai-vos uns

aos outros' podia ser compreendida e vivida. Não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam.

Esse processo de troca como reciprocidade é abordado no trabalho de Polanyi (1944). O autor alerta que o progresso espontâneo sem intervenção pode ser extremamente degenerativo, caso as pessoas não consigam acompanhar seu processo de adaptação.

Castell (2003) afirma que a solidariedade se manifesta como reciprocidade e é o motivo de criação das atividades cooperativas e de associações. Para o autor a solidariedade realiza-se pela reciprocidade. Sabourin (2007) afirma que, a partir desta definição, a solidariedade representa a preocupação para a distribuição dos resultados, melhoria das condições de vida das pessoas e da comunidade, o apoio a consumidores e busca do bem-estar comum. A crise econômica vivida em 2008/2009 demonstrou que o capitalismo dentro de um mundo globalizado não foi capaz de cumprir as promessas de distribuir melhor as riquezas, reforçando as desigualdades. As cooperativas de crédito buscam, por meio da reciprocidade, valores mais igualitários e humanistas.

Ao analisar a obra de Durkheim, Raymond (1999), afirma que este apresenta a solidariedade de duas formas, fazendo distinção entre solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

Para Durkheim a Solidariedade mecânica é um conjunto, mais ou menos organizado de convicções religiosas e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo. As pessoas diferem pouco umas das outras. Esta forma primária da solidariedade ocorre na medida em que as ideias e aspirações comuns a todos os membros da sociedade superem em número e intensidade o que compete pessoalmente a cada um (RAYMOND, 2019).

De maneira oposta, a solidariedade orgânica não consiste apenas na vinculação genérica e indefinida do indivíduo ao grupo. "Sendo idênticos estes movimentos coletivos em todo lugar, geram os mesmos efeitos em todos os lugares" (RAYMOND, 1999, p. 288). Esclarece que esse tipo de solidariedade manifesta-se no direito. Na solidariedade orgânica "membros de uma mesma coletividade se assemelham porque tem os mesmos sentimentos, valores e reconhecem os mesmos objetos como sagrados".

Para Zoll (2010, p. 33), a solidariedade orgânica pode ser a solução para um modelo de sociedade pois "se fundamenta em um contrato social deduzido da vontade

de todos e respeita a liberdade de cada indivíduo”. O autor salienta que, para existir, as pessoas necessitam dos produtos dos outros e esta independência conduz à solidariedade orgânica.

Beland (2018) afirma que os valores mudaram, impulsionados por novas tecnologias e meios de comunicação que proporcionaram maior liberdade individual. Essa modernidade rompe com as tradições, especialmente as ditadas pelas religiões. Essas ações promovem a mudança nos costumes, ruptura das famílias, divisão entre os poderes políticos e econômicos, bem como a divisão entre a igreja e o estado. Essa alteração nos hábitos vai influenciar também as relações empresariais.

Com sua origem sustentada pela ética do bem estar comum, o cooperativismo enquanto projeto de sociedade, busca contribuir para a satisfação das necessidades humanas fundamentais.

O mundo cooperativo é um bom lugar para observar a evolução dos valores individuais, pois não pode haver cooperação sem valores altruístas e sem práticas democráticas, sem ajuda mútua e solidariedade, sem expressão concreta da preocupação com o próximo e sem reconhecimento da igualdade dos direitos de todos (BELAND, 2018, p. 23).

Nestes tempos de crise financeira, o importante é voltar-se para a economia social (BÉLAND, 2013, p. 65). É necessário encarregar-se da criação de uma economia local que atenda a necessidade das pessoas, possibilitando a abertura para uma sociedade mais igualitária, em suma, é preciso restabelecer a base proposta pelo cooperativismo, cuja base deriva do Latim e significa ‘trabalhar juntos’.

3.1 PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS – ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI)

Como norteadores da doutrina cooperativista, os princípios adotados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI (2020) estabelecem que, ao mesmo tempo que o cooperado deve contribuir para a formação de reserva da cooperativa, esta deve fornecer educação para cooperados e comunidade. A transferência de conhecimento deve ser para conscientização de todos. A educação cooperativista deve ser realizada nas escolas, associações de bairros, igrejas, dentre outros. É dentro da comunidade que a cooperativa nasce e é dentro de uma linha de desenvolvimento sustentado,

dentro das linhas de ação, econômica, social e ambiental que a cooperativa deve atuar (ACI, 2020). Os princípios adotados pela ACI expressam valores da doutrina cooperativista e a solidariedade está contida neles, em especial no sexto princípio, a intercooperação e a participação econômica. O quadro 03, a seguir, apresenta os princípios e valores cooperativistas propostos pela ACI.

Quadro 1: Princípios e valores cooperativistas propostos pela ACI (1995)

Princípio	Conceito	Valores
Adesão livre e voluntária	Qualquer pessoa pode participar de uma cooperativa. Algumas implicações legais e estatutárias podem estabelecer critérios para adesão.	Liberdade e igualdade
Gestão democrática	O controle da instituição pertence aos membros e todos tem direito a votar e ser votado.	Democracia, igualdade e responsabilidade
Participação econômica	Todos os membros devem contribuir para a formação de reserva da cooperativa. Cada cooperado possui cotas e tem a responsabilidade de aportar capital.	Responsabilidade e solidariedade
Autonomia e independência	O Governo regulamenta o setor, porém os cooperados conduzem o negócio, sem intervenções externas.	Democracia, transparência e honestidade.
Educação, formação e informação	A educação deve ocorrer para cooperados e comunidade. A transferência do conhecimento deve ser para conscientização de todos. A educação cooperativista deve ser realizada nas escolas, associações de bairros, igrejas, dentre outros.	Transparência e responsabilidade
Intercooperação	O movimento de união entre cooperativas. Ao se associarem as cooperativas criam ambientes que permitem ganhos de escala, compartilhando serviços e recursos.	Solidariedade
Interesse pela comunidade	É dentro da comunidade que a cooperativa nasce e é dentro de uma linha de desenvolvimento sustentado, dentro das linhas de ação, econômica, social e ambiental, que a cooperativa deve atuar.	Responsabilidade socio ambiental

Fonte: adaptado de Aliança Cooperativa Internacional – ACI (2020)

Para a ACI (2020), o desenvolvimento econômico deve se balizar no ganho da cooperativa e dos cooperados, gerando riqueza local, ou seja, o que é produzido na região deve ficar e ser reinvestido nela. No campo social deve-se ter um trabalho junto a instituições locais e regionais. As ações ambientais devem estar ligadas a

manutenção, ao cuidado com ecossistemas, boas práticas e despertar o interesse das comunidades. Este princípio deve estar sempre amparado em valores.

Kreusch (2010), apresenta a 'caça tribal' como o primeiro ato cooperativo de ação solidária em benefício e defesa de todos. Afirma ainda que a solidariedade é o que move o verdadeiro cooperativismo e faz uma crítica aos princípios propostos pela ACI, afirmando que esta criou uma série de normas e procedimentos com a finalidade de imposição para estabelecer a concorrência.

3.2 AÇÕES DE SOLIDARIEDADE PARA BELAND (2013)

As cooperativas de crédito são constituídas por associados, baseadas em valores, dentre eles a solidariedade, que é descrita por Béland (2013) como a ética do bem comum. O autor afirma que, antes de pensar em uma base de solidariedade mundial é necessário iniciar projetos de sociedade locais e regionais que possam atender as comunidades localmente.

Os indicadores de solidariedade propostos por Béland (2013), são apresentados no quadro 4:

Quadro 2: Indicadores de solidariedade para Beland (2013)

AÇÕES	DEFINIÇÃO
Circulação do dinheiro entre os mais pobres	Contribuir para a satisfação das necessidades humanas fundamentais. Os valores sociais das cooperativas propõem a instauração de uma sociedade mais humana.
Estímulo ao consumo	Crédito para o consumo que possibilite às pessoas viverem melhor
Educação para a poupança e gestão do orçamento familiar	Ensinar os cooperados a poupar, utilizar racionalmente o crédito desenvolver autonomia e independência econômica
Estímulo a criação de empregos	Investir em empresas que estimulem a criação de emprego. Observar a evolução dos valores individuais
Ética do bem comum	Poupança a serviço de uma divisão da riqueza para o bem estar de todos. Remuneração igualitária para todos os depósitos. As cooperativas devem servir e não praticar o lucro. Obter rendimento razoável sobre os investimentos. Reconhecimento da igualdade de direitos para todos.
Estímulo ao desenvolvimento local	Educação cooperativa da comunidade. Compromisso dos membros das cooperativas de trabalhar como produtores, empreendedores, trabalhadores ou consumidores, para o êxito do projeto em comum.

Educação continuada dos membros	Fortalecer os valores e práticas cooperativistas
Intercooperação	Apoio as cooperativas de modo a conquistar a organização econômica e social.

Fonte: adaptado de Beland (2013)

O autor sustenta que as cooperativas de crédito precisam assumir uma postura ativa junto a comunidade. Outro fator apontado é a banalização do homem pelo homem. Esta banalização é oriunda de um crédito acordado, com o objetivo da maximização de lucro. É necessário agir para atingir um certo nível de autossuficiência no que diz respeito às necessidades básicas. Com o auxílio das cooperativas de crédito “as pessoas passam a ser responsáveis pelo seu próprio destino, num espírito de solidariedade e reciprocidade, a fim de garantir a cada um os meios para sua subsistência” (BÉLAND, 2013, p. 119).

Junqueira e Abramovay (2005), chamam a atenção para a importância do crédito para a população de baixa renda e desassistida de crédito pelos bancos tradicionais. Em seu trabalho descrevem a importância do acesso ao crédito, porém, destacam que, tão importante quanto captar recursos, e guardar parte do excedente para utilizar em situações necessárias.

3.3 CAMINHOS DA ECONOMIA DE SOLIDARIEDADE PARA MIGLIARO (2018)

Para Migliaro (2018) existem critérios de cooperação solidária que são aplicadas por agências de cooperação e associam sua ação numa perspectiva de economia de solidariedade. A partir do momento em que estes critérios passam a fazer parte das ações e decisões, elas contribuem para o desenvolvimento da economia e da solidariedade.

O autor salienta que a solidariedade deve ser introduzida na economia e estar presente nas diversas fases do ciclo econômico: produção, circulação, consumo e acumulação. Ao incorporar a solidariedade na economia surge um novo modo de fazer economia. Trata-se de adicionar solidariedade nos diversos setores da economia de modo que esta transforme a cultura das organizações.

Ao abordar o conceito de solidariedade, Migliaro (2018), afirma que esta pode ser facilmente percebida nas comunidades mais pobres, onde a reciprocidade ocorre

naturalmente. O autor aponta caminhos que podem ser percorridos para que as empresas possam atuar solidariamente, conforme apresentados no quadro 05, a seguir:

Quadro 3: Caminhos da economia de solidariedade Migliaro (2018)

Caminhos da solidariedade	Conceitos
1 – Caminho dos pobres e da economia popular	Apoio para que organizações da economia popular se configurem como empresas alternativas, familiares, auto gestionárias e cooperativas. Incentivo a experiências da economia popular.
2 - Caminho da solidariedade para com os pobres e os serviços de promoção social	Promover doações aos pobres e as pessoas que enfrentam maiores carências com o objetivo de promoção e desenvolvimento. Estabelecimento de critérios para cooperação solidária
3 - Caminho do trabalho	Observar o trabalho assalariado e as condições dos trabalhadores.
4 - Caminho da participação social e da autogestão	A participação e autogestão são expressões de solidariedade na medida em que nelas e por elas é exercida uma atividade integradora, que compromete as pessoas numa empresa e num projeto comum, em cuja realização e desenvolvimento assumem e compartilham responsabilidade
5 - Caminho da ação transformadora e das mudanças sociais	Criação de consciência social expressa na ação ou na luta pela mudança de estruturas sociais. A economia de solidariedade é constituída por organizações e atividades criadas de maneira original pelos seus protagonistas, com capacidade de solucionar seus problemas, utilizando os meios e recursos de que dispõem ou que eles mesmos criam.
6 - Caminho do desenvolvimento alternativo	Preocupação pelo desenvolvimento econômico. Desenvolvimento é a meta ideal de sociedade desde o ponto de vista do seu potencial econômico. É a sociedade onde as necessidades básicas estejam adequadamente satisfeitas e as pessoas possam controlar suas próprias condições de vida.
7 - Caminho da ecologia	Criar políticas e ações que contribuam para atenuar os problemas que afetam globalmente o planeta. Privilegiar a escala humana da produção e da organização das atividades em pequenas dimensões, controláveis pelas pessoas e as comunidades que a organizam.
8 - Caminho da mulher e da família	Promover a transformação cultural a partir da realidade, conteúdo e formas de economia familiar.
9 - Caminho dos povos antigos	Resgate das culturas ancestrais e reconstrução dos modos de vida tradicionais.
10 - Caminho do espírito	Orientar a recuperação das dimensões espirituais do homem.

Fonte: adaptado de Migliaro (2018)

Os caminhos da economia de solidariedade propostas por Migliaro (2013), partem de situações e problemas que envolvem diferentes tipos de pessoas, dentre elas estão os pobres, marginalizados, privilegiados, trabalhadores, que almejam participação, promotores do desenvolvimento, mulheres, etnias, povos originários e os que buscam viver o amor fraterno.

O autor afirma que há necessidade de trazer a solidariedade para a economia. Isto significa que é necessário alinhar a solidariedade e as empresas, nos diversos setores da sociedade.

Migliaro (2018) salienta que as instituições populares e de solidariedade, na maioria dos casos, possuem precariedade de recursos e apresentam dificuldades para operar adequadamente dentro dos mercados altamente globalizados e que possuem uma lógica voltada para o lucro e a competição. Neste sentido, as doações aparecem, em muitos casos, como uma condição para o desenvolvimento e manutenção para que estas instituições se tornem economicamente viáveis.

3.4 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELA ACI (1995), BÉLAND (2013) E MIGLIARO (2018)

Os critérios apresentados pela ACI (1995), Beland (2013) e por Migliaro (2018) coadunam em parte, em especial quando afirmam que há necessidade de introduzir a solidariedade na teoria e nas práticas econômicas e destacam a importância da participação das Cooperativas nas comunidades onde estão inseridas.

. Pode-se observar que a adesão livre e voluntária, participação econômica, autonomia e independência da ACI (1995), estímulo ao consumo, educação para a poupança e gestão do orçamento familiar propostos por Beland (2013) e o caminho da ecologia, dos povos antigos e o caminho do espírito de Migliaro (2018) não possuem relação entre eles.

O quadro 06 apresenta as ações propostas por cada um dos autores estudados e a relação entre elas.

Quadro 4: Análise comparativa das ações de solidariedade propostas pela ACI (1995), Beland (2013) e Migliaro (2018)

	ACI	BELAND	MIGLIARO
1	Adesão livre e voluntária	Circulação do dinheiro entre os mais pobres	Caminho dos pobres e da economia popular
2	Gestão democrática	Estímulo ao consumo	Caminho da solidariedade para com os pobres e os serviços de promoção social
3	Participação econômica	Educação para a poupança e gestão do orçamento familiar	Caminho do trabalho
4	Autonomia e independência	Estímulo a criação de empregos	Caminho da participação social e da autogestão
5	Educação, formação e informação	Ética do bem comum	Caminho da ação transformadora e das mudanças sociais
6	Intercooperação	Estímulo ao desenvolvimento local	Caminho do desenvolvimento alternativo
7	Interesse pela comunidade	Educação continuada dos membros	Caminho da ecologia
8		Intercooperação	Caminho da mulher e da família
9			Caminho dos povos antigos
10			Caminho do espírito

Fonte: adaptado de ACI (1995), Beland (2013) e Migliaro (2018)

As cores foram utilizadas para evidenciar a relação entre as ações apontadas pelos autores. A partir da análise, pode-se inferir que eles apresentam unanimidade apenas em relação ao interesse pela comunidade, porém este é apresentado por Beland (2013) como sendo o estímulo ao desenvolvimento local e para Migliaro (2018) é apresentado como caminho do desenvolvimento alternativo.

A diferença entre os autores apresentados está na forma como estes abordam os conceitos da solidariedade. A ACI (1995) apresenta um conjunto de princípios e valores que devem nortear as cooperativas. Beland (2013) apresenta os ideais cooperativos, afirma que estes devem balizar as ações das cooperativas desde sua criação e apresenta preocupação quanto ao crescimento destas visto que apresentam dificuldade em se manter fiel aos princípios altruístas apresentados pelos fundadores. Migliaro (2018) afirma que, se compreendermos os caminhos da economia de solidariedade, encontraremos razões concretas para participar dela.

A teoria da reciprocidade surge em um período em que pode contribuir para preencher uma carência das teorias do desenvolvimento e não representa o fim da era do desenvolvimento econômico, mas faz uma releitura das relações econômicas

e sociais, sendo uma proposta alternativa de economia humana (SABOURIN, p. 25, 2011).

3.5 SOLIDARIEDADE NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

A constituição de 1988 definiu a 'livre iniciativa' como um fundamento da ordem econômica. Cabe ao estado a responsabilidade de reger e fiscalizar o mercado (BRASIL, 1988). De acordo com os legisladores, são as empresas que justificam a ordem econômica, uma vez que estas produzem bens e serviços responsáveis por suprir as necessidades das pessoas, gerar emprego e fazer girar a economia (riquezas).

Ocorre que, em um ambiente capitalista, a busca constante pelo lucro pode representar um perigo para os mais vulneráveis. Felten (2018, p. 2), afirma que não é "ilícito o fato de uma empresa explorar determinada atividade e auferir lucros", mas que cabe a ela, além do lucro, cumprir com a função social da propriedade.

O princípio da solidariedade social apresentado na Constituição impõe às empresas alguns deveres, visto que é permitido ao empresário buscar o lucro, uma vez que a empresa necessita prosperar, porém, define que esta deve contribuir com a geração de emprego, circulação das riquezas e preservação do meio ambiente.

Para que as empresas (no caso do estudo deste projeto de tese, as cooperativas) atendam ao princípio da solidariedade social, as pessoas devem ser o centro dos interesses da empresa. De acordo com Felten (2018, p. 5), "a empresa solidária é aquela que se preocupa com seus empregados, da comunidade e cumpre sua função social na ordem econômica constitucional".

A Constituição Federal apresenta a solidariedade sob o prisma das empresas, atribuindo a estas a responsabilidade de bem-estar e de investimentos na comunidade onde está inserida.

No contexto jurídico, a solidariedade é entendida como "vínculo que une credores e devedores de uma mesma obrigação solidária, cada um deles com direito ou dever à totalidade da dívida solidária" (SANDOVAL, 2008, p. 404). Do ponto de vista das cooperativas de crédito, a expressão 'solidária', presente na forma jurídica adotada pelas cooperativas, representa uma obrigação dos cooperados com a cooperativa.

Ao analisar as abordagens do conceito de solidariedade, Zoll (2000) esclarece que, em sua natureza jurídica o termo significava devedores solidários. Neste sentido, a responsabilidade solidária é definida como a qualidade de uma obrigação, em que diversos devedores se predispõem a pagar um valor emprestado. A obrigação solidária representa a responsabilidade mútua entre duas ou mais pessoas, que pode ser percebida ainda como a democratização ao crédito por parte de pessoas menos favorecidas ou excluídas por outras instituições financeiras (CALLEGARI, 2020).

De acordo com a Cresol (2020), a expressão 'solidária' implica em estar alinhada aos conceitos da economia solidária e que as atividades econômicas, como produção, distribuição, consumo e crédito devem ser organizadas na forma de autogestão. A promoção do desenvolvimento local deve ser a base das cooperativas, que tem nas comunidades locais a razão de sua existência.

Um estudo realizado por Schröder (2005, p. 176) afirma que a disponibilidade de crédito, a criação e o fortalecimento de organizações para o repasse de recursos são de fundamental importância para garantir a inserção econômica e a reprodução de agricultores familiares.

Desde sua criação em 1906, a solidariedade está presente nos princípios do cooperativismo de crédito brasileiro. O potencial do cooperativismo de crédito enquanto projeto de sociedade contribui para a satisfação das necessidades humanas fundamentais (BELAND, 2013).

A origem do cooperativismo demonstra isso. A primeira cooperativa surgiu no século XIX, como reação aos efeitos negativos do desenvolvimento acelerado de uma economia liberalizada. Ainda hoje as cooperativas nascem sob esse mesmo impulso. Desse seu nascimento já são portadores de valores sociais e propõem a instauração de uma sociedade mais humana, mais solidarizada. Neste sentido o cooperativismo é um projeto de sociedade guiado por valores sociais e solidários (FELTEN, 2018).

As cooperativas de crédito solidárias surgiram para combater a exclusão social, agravada pelas políticas do sistema financeiro nacional que mantém exigências e altas taxas de juros que impossibilitando o acesso ao crédito aos microempreendedores, sem-teto, sem-terra, ou qualquer pessoa que não possua garantia patrimonial para receber o crédito.

O mundo cooperativo é um bom lugar para observar a evolução dos valores individuais, pois não pode haver cooperação sem valores altruístas e sem práticas democráticas, sem ajuda mútua e solidariedade, em expressão concreta da

preocupação com o próximo e sem reconhecimento da igualdade dos direitos de todos. Na falta desses valores haverá apenas simulacro de cooperativas (BÉLAND, 2013, p. 23).

A empresa solidária é aquela que se preocupa com seus empregados, com a sustentabilidade do meio ambiente que ocupa, com o crescimento do município em que está instalada e que cumpre com sua função social na econômica constitucional (FELTEN, 2018). Da mesma forma, a solidariedade deve ser expressa por seus associados, que utilizam os recursos financeiros auferidos pelas cooperativas de crédito com as quais possuem vínculo e de quem possuem uma certa 'dependência' para a realização das atividades e investimentos necessários. O conceito apresentado mostra a solidariedade como uma via de mão dupla.

Do ponto de vista de Burigo (2006), a cooperativa de crédito é um exemplo de igualdade de recursos e de poder. O autor apresenta experiências que demonstram os ganhos econômicos que o cooperativismo de crédito proporciona a seus associados. A análise traz a responsabilidade da cooperativa de crédito em relação aos cooperados, porém, não avalia a participação dos cooperados em relação às cooperativas.

Neste mesmo sentido, Ziger (2010), ao analisar a importância das cooperativas de crédito na inclusão social, destaca seu papel no desenvolvimento econômico e social. O autor descreve as cooperativas de crédito como "organizações solidárias, que colaboram para uma sociedade mais justa, geram inclusão social e qualidade de vida.

O capítulo a seguir apresenta o método utilizado para identificar as ações de solidariedade no cooperativismo de crédito rural solidário.

4 MÉTODO

O método científico “é o caminho ou maneira para se chegar a um determinado fim ou objetivo” (RICHARDSON, 2007, p. 22). Já a metodologia são as regras e procedimentos estabelecidos por determinado método.

Com o método documentário estabelecido como base para esta tese, a pesquisa possui abordagem qualitativa. A entrevista buscou levantar questões relacionadas à formação da região Sudoeste do Paraná e seu contexto na criação da Cresol, em especial, os aspectos da solidariedade presentes.

4.1 O MÉTODO DOCUMENTÁRIO COMO REFERÊNCIA PARA O ESTUDO DA SOLIDARIEDADE NA COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA – CRESOL.

Para o desenvolvimento da problemática acerca da solidariedade na Cresol foram elencados aspectos históricos e da trajetória de pessoas que participaram da formação da cooperativa e de todos os diretores, anteriores e atual. A solidariedade foi avaliada a partir do Método Documentário de Interpretação, desenvolvido por Bohnsack (2020), a partir do trabalho de Mannheim. A proposta possui um referencial teórico metodológico na avaliação dos dados produzidos a partir de entrevistas.

O método documentário foi desenvolvido por Karl Mannheim (1893 – 1947) e encontrou nas ciências sociais um vasto campo de aplicação (BOHNSACK, 2020). De acordo com Alves (2008), a abordagem surgiu juntamente com a sociologia do conhecimento, e propõe a compreensão das visões de mundo (*weltanschauung*). Para Weler *et al* (2002, p. 378), as “visões de mundo nos são dadas sem que possamos apresentá-las ou explicá-las de forma teórica”.

Mannheim (1952) descreve a *weltaunschauung* como a visão de mundo. A expressão alemã ‘*welt*’ presente na palavra não significa o universo como conhecemos. De acordo com o autor, isto é muito limitado em relação ao seu real significado. O *Welt* é o mundo em que vivemos, construímos relações, interpretações da realidade e ao mesmo tempo nos relacionamos. Da mesma forma ‘*aunschauung*’

não é somente a visão, o sentido da visão, mas está relacionado a outras formas de perceber a realidade com a consciência e com os outros sentidos.

Para Mannheim o conhecimento não resulta apenas da consciência teórica, mas sobretudo de elementos de natureza não teórica provenientes da vida social e de influências e vontades que o produtor do conhecimento, enquanto indivíduo oriundo de uma realidade social, está sujeito. Neste sentido, o conhecimento não é apenas teórico, ele é prático. A essa rede de conhecimento, Mannheim (1952) chamava de constelação, onde cada um possui uma opinião em relação a situação vivida.

De acordo com Mannheim (1952, p. 36), ao tentar elucidar as causas ou mutações ocorridas, devemos considerar fatores fundamentais como o 'espírito do tempo' (*Zeitgeist*), e trazer vários estratos da vida cultural. Mannheim objetivava desenvolver um método de interpretação a partir do trabalho de Wilhem Dilthey – hermenêutica romântica, produzida no final do século XIX, que possibilitasse distinguir a lógica do conhecimento entre as ciências naturais e ciências humanas.

Mannheim (1952, p. 37), afirma que, para compreender as ciências sociais e a história, é necessário um trabalho de leitura da situação de análise do contexto ao qual a ação pertence, compreendendo a ótica de outras ações ou crenças historicamente construídas. Para o autor, "o conceito de *weltanschauung* origina-se do fato de que a entidade que ele denota está fora da esfera da teoria.

Ao analisar o espírito do tempo proposto por Mannheim, Weller *et al* (2002), afirmam que este é um instrumento para compreensão das ações dos indivíduos de um determinado grupo. Neste sentido, as visões de mundo não podem ser construídas aleatoriamente como teorias. Estas práticas são constituídas a partir do conhecimento a-teórico. A conceitualização teórica se constitui em instrumento para a compreensão das ações coletivas que produzem esse conhecimento a-teórico.

De acordo com Mannheim (1952, p. 41):

Se a unidade global da cultura for concebida como algo a-teórico, o abismo que separa o próprio processo de pesquisa de seu objeto se tornará mais amplo. Mais uma vez, nos encontramos confrontados com o problema do racionalismo e do irracionalismo, a questão de se e como o a-teórico pode ser traduzido em teoria.

Para Weller *et al* (2002), as experiências do mundo da cultura devem ser entendidas a partir de categorias próprias, mas distintas da teoria. Refletir teoricamente, ou seja, traduzir em teoria o contexto histórico vivenciado pelos pequenos agricultores, assentados, posseiros e demais pessoas que contribuíram

para a formação da região Sudoeste Paranaense, Assesoar e Cresol, significa voltar-se para dimensões pré-teóricas, ao nível da existência cotidiana. Nesse contexto, há separação entre a reflexão de caráter teórico e da pesquisa empírica. Isto demonstra que a teorização para o estudo surgiu no âmbito das experiências cotidianas.

Neste sentido, a visão de mundo como meio para traduzir as representações da coletividade dos pequenos agricultores fundadores da Cresol, em especial no que se refere a solidariedade, ainda não está constituída, caracterizando-se como conhecimento a-teórico. Assim, os fundadores da Cresol, na medida de suas experiências e realizações da vida cotidiana construíram suas visões a partir de ações práticas.

Ao analisar o trabalho de Mannheim, Tavares (2009), esclarece que as representações ou orientações coletivas derivam da experiência de um grupo. Elas são objetivas por estabelecer o sentido às possíveis experiências de um grupo, para além do individual.

Mannheim (1952) salienta que, em um determinado grupo, nenhum indivíduo comanda tudo que é conhecido. A totalidade daquilo que pode ser conhecido é dividido entre vários indivíduos. De acordo com Tavares (2009, p. 54) “cada um dos quais se envolve num segmento em particular da possível representação do espaço de experimentação coletiva”. Salienta-se que a totalidade dessas experiências não existe na cabeça de ninguém, mas de certa forma, está apoiada no grupo.

Weller (2005, p. 261) afirma que Mannheim procura relacionar “o pensamento ao contexto, o método de análise observa o cotidiano além do foco no indivíduo e utiliza os conceitos de geração, meio social e hábitos como elementos pertinentes para compreensão do comportamento social”.

A seguir, apresenta-se o método documentário como ferramenta de análise da solidariedade.

4.1.1 Procedimentos para aplicação e análise do método documentário

Ao analisar o trabalho de Mannheim, Tavares (2009, p. 54) afirma que este propõe um “sofisticado sistema para sua metodologia, vinculando à perspectiva de uma sociologia compreensiva”. Mannheim (1952), afirma que os fenômenos da cultura

somente poderão ser compreendidos, em sua plenitude, se observados como uma coisa em si. De acordo com Weller *et al* (2002), Tavares (2009) e Severo (2017), há três aspectos a serem considerados para interpretação do sentido das ações sociais.

De acordo com Weller *et al* (2002, p. 386), Mannheim apresenta um método de interpretação, que caracteriza como documentário e apresenta três níveis de significado em qualquer produto cultural:

- a) significado objetivo ou imanente: é dado naturalmente, por exemplo num gesto, num símbolo ou ainda na forma de obra de arte;
- b) Significado expressivo: transmitido por meio de palavras ou das ações (por exemplo, como expressão de ou como reação a algo);
- c) Significado documentário: como documento de uma ação prática.

Mannheim (1952), esclarece as diferenças entre os três níveis de significado de um produto cultural, e afirma que, inicialmente é necessário mostrar que os estratos são distintos e podem ser analisados. Ao analisarmos um objeto cultural, veremos a primeira vista aquilo que o caracteriza. O autor afirma que um produto cultural não será compreendido em seu significado próprio e verdadeiro se atendermos meramente aquele estrato de significado que ele transmite quando o olharmos apenas como ele é. Para analisar seu significado é necessário tomá-lo como tendo um sentido expressivo e documental.

A diferenciação desses três estratos da visão de mundo foi considerada no contexto do grupo de pessoas entrevistadas, todas vinculadas a Cresol. O conhecimento da configuração foi fundamental para orientar o processo de compreensão dos significados construídos pelos pequenos agricultores, posseiros, assentados e demais pessoas envolvidas com a criação da cooperativa, na medida em que ocorreu a interação do pesquisador com o ambiente onde as significações foram construídas.

De acordo com Severo (2017), o segundo significado, expressivo, permite observar o sentido que as pessoas atribuem as suas ações, sem separá-los do mundo da experiência. Desta forma, as lutas e reivindicações dos agricultores permitem a construção de um meio expressivo por parte de seus interlocutores, que descrevem um cenário caótico e de poucas oportunidades.

É neste contexto que surge a necessidade de solidariedade entre as pessoas que participam das lutas na região Sudoeste do Paraná. De acordo com Severo (2017), o observador deve perceber esse 'universo íntimo', a partir do sentido atribuído por esses entrevistados.

Severo (2017, p. 8) cita os principais instrumentos utilizados para análise a partir do método documentário:

- a) Entrevistas e narrativas: busca capturar a trajetória dos indivíduos além da esfera constituída pelo objeto de pesquisa. Constitui a *Weltaunschaung*.
- b) Observação participante e pesquisa documental: instrumentos que servem para a compreensão do contexto dos sujeitos, podendo ser fotografias, charges, vídeos, etc..
- c) Grupos de discussão: momento em que são captados os sentidos expressivos da participação e construção de determinada visão de mundo.

Ainda, de acordo com Weller *et al* (2002), o objetivo da pesquisa é encontrar determinados padrões comportamentais que apontem a existência de hábitos daqueles que compartilham uma visão de mundo. Severo (2017, p. 312), afirma que “é necessária a realização da pesquisa buscando tais indícios quando se investigam continuidades estruturais entre grupos com determinadas características”.

De acordo com Weller e Otte (2014, p. 327) “a entrevista permite gerar textos narrativos sobre as experiências vividas que nos permitem identificar as estruturas sociais que moldam experiências”, estas narrativas possuem o objetivo de vincular o contexto social as trajetórias bibliográficas.

As ações de solidariedade obtidas a partir das narrativas servem para a interpretação, que deve ser diferenciada e formulada com aquilo que é expresso pelos entrevistados, na busca de um sentido imanente. De acordo com Severo (2017, p. 9) “deve-se organizar os tópicos a serem debatidos e, posteriormente, selecionar os temas para análise”. Esta parte relaciona-se ao contato direto com o grupo pesquisado, que se desenvolve a partir da instigação de tópicos que estimulem os entrevistados.

Para esta etapa da pesquisa é importante realizar, de forma adequada, a seleção dos entrevistados. Neste estudo a escolha deu-se de duas maneiras:

- a) Primeiro - diretores da Cresol: o grupo é composto por um total de quatro pessoas;
- b) Segundo – utilizando o método de ‘bola de neve’, no qual o primeiro grupo indica outras pessoas, obteve-se um total de 3 indicações, sendo estas pessoas ligadas a cooperativa e que fizeram parte do processo de criação da Cresol.

As entrevistas foram realizadas individualmente, na presença do pesquisador, observando todos os procedimentos de segurança necessários em função do período de pandemia da COVID 19. As entrevistas foram realizadas durante os meses de julho e agosto de 2021.

Bohnsack (2020) afirma que as respostas trazidas pelos pesquisados constituem reflexos da visão de mundo referente ao contexto social dos entrevistados, por isso, é importante conhecer a vivência destas pessoas, o contexto em que os pequenos agricultores estavam envolvidos.

A noção sociológica do grupo é definida pela relação de interdependência, no qual compartilham valores numa dinâmica que enfatiza aspectos harmônicos ou conflitantes, que são intrínsecos a um determinado grupo estruturado (SEVERO, 2017).

Para Bohnsack (2020) este método de pesquisa permite observar aspectos naturais da sociedade. Para Severo (2017), esses modelos são orientadores das experiências individuais e coletivos em um determinado meio social, como é o caso dos agricultores. Associado a perspectiva do método documentário proposto por Mannheim (1952) permite duas formas de avaliação. Uma interna, relacionada ao sentido da ação atribuída a partir dos indivíduos no contexto de sua interação, e o outro e externo, orientado para a representação das interações num contexto estrutural.

4.2 APLICAÇÃO DA PESQUISA

As entrevistas permitiram ao pesquisador se aproximar do contexto dos entrevistados e da formação da região Sudoeste do Paraná, que influenciaram diretamente na criação da Cresol. Salienta-se que o foco principal da pesquisa foi analisar o significado da solidariedade presente no ato da formação da Cresol.

Para a operacionalização das entrevistas foram elaboradas duas perguntas que foram utilizadas como tópico guia com a finalidade de conduzir os entrevistados ao tema proposto. Este tópico guia foi resultante de leituras e conversações preliminares com sujeitos sociais relevantes e teve como objetivo encaminhar a entrevista, bem como organizar as informações obtidas.

De acordo com Bohnsack (2020), as perguntas constituem o ponto inicial para a construção das falas. Questiona-se 'como' as ações se constituem. As terminologias empregadas foram simples e direcionadas para a participação e compreensão do sentido da 'solidariedade' que envolvia as pessoas no período da criação da Cresol. Salienta-se que esta decisão se deu em função da possibilidade de indicação de pessoas simples e com baixo nível de instrução formal, fato este que dificultaria a interpretação das perguntas e, conseqüentemente, poderia conduzir a respostas equivocadas.

A interpretação documentária permitiu compreender o contexto histórico da formação da região Sudoeste do Estado do Paraná, as manifestações, como a que culminou na 'revolta dos posseiros', a partir do sentido das ações coletivas produzidas pelos agricultores em suas narrativas, bem como permite observar as representações sociais, no gestual, naquilo que está imanente à ação.

Após cada entrevista foram realizadas anotações e uma avaliação em relação ao entrevistado. Os entrevistados apresentaram aspectos que permitiram a análise do contexto histórico da formação da região Sudoeste do Estado do Paraná, fundação da Assesoar, fundação da Cresol, apoio de organizações não governamentais e solidariedade.

Os procedimentos de coleta de dados por meio da observação participante, bem como a ênfase na história de vida dos atores sociais entrevistados, foram utilizados para reconstruir as visões de mundo presentes em suas ações coletivas. Nesse caso, o método documentário de interpretação encontra operacionalidade de diversas formas. A prática da observação, incluindo-se a realização de entrevistas, podem constituir referenciais para o processo de compreensão da visão de mundo dos sujeitos sociais. Essa triangulação de métodos ou de técnicas de coleta de dados foi de grande relevância para uma maior abrangência da análise das entrevistas.

Em atenção a aspectos éticos, os nomes dos respondentes receberam pseudônimos com vistas a garantir o anonimato, bem como para preservar sua integridade. Portanto, pseudônimos foram utilizados para todos aqueles que participaram da pesquisa.

4.3 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram coletados a partir de entrevista aberta com o auxílio de um formulário, na presença do pesquisador, durante os meses de julho e agosto de 2021. Salienta-se que, em função da pandemia, foram tomados todos os cuidados necessários para o bem-estar e segurança do pesquisador e dos respondentes.

A análise das respostas se deu com a aplicação do método documentário, proposto por Bohnsack. No que se refere às visões de mundo, Bohnsack (2020), ao retomar o método documentário de interpretação de Mannheim, “transforma o método em um instrumento de análise para a pesquisa social empírica”. De acordo com Alves (2006), o autor faz isso ao colocar o sentido documentário no centro da análise empírica, o que implica a reconstrução do processo de uma ação específica inserida em um contexto social.

Bohnsack (2020) descreve que a intenção da entrevista aberta é permitir que os entrevistados desdobrem o tema dentro de seu próprio quadro de relevância. Além disso, na entrevista individual é possível compreender a declaração, no contexto geral, de uma narrativa ou de uma exposição mais extensa.

As perguntas que serviram como guia para a realização das entrevistas foram:

- a) Como se deu a criação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol?
- b) Como a solidariedade esteve presente neste processo?

De acordo com Bohnsack (2020), ao organizar o roteiro para entrevista deve-se questionar não o que acontece, mas como as coisas acontecem e dar liberdade para que o pesquisado possa discorrer sobre o assunto abordado, fazendo intervenções somente quando são imprescindíveis.

A análise das entrevistas foi realizada considerando o proposto pelo método documentário. A simbologia proposta por Bohnsack para análise, encontra-se no anexo I.

A interpretação busca reconstruir o sentido imanente, ou seja, aquilo que compreendemos de forma imediata, por isso a importância de realizar anotações após cada uma das entrevistas. Esta etapa é importante na medida em que permite a identificação dos tópicos ou temas discutidos no decorrer da entrevista. Após a organização temática dá-se início à análise da passagem inicial ou “narração central”,

que é realizada com a utilização de símbolos que permitem ao pesquisador observar detalhes da entrevista não observados *in loco*. O anexo 3 reproduz um pequeno trecho de uma das entrevistas realizadas.

Por último, analisam-se as passagens nas quais o entrevistado discute temas relevantes para a pesquisa. Durante a interpretação formulada de um tema, é realizada a análise sequencial dos subtemas identificados em uma passagem, *descrevendo com as palavras do pesquisador o que foi dito pelo informante* (WELLER e OTTE, 2014). Dados sobre o entrevistado e sobre o contexto que não estão presentes no texto da entrevista, não constituem objeto da interpretação formulada, podendo ser incluídas em uma etapa posterior da análise.

4.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Em relação ao problema de pesquisa, esta pode ser qualificada como qualitativa. Richardson (2007, p. 79) afirma que a “pesquisa qualitativa se justifica por ser uma forma adequada de entender um fenômeno social”. Para Bohnsack (2020) a pesquisa qualitativa exige entendimento teórico e epistemológico do processo de construção do conhecimento a partir da empiria.

Para aplicação do método a pergunta deve ser o mais aberta possível de modo a proporcionar ao entrevistado a possibilidade de estruturar pessoalmente a resposta, ou seja, o entrevistado é incentivado a apontar o que e de que modo aquilo é relevante para ele (BOHNSACK, 2020).

A pesquisa busca a familiarização com um tema – solidariedade - para posteriormente descrevê-lo. Sendo assim, a pesquisa possui características exploratórias e descritivas.

Com relação aos procedimentos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e entrevista aberta. Com relação à pesquisa bibliográfica, inicialmente foi realizada revisão sistemática a partir de obras publicadas e disponíveis na plataforma *web of science*. A revisão é apresentada no capítulo 2 desta tese e possui a intenção de apresentar o estágio das pesquisas bem como elencar os trabalhos já realizados.

A pesquisa documental foi realizada pela necessidade de contextualizar o surgimento da região sudoeste do Paraná, o surgimento da Cresol e a participação da Assesoar neste processo. A utilização do método documentário é importante na

medida em que apresenta subsídios para identificação de lacunas que podem ser investigadas com auxílio de outras técnicas (RICHARDSON, 2007).

As entrevistas foram realizadas com os diretores da Cresol. Para a definição das demais pessoas necessárias para a coleta dos dados foi utilizado o método de 'bola de neve', sendo que foram apontadas 3 pessoas. Richardson (2007) afirma que as técnicas de entrevista variam de acordo com o contexto na qual estão inseridas. O autor cita uma série de cuidados necessários e deve iniciar com uma explicação sobre o que se pretende e o porquê se está fazendo a entrevista.

A delimitação dos critérios para o estudo justifica-se pela importância que os pesquisados apresentam em relação ao processo de desenvolvimento da cooperativa de crédito Cresol e sua participação nos movimentos sociais presentes na época da criação da cooperativa.

O quadro 07, a seguir, apresenta uma síntese dos principais pontos do método.

Quadro 5: Resumo do processo metodológico da pesquisa

Natureza	Exploratória e descritiva
Procedimentos	Bibliográfica e pesquisa de campo
Abordagem	Qualitativa
Método	Documentário
Tema de estudo	Solidariedade
Campo de estudo	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol

A análise de similaridade de texto da tese foi realizada utilizando-se o Software Plagius - Plagiarism Detector, da empresa GH Software Ltda, versão 2.8.45575.3. Conforme pode ser visto na imagem do Anexo 2, o total de texto com similaridade foi de 9,46%.

4.5 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

De acordo com Gil (2002), a delimitação estabelece os limites da pesquisa. Ela deve anteceder todo projeto de pesquisa, uma vez que é ela quem irá guiar o

desenvolvimento da pesquisa. Sendo assim, esta tese apresenta as seguintes delimitações:

a) as entrevistas foram realizadas com os diretores da Cresol e pessoas indicadas por estes.

b) Foram identificadas ações e o conceito de solidariedade da Cooperativa que equivalem ao período de fundação da Cresol até a criação da Central Baser - 2000, período este em que uma das ações citadas na pesquisa deixa de ser praticada pela cooperativa – intercooperação.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PESQUISA

5.1 ESPÍRITO DO TEMPO E A CRIAÇÃO DO SISTEMA CRESOL

O surgimento da Cresol está associado historicamente aos movimentos que ocorreram no sudoeste paranaense do início até aproximadamente o final do século XX (KREUSCH, 2009). A falta de acesso a crédito, a recusa de outras instituições financeiras em dar apoio aos pequenos agricultores e a união destes fez surgir um grupo de pessoas dispostas a lutar por melhores condições para todos (VAN DER BRUG, 2015).

A região Sudoeste do estado do Paraná é formada por 43 municípios em que aproximadamente 34% de sua população reside no campo, é composto basicamente por pequenas propriedades e 94% dos agricultores possuem menos de 50 hectares de terra (IPARDES, 2019).

Atualmente a população da região Sudoeste é composta por, aproximadamente, 582 mil habitantes (IBGE, 2019), e possui uma história marcada pela persistência e luta dos pequenos agricultores que buscavam um lugar para viver. Inicialmente a ocupação da região deu-se a partir de pessoas vindas de Palmas e do Vale do Contestado, Santa Catarina (MARTINS, 1986).

Km devido a seu projeto de inclusão e busca de alternativas, os agricultores encontraram forte resistência de uma classe dominante que estava presente e dominava uma vasta região em disputa, de um lado estavam os pequenos agricultores, posseiros e assentados e de outro as empresas colonizadoras.

Pensar o surgimento da Cresol na região sudoeste do Paraná significa, dentre outras coisas, resgatar a história de luta dos agricultores que culminou em um evento conhecido como 'a revolta dos posseiros', relatado em diversos artigos e livros, dentre eles a obra de Martins (1986), que retrata o histórico das famílias e das empresas colonizadoras presentes na região Sudoeste do Paraná.

Xm a revolta ocorrida em Francisco Beltrão permitiu aos agricultores receber o título de propriedade das terras, porém, os agricultores não possuíam

recursos para investimento, necessitando de empréstimos de instituições financeiras, que não aceitavam transacionar com os mesmos visto que estes não possuíam nada para dar como garantia. Quem tinha acesso a terra precisava também de alternativas de produção.

Hm mesmo com os agricultores tendo acesso a terra, o pensamento dos bancos não mudou. O governo não criou alternativas de crédito. Os bancos não queriam receber os pequenos. Queriam cobrar conta na justiça e tirar terra deles. O movimento social fez uma mobilização diante dos bancos. A orientação sindical era pedir para os agricultores 'se afastem dos bancos'.

A luta pela posse da terra representou um marco importante para os agricultores, porém, não era o fim dos problemas, visto que estes possuíam a terra, mas não tinham recursos para produção e sustento das famílias. Neste período havia um grande movimento de associativismo e busca de tecnologias alternativas, visto que as pessoas que tiveram acesso a terra, necessitavam de recursos para produzir.

Os agricultores, com o apoio da Assesoar e a partir de um fundo conquistado com a Misereor, entidade alemã ligada a igreja Católica, passaram a trabalhar o fundo de crédito rotativo. Este fundo possuía um conselho responsável que era formado por representantes de diversas entidades sociais. A Assesoar realizava as intermediações do fundo de crédito de maneira informal, sem que tivesse o direito legal para tal.

O fato é que a Assesoar não poderia continuar trabalhando na informalidade, agindo como instituição financeira. Além de estar incorrendo em um ato infracionário a instituição não possuía instrumentos legais para execução da dívida, se necessário.

Mm a Assesoar não podia continuar trabalhando na informalidade, você não tinha instrumentos para execução da dívida, porque você estava realmente trabalhando na informalidade e isto é proibido. Então nessa ânsia de buscar uma solução legal é que foi criada, se encontrou as cooperativas de crédito.

Verifica-se que a cooperativa nasceu da necessidade de formalizar os atos que vinham sendo praticados, mas não encontravam respaldo legal. Desta forma, foi possível fortalecer os associados por meio da aplicação do crédito e apropriação do conhecimento com um objetivo maior que era inserir famílias de pequenos agricultores na sociedade, contribuindo para a diminuição de êxodo rural e aumento da produção de alimentos (ZIGER, 2010).

Gm a conta era simples. Vinha 30 milhões pra Beltrão. O Banco do Brasil pegava os 100 melhores produtores, distribuía para esses os trinta milhões e os outros oitocentos produtores que não tinham tanta tecnologia, dinheiro, capacidade, não acessava nada. Então a conta era simples, nosso objetivo inicial era só esse. Era pegar e fazer a população mais pobre, a faixa mais carente ter acesso aos fundos públicos, ter acesso ao financiamento rural.

Mm ressalta que, em uma tentativa de compreender e organizar a situação, foi realizado um seminário na cidade de Guarapuava no início do ano de 1994. A intenção era discutir o fundo de crédito rotativo e o cooperativismo de crédito. Para auxiliar no debate foram convidadas algumas instituições, dentre elas a Ocepar e a Cocecrer.

Km pedimos para fazer uma palestra sobre o cooperativismo de crédito, falar o que é. Então veio o pessoal, nós apresentamos a nossa situação pra eles. Eles acharam interessante nosso trabalho, bem social, mas economicamente inviável.

Ainda, de acordo com Km, havia um trabalho de recuperação de uma cooperativa de crédito sendo realizado na cidade de Itapiranga, no estado de Santa Catarina pelo Senhor Valdemiro Kreusch, a Cooperativa de Crédito Rural de Itapiranga – Credi Itapiranga. De acordo com Kreusch (2009), essa cooperativa havia sido fundada no ano de 1932 pelo Padre Teodor Amstat com o objetivo de atender agricultores que haviam adquirido terras da colonizadora União Porto Novo, as margens do rio Uruguai.

De acordo com Xm, ao saber do trabalho realizado por Valdemiro Kreusch, marcaram uma data para conhecer as ações realizadas por este, em especial, o trabalho da cooperativa junto aos agricultores. Na ocasião foram realizadas conversas com os agricultores, gravaram depoimentos e fizeram filmagens da cooperativa e das propriedades. Esse material foi levado para a Assesoar, para que os responsáveis pelo fundo de crédito rotativo pudessem conhecer a cooperativa de crédito – Credi Itapiranga e sua proposta.

Neste período havia a dúvida acerca de qual a melhor forma de organizar o fundo de crédito rotativo. Inicialmente foram consideradas duas possibilidades: a criação de uma associação de crédito ou uma cooperativa de crédito.

Mm tínhamos muitas entidades que ajudavam no processo, aí chegou em noventa e cinco o pessoal falou, tá mas você só não pode ficar administrando recurso, por que vai perder inclusive a filantropia, aí vem a ideia de criar uma ferramenta e no primeiro momento se discutiu associação de crédito, mas chegou a ideia de se ter uma cooperativa de crédito. Aí foram falar com a Cocecrer, mas eles falaram nós não queremos vocês, esse negócio de agricultura familiar. Aí chamaram o seu Valdemiro. Como que se faz para criar uma cooperativa de crédito? Ele disse: precisamos de sócios e uma máquina de escrever e estará tudo pronto.

De acordo com Kreuzsch (2009), para criar uma cooperativa de crédito é necessário observar 3 aspectos, sendo eles: público-alvo, interação entre as pessoas e a solidariedade. Ao avaliar esses itens e com a certeza de que era possível criar uma cooperativa de crédito com foco no público rural, inicialmente sugeriu o nome de Cooperativa de Crédito Rural. Era necessário colocar no estatuto que seria de crédito rural pelo fato de que a legislação determinava que as cooperativas atendessem a um determinado ramo de atividade, neste caso o rural.

Para Hm, o desafio inicial foi trabalhar apresentando o projeto da cooperativa numa tentativa de sensibilizar os pequenos agricultores. Era necessário discutir o significado e esclarecer aos futuros sócios sobre as alternativas legais para criação de uma cooperativa de crédito (VAN DER BRUG, 2015). Havia ainda uma questão legal que era ter um número mínimo de agricultores dispostos a criar a cooperativa de crédito.

A cooperativa de crédito rural com interação solidária nasce com foco na agricultura familiar e no aspecto da solidariedade dos fundos de crédito rotativos, do aval mútuo e da coletividade. De acordo com Xm:

Xm surge um impasse. Qualquer coisa pode ser solidária. Eu posso ter uma empresa que destrói o meio ambiente e ser solidária, daí veio a história da palavra interação. Porque interação significa as pessoas participarem do solidarismo, ajudar a decidir e estarem juntos no processo. Então por isso que você tem as duas palavras aí eu diria que tão importante quanto solidária é importante a palavra interação solidária.

O foco da cooperativa de crédito era trabalhar a inclusão das pessoas que estavam desassistidas de crédito, sem acesso aos bancos e que buscavam apoio no fundo de crédito rotativo.

Jm existia muitos agricultores, muitas pessoas carentes de crédito. Então qual a proposta da Cresol. Levantou-se lá na sua missão que era estar envolvido na comunidade gerando desenvolvimento, levando crédito para as pessoas, fazendo que mesmo com o pouco recurso começasse a movimentar.

Km então ele pegou essa coisa da interação e da solidariedade, Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária. Então foi assim que nasceu a Cresol e essa coisa da interação e da solidariedade.

Mm quando começamos a cooperativa de crédito veio um francês que entendia muito de cooperativa de crédito, ele dizia o seguinte: qual é o objetivo de você criar uma cooperativa de crédito? Tem vários. Vocês querem uma cooperativa de crédito pra ganhar dinheiro, é uma coisa. Vocês querem uma cooperativa de crédito pra administrar o repasse do governo, é outra coisa. Agora, se vocês querem uma cooperativa de crédito para fomentar o desenvolvimento local, é outra coisa. O problema pode ser a falta de objetivos desenvolvimentistas do lugar que impede a viabilização de um instrumento de crédito que fortaleça a economia local e que de impulso para iniciativas que criem solidariedade e sustentabilidade.

Kreusch (2009) salienta que a Cresol nasceu com o objetivo de incentivar e estruturar a agricultura familiar, trazendo taxas de juros mais baixas ao mesmo tempo em que tenta organizar a poupança local como forma de auxiliar o desenvolvimento das famílias.

A Cresol nasce com foco na agricultura familiar, trabalhar a inclusão de pessoas que estavam desassistidas de crédito, sem acesso às instituições financeiras. Gm salienta que muitos agricultores nunca tiveram acesso ao sistema bancário.

Gm o ponto de vista era que, existia muitos agricultores, muitas pessoas carentes de crédito. Então a proposta da Cresol foi estar envolvido com a comunidade gerando desenvolvimento, levando crédito para as pessoas, fazendo com que mesmo que fosse pouco recurso que o empreendimento deles crescesse e começasse a movimentar

Gm vem pra Cresol todo povo excluído, todo povo que queria mudar suas condições econômicas. Eu costumo dizer que era desgraceira mesmo. Era o pessoal excluído e lascado que vinha. Por isso a fortaleza no nome interação e solidariedade.

A Cresol nasce dentro deste contexto de lutas dos agricultores, em especial, pela possibilidade de acesso ao sistema financeiro, para conseguir crédito a juros

baixos, para realizar os investimentos mínimos necessários para, inicialmente, o atendimento das necessidades básicas fundamentais, como alimentação e moradia.

5.2 FUNDO DE CRÉDITO ROTATIVO E A INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

A cooperativa de crédito rural solidária surgiu para atender uma demanda que as outras instituições financeiras, inclusive as cooperativas de crédito, não atendiam. Sua origem teve foco na agricultura familiar e no aspecto da solidariedade, apoiada principalmente nos fundos de crédito rotativo, do aval mútuo e da coletividade. Am salienta que “a gente queria fazer diferente”.

A intenção de criar o fundo de crédito rotativo nasceu a partir da visita de um representante da Misereor a um assentamento em Mangueirinha (VAN DER BRUG 2015). O fundo seria responsável por apoiar financeiramente as organizações dos agricultores.

A forma tanto jurídica quanto organizativa dessas associações pode variar, mas interessa que nelas todo associado possa desenvolver ao máximo sua capacidade de participar, ou seja, decidir, questionar, executar e, enfim, conhecer e realizar opções ou alternativas de investimento, estabelecer contratos solidários nas operações de crédito, de modo a fazer com que a própria base organizativa dos produtores financiados seja a melhor garantia dos créditos concedidos (VAN DER BRUG, p. 150).

A experiência dos fundos de crédito rotativo trouxe consigo a questão da solidariedade, que, naquele momento, representava a força das pessoas para conseguir o acesso ao crédito, avalizando uns aos outros. Mm ressalta que é necessário analisar o envolvimento dos agricultores além do ponto de vista do aval solidário. Km destaca três pontos importantes que foram apontados por Valdemiro Kreusch como decisivos para a criação da Cresol que foram: apoio aos pequenos agricultores, interação social e a solidariedade.

Os fundos de crédito rotativo foram viabilizados a partir de uma parceria com a Misereor, entidade vinculada ao Ministério de Cooperação Alemã. O objetivo deste fundo era financiar os pequenos agricultores ligados aos movimentos sociais, assentamentos da reforma agrária e associações. Km ressalta que entre os anos de 1985 e 1987 começaram a surgir os primeiros assentamentos da reforma agrária nos

municípios de Mangueirinha e Marmeleiro. Os assentados que não possuíam dinheiro e nem crédito viram o fundo de crédito rotativo não como uma solução definitiva, mas um alento para as famílias. Hm ressalta que, inicialmente, o financiamento era destinado a correção do solo e adubação verde.

Mm as entidades encontraram nos fundos de crédito rotativo uma forma de financiar um volume maior de recursos e ao mesmo tempo atender a uma demanda potencial, e necessária, de financiar os assentamentos da reforma agrária e com a conversão dos valores em sacas de milho, dar condições para que estes conseguissem pagar o financiamento.

Esse fundo de crédito rotativo era administrado por um grupo de pessoas vinculados a entidades sociais como a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural - Assesoar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esse fundo emprestava o dinheiro para os agricultores e faziam a conversão em sacas de milho. Uma forma encontrada para que os agricultores não precisassem dispor de suas terras como garantia do pagamento. Era necessário um grupo de, no mínimo, 8 famílias que garantiam o pagamento. Para Km a solidariedade nasceu a partir da criação da chamada ‘cédula solidária’ que era um contrato de empréstimo assinado pelas famílias. Gm salienta que a participação de entidades e movimentos sociais estavam pujantes no final do século XX, não somente na região oeste do Paraná, mas no Brasil como um todo.

Km na minha percepção histórica, onde é que nasce a ideia da solidariedade? Da economia solidária, de uma outra forma de ver a economia, de ver o crédito. Porque nós fomos planejar o fundo de crédito rotativo. Nós tínhamos uma coisa que os agricultores não aceitavam que era contrato com correção monetária. Então tínhamos que pensar em algo que o dinheiro não depreciasse. Criamos a chamada ‘equivalência milho’ que ficou até a criação da cooperativa.

No ano de 1994 passou-se a discutir como poderia ser organizado um sistema de crédito que atendesse essas famílias, uma cooperativa de crédito rural. De acordo com Km, durante um seminário realizado na sede da Assesoar, na cidade de Francisco Beltrão, foram discutidos diversos assuntos e, dentre eles, o nome da cooperativa de crédito que viria a ser criada.

Mm afirma que, neste seminário, Valdemiro Kreuzsch apresentou a visão dele em relação a criação da cooperativa, visto que ele havia assessorado a Cocecrer. Foi uma oportunidade para descrever as atividades desenvolvidas pela Assesoar e a maneira como era realizada a gestão do fundo de crédito rotativo.

De acordo com Km, seu Valdemiro não tinha o hábito de fazer anotações durante as reuniões, mas ouvir com atenção e fazer suas avaliações mais tarde. Como de costume, após a reunião, seu Valdemiro pegou o computador, foi até o quarto e passou a rascunhar algumas observações importantes.

Km ele disse olha, tô impressionado com isso aqui. Primeiro gostei porque vocês não misturam o grande com o pequeno, então vocês têm um movimento num público muito parecido. Segundo vocês tem um processo de interação, de integração que eu nunca vi. Vocês interagem entre várias entidades, mesmo com diferenças entre elas. Diferente das experiências que eu tenho com cooperativismo, vocês têm uma interação muito forte. Terceiro, a solidariedade, essa experiência do fundo rotativo, essa questão da solidariedade entre as pessoas.

Mm comenta que, por definição, a expressão solidária referia-se a obrigação de pagar, quitar a dívida caso necessário. De acordo com o pesquisado, não era possível ser solidário somente na dívida. A partir desta constatação Cristophe Delanoy cunhou o nome CRESOL e seu Valdemiro criou o termo Cooperativa de Crédito Rural Com Interação Solidária.

Era necessário acrescentar as questões de interação e de solidariedade no nome da cooperativa. De acordo com Xm, foi então que veio a ideia da interação solidária. A intenção era criar uma cooperativa onde as pessoas pudessem participar ativamente e interagir. Criar um processo de interação com o quadro social, inclusive com as cooperativas a partir dos processos de intercooperação. Assim nasceu o sistema de crédito cooperativo com interação solidária.

Para Jm uma cooperativa é solidária quando toma decisões em conjunto com a sociedade e discute o cooperativismo com a participação da base. Ser solidário é ouvir as pessoas. Salienta, porém, que, no princípio a expressão solidária estava relacionada com o aval solidário. Gm corrobora com a afirmação e salienta que a interação era para garantir a participação das pessoas e a palavra solidaria era para ter o aval solidário.

Era necessário manter a expressão interação uma vez que a força e a lutas das pessoas estava justamente na forma como estas interagiam e se relacionavam entre si e com as demais entidades sociais como as associações, igreja e sindicatos.

Xm o solidário eram grupos que tomavam crédito e as famílias se avalizavam dentro da comunidade. Então essa experiência do aval solidário do crédito coletivo, do fundo rotativo é que o pessoal queria manter dentro da cooperativa. Nós vamos criar uma cooperativa, nós queremos manter nossos princípios do pessoal saber como é que está sendo financiado, quem que tá devendo e o grupo se auto avalizava.

Km e Gm afirmam que cooperativa é uma sociedade de pessoas, não é uma sociedade de capital. O capital é uma ferramenta, é um instrumento para os resultados que você quer alcançar. A cooperativa é uma sociedade de pessoas e o capital deve ser utilizado como instrumento para alcançar os resultados almejados.

Jm uma cooperativa solidária, e eu acredito que a Cresol faz muito bem isso, é que nós precisamos tomar decisões em conjunto com a sociedade. Ser solidário é você escutar as pessoas, discutir cooperativismo com a participação da sociedade, olhar a base. O ponto chave é o relacionamento com a sociedade.

Mm chama o relacionamento com a sociedade de 'solidariedade local' e reforça o pensamento de que era necessário criar e apoiar as bases e envolver os associados nas discussões e projetos da cooperativa. Hm afirma ainda que deve existir uma solidariedade local, que multiplica o recurso localmente, para justamente amparar o crédito melhor, da melhor forma. Para Xm, o princípio da solidariedade nasce com a socialização do conhecimento. Quando você socializa conhecimento e informação você está sendo solidário. O crédito deve ser uma ferramenta para o desenvolvimento local.

Hm naquele período a agricultura familiar era tão pobre que não tinha condições, recursos para entrar, para ser associado na Cresol, mesmo que o valor era pequeno, mas a maioria dos agricultores não tinha um pouco de poupança, mesmo em outro banco, e nós decidimos naquela época criar um sistema solidário, onde um poupasse e o outro pudesse pegar emprestado. E assim nós fazíamos toda a cadeia da agricultura familiar crescer numa forma solidária, com o dinheiro nosso mesmo.

Xm uma cooperativa solidária pra mim é quando o sócio tem vez, tem voz. Ele participa, ele opina, ele ajuda na gestão e quando toda a família tem a grande oportunidade de fazer parte. Uma cooperativa solidária tem que ser aberta, participativa. Uma cooperativa é solidária quando todos ganham. Quando passa a visar a cooperativa e não o cooperado ela deixa de ser solidária.

Para Gm, a cooperativa de crédito só tem sentido se os atores pensarem de forma coletiva, solidária. Os associados devem buscar usufruir dos benefícios da cooperativa, mas ao mesmo tempo investir a poupança ou excedente para servir de auxílio e alavancar situações semelhantes. A questão da solidariedade é que deve fazer as pessoas buscar uma cooperativa. Km salienta que, se não tiver o pensamento de ser solidário, não tem necessidade de ser cooperado. Ser cooperativista só tem sentido se pensar de forma coletiva.

Gm tão importante quanto a solidariedade é importante a palavra interação. Eu diria que essas duas palavras é que foram, que são o diferencial da Cresol e é uma coisa que a gente busca, luta e tenta manter até os dias atuais. Entende-se o seguinte, na interação os associados participam e decidem a partir do objetivo da solidariedade que, na época, nada mais era do que ampliar a capacidade de financiamento para a agricultura familiar.

Gm O financiamento era utilizado para ampliar a produção e, por consequência, garantir o sustento e melhorar as condições de vida das famílias. A solidariedade surge daí. Você tem um perfil de importação de tecnologia, é lógico, ela foi uma tecnologia de 96 que era mecanizar o arado a boi, mecanizar a atividade agrícola. Era ter 5 vacas Jersey ao invés de 5 vacas 'pelo duro'. Isso era modernização para esse público excluído.

De acordo com Burigo (2006, p. 314) uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura atender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões. A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento à sua missão estratégica.

As iniciativas da criação da Cresol, que implicaram em relações e valores solidários entre as pessoas se estabeleceram para criar laços de colaboração mútua, cooperação nas formas de trabalho e responsabilidade solidária. A solidariedade se

constituiu em elemento essencial para o surgimento e manutenção da cooperativa, no sentido de alcançar os objetivos que se pretendia.

O estudo permite afirmar que a solidariedade foi um dos principais elementos para a criação do sistema Cresol. De acordo com o apresentado pelos pesquisados, no nome da cooperativa a solidariedade está expressa na ‘interação’ e representa a força dos pequenos agricultores na busca de crédito, enquanto a expressão solidária refere-se ao aval solidário, neste caso, a solidariedade seria aplicada quando um dos tomadores de empréstimo não conseguisse pagar a dívida, ou cumprir com sua obrigação, ou seja, a solidariedade seria efetiva somente se as coisas dessem erradas.

Após análise das entrevistas foram selecionados um total de 44 ações que representam a solidariedade entre agricultores e cooperativa de crédito. Estes dados foram compilados e alguns foram incorporados, restando um total de 11 ações, apresentadas na tabela 02, a seguir.

Tabela 1: Ações de solidariedade apontadas pela pesquisa

Ações de solidariedade	Entrevistados						
	Gm	Jm	Km	Mm	Fm	Xm	Hm
Acesso ao crédito	O	X	X	X	O	X	X
Apoio as estruturas de base	X	X	X	X	O	X	X
Educação financeira familiar	O	X	O	O	X	X	X
Estímulo à agricultura familiar	X	O	X	X	X	X	X
Estímulo à criação de emprego	X	X	O	O	X	X	X
Estímulo à poupança	X	O	O	X	X	O	X
Estímulo ao desenvolvimento local	O	X	X	X	X	X	X
Inclusão social	O	X	O	O	O	O	X
Intercooperação	X	X	X	O	X	X	O
Sentido de pertencimento	X	X	X	X	X	X	X
Relacionamento com a comunidade	O	X	O	O	X	X	O

Obs: ‘x’ o respondente indicou a ação / ‘o’ o respondente não indicou a ação

A seguir são apresentadas as ações que representam a solidariedade no cooperativismo de crédito rural e que foram identificadas a partir da análise das entrevistas.

5.2.1 Acesso ao crédito

Para Ziger (2010, p. 04), “o desafio do crédito rural para a agricultura familiar é, antes de tudo, o desafio da produção de alimentos para toda uma nação”. Observa ainda que a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos no Brasil e os agricultores necessitam de crédito para investir, crescer e desenvolver a agricultura.

Migliaro (2018), descreve que o primeiro caminho que leva a solidariedade, “parte da situação de pobreza e marginalidade que se encontram grandes grupos sociais”. Salienta, ainda, que este não é um fenômeno novo e que tem aumentado nos últimos anos. O acesso ao crédito, de maneira consciente pode minimizar esta situação.

Além do crédito, a cooperativa necessita encontrar uma forma justa de distribuição da riqueza, incluindo políticas de preços dos produtos e serviços oferecidos, a distribuição do excedente das operações da empresa aos usuários, proporcional às suas atividades junto a cooperativa. Beland (2013, p. 31) o “crédito para investimento e consumo devem ajudar as pessoas a viver melhor”. O autor chama isso de empréstimo produtivo.

A dificuldade de acesso ao crédito se dava, em especial, pelo fato de que a maioria dos agricultores não conseguiam abrir uma conta em algum banco ou cooperativa de crédito. Esta dificuldade ocorria, em especial, pelo fato de que não possuíam recursos suficientes.

Hm os agricultores que participaram da criação da Cresol eram, em sua maioria, assentados e ainda não haviam conquistado o título de propriedade. Fato este que dificultava o acesso a crédito, em especial por não ter nada para dar como garantia de pagamento. A partir da ação dos movimentos vinculados a Assesoar e com o apoio da Misereor criaram o Fundo de Crédito Rotativo.

A intenção era desenvolver um sistema de crédito que não endividasse as pessoas, mas que pudesse criar e dar autonomia. Essa autonomia foi possível, inicialmente, com os recursos do fundo de crédito rotativo.

Gm na prática a cooperativa surgiu porque a gente não conseguia acessar recursos ou melhorar a produção ou melhorar a qualidade de vida na propriedade, foi aí que surgiu a ideia de criar uma cooperativa de crédito.

Hm nós decidimos naquela época, criar um sistema solidário onde um poupasse e o outro pegasse emprestado, e assim nós faríamos toda cadeia da agricultura familiar crescer numa forma solidária.

A criação da cooperativa de crédito deu amparo a população do Sudoeste Paranaense, marginalizada e desassistida pelo sistema financeiro, inclusive por outras cooperativas de crédito, e possibilitou que estas pessoas produzissem para o sustento de suas famílias, visto que passaram a investir em tecnologia que, de acordo com Gm, naquele período era a construção de moradia, adubação da terra, compra de gado leiteiro com maior capacidade de produção e facilidade de manejo e reforma da cerca da propriedade.

Junqueira e Abramovay (2005) salientam que o objetivo principal do microcrédito é ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional.

Jm o crédito, o estímulo a crédito das pessoas menos favorecidas, está presente desde a criação da Cresol, e isso gerou estímulo ao consumo, eles passaram a ter mais dinheiro pra gastar e confiar mais em gastar também. Existia uma questão de educação, tanto para as pessoas economizarem o seu dinheiro quanto para eles gastarem de maneira correta.

As cooperativas de crédito nos mostram um caminho financeiro que sugere que todos os tipos de trabalhadores podem possuir e gerenciar coletivamente seus ativos, com implicações potencialmente radicais para a transformação social e os movimentos pós-capitalistas, como uma economia solidária que “trabalha para pessoas e planeta (PAVLOVSKAYA et al, 2019).

A Cresol nasce com esse foco na agricultura familiar, de poder dar acesso a linhas de crédito. De acordo com Xm, “dentro desse modelo diferenciado, a Cresol

sempre trabalhou com a perspectiva de um sistema de crédito que não endividasse, mas que criasse autonomia”.

De acordo com Beland (2013) as cooperativas de crédito possibilitam a satisfação de algumas necessidade fundamentais como habitação, agricultura, consumo, serviços financeiros, trabalho, etc.. Fm salienta que, “por sua contribuição para o êxito da Cresol, seus fundadores puderam satisfazer ainda suas necessidades afetivas e de realização”.

Jm o surgimento da Cresol ocorreu para viabilizar o acesso ao crédito, em especial as microfinanças, das pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional, por não ter garantias e não representar oportunidade de lucratividade para as instituições financeiras.

Junqueira e Abramovay (2005) salientam que, apesar da cooperativa trabalhar com público que não possuía garantias e demandavam volumes financeiros, estes representavam altos custos de transação. A viabilidade do processo se dava no baixo índice de inadimplência. Afirma ainda que o principal ganho está no fato de contribuir para tirar uma parte da população do elevado estágio de pobreza em que se encontravam.

Xm a gente precisa trabalhar muito a ideia do controle social forte, ou seja, o quadro social tem que saber o que tá acontecendo, e aí está um dos princípios da solidariedade, ou seja, nós não precisamos discutir créditos simplesmente como um instrumento financeiro. A gente precisa colocar o crédito como um meio, um insumo. Mas ele não é o único insumo, a gente precisa discutir a terra, a gente precisa discutir a comercialização, precisa atender que a agricultura familiar ela interage com diversas demandas, e a demanda do crédito é somente uma.

Soares e Melo Sobrinho (2008), afirmam ainda que famílias pobres e desassistidas utilizam o crédito para alcançar não somente o necessário para a subsistência diária, mas fazem provisões para o futuro, visto que investem em melhor nutrição, habitação, saúde e educação.

5.2.2 Apoio as estruturas de base

De acordo com Xm e Hm, a Cresol surgiu da união de associações e demais entidades vinculadas a Igreja Católica e aos movimentos sociais. Estas entidades formaram a base responsável pela criação da cooperativa no ano de 1995.

Da mesma forma, Mm afirma que a Cresol nasceu com o apoio das estruturas de base, que era formada pelas associações, sindicatos, movimentos sociais e a Igreja Católica. Na visão do pesquisado, havia expectativa de criação de uma estrutura horizontal que possibilitasse a interação em rede.

Para Mm a expressão 'interação' flertava com uma filosofia desenvolvimentista, que era você ter pequenas unidades que fossem capazes e interagir entre elas e com isso fomentar o desenvolvimento rural. Estas pequenas estruturas se tornariam grandes por trabalhar em rede, mas que, operacionalmente, estavam na base, possuíam autonomia operacional.

De acordo com Xm, o conceito de solidariedade deve ser observado pela natureza daquilo que é cooperativa, ou seja, construir um processo coletivo. Ser solidário era o processo de transparência nas informações, isso que dava sentido a palavra solidariedade, mais do que o crédito ou o aval solidário é ter espaços onde você socializa as decisões, onde você compartilha processo decisório. E para isso você precisa trabalhar com o pessoal de base, incluindo aí os agentes comunitários, dentre muitos outros.

Mm salienta que é necessário fortalecer a sociedade na sua base, porque esse sempre foi o objetivo do sistema Cresol. Se você se deixar levar somente pela concorrência, você desagrega a base. Estas entidades prestam apoio e buscam melhores condições para a população que, sem elas, estariam desassistidas pelas empresas tradicionais.

Xm, Hm e Mm descrevem a preocupação no crescimento da cooperativa. De acordo com os pesquisados, o crescimento só é positivo se agrega valor para as pessoas e para a comunidade. Neste mesmo sentido, Beland (2013, p. 33) afirma que "a prosperidade das cooperativas de crédito passa a ser o seu inimigo mais perigoso".

Xm e Hm descrevem que esta estrutura de base do cooperativo solidário deveria ser formada por entidades vinculadas aos movimentos sociais e de apoio à agricultura familiar e solidária.

5.2.3 Educação financeira familiar

Para Beland (2019, p 29), a cooperativa deve servir seus acionistas e não o lucro. Mais do que uma instituição financeira, esta deve se assumir como uma escola, dedicada a educação econômica e a formação moral e social de seus membros. Cabe a cooperativa ensiná-los a poupar, utilizar racionalmente o crédito e a desenvolver sua autonomia e independência econômica.

Beland (2013, p. 31) afirma ainda que “cabe aos dirigentes o papel educativo no que diz respeito a poupança e a gestão do orçamento familiar”. Esses preceitos estão relacionados ao Movimento Desjardins.

Jm o modelo de negócios do cooperativismo é diferente dos bancos tradicionais. O objetivo final do cooperativismo de crédito é a educação financeira gerando impacto para a sociedade, para os mercados locais e gerar valor compartilhado.

De acordo com Gm, a necessidade da educação financeira surgiu a partir do momento em que o financiamento da produção dos pequenos agricultores trouxe os resultados esperados e as pessoas conseguiram pagar as dívidas. Era necessário incentivar os agricultores a poupar o excedente como uma possível reserva futura, caso necessário, para dar apoio aos demais produtores que necessitavam tomar esse recurso emprestado.

A gestão familiar pressupõe a participação de toda família no planejamento no orçamento. Beland (2013) conceitua esse tema como sendo a educação para a poupança e gestão do orçamento familiar. Para o autor, tão importante quanto receber recursos é saber como gastar de maneira consciente para que pudessem não só honrar com nossos compromissos, mas guardar o excedente para eventuais necessidades.

Meinem e Port (2012) salientam que há necessidade de mobilização nacional para a divulgação da filosofia, princípio e valores cooperativos nas mídias de massa, e sugerem que a educação para o cooperativismo deveria estar presente no ensino fundamental, assim como já ocorre em alguns países Europeus. A educação financeira é parte integrante destes princípios.

De acordo com a ACI (1995) as cooperativas devem promover a educação e formação de seus associados, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir eficazmente com o desenvolvimento de suas cooperativas.

5.2.4 Estímulo à agricultura familiar

De acordo com Ziger (2010, p. 08) “além de estimular a produção de alimentos, é necessário olhar para o rural como uma “opção de vida sustentável”. O autor salienta ainda que o meio rural pode ser um local de muitas oportunidades a partir de um novo projeto de agricultura familiar que possa criar condições para a permanência do homem no campo.

Neste período existiam muitos pequenos agricultores que se dedicavam ao cultivo do fumo. Porém, era necessário levar alternativas de produção e renda. Hm salienta que uma forma encontrada para melhorar a qualidade de vida, produção e a renda das famílias foi o incentivo a atividade leiteira.

Hm nós tínhamos uma grande luta contra os plantadores de fumo, porque nós vínhamos de uma região onde o fumo era a principal atividade e pra que o nosso agricultor, nosso cooperado deixasse de plantar fumo, nós tínhamos é que levar outras alternativas e muitos agricultores que plantavam fumo passaram a tirar leite.

Xm destaca que, na década de 90, as cooperativas de crédito foram onde os outros bancos não queriam ir, por que eram cidades pequenas e a população rural era formada basicamente por agricultores familiares e assentados.

Anjos, *et al* (2020) ressaltam a importância e necessidade de estímulo à agricultura familiar enquanto estratégia de fortalecimento para os agricultores e para os territórios na busca de superação da pobreza, a partir da mobilização de recursos locais, principalmente no meio rural.

O crédito rural para os agricultores familiares desempenhou papel importante no estímulo a produção, geração de trabalho, melhoria das condições de vida e renda. Um estudo realizado por Büttenbender, Berkmann e Sparemberger (2020), destacam

ainda que, além da inclusão de trabalho e renda, o estímulo a agricultura familiar contribui para a inclusão e promoção do desenvolvimento sustentável.

5.2.5 Estímulo à criação de emprego

De acordo com Migliaro (2018, p. 55), “o trabalho é o meio pelo qual o homem obtém o necessário para o sustento e desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido, o trabalho é tido como a atividade pela qual as pessoas se fazem reconhecidas na sociedade.

Beland (2013, p. 33) chama a atenção para a prosperidade e crescimento das cooperativas de crédito e afirma que este “pode ser seu inimigo mais perigoso”. O autor ressalta que um dos objetivos das cooperativas de crédito é apoiar a criação de novos empregos. Saliencia, porém, que, como consequência do processo de globalização, concorrência e competitividade as empresas estão diminuindo sua força de trabalho e aumentando o investimento em informatização. Neste caso o lucro está acima da criação de emprego.

Jm no início não tinha o emprego formal. A cooperativa financiava a construção da casa era necessário contratar. Pra reformar cerca da propriedade. Para isso era utilizado o fundo de crédito rotativo. A Cresol, a partir de sua criação, passou a contratar associados e filhos de associados para trabalhar nas agências.

Hm ressalta que os recursos disponibilizados aos agricultores, a partir do fundo de crédito rotativo, permitiram a realização de uma série de atividades nas propriedades, dentre elas a reforma de cercas, pastagens, construção de casas, pocilgas, dentre outras. A mão de obra utilizada para esta finalidade era informal.

Dentro das atividades formais, de acordo com o primeiro estatuto da cooperativa, todos os empregados da Cresol, bem como seus dirigentes, deveriam ser cooperados ou filhos destes. Havia um sentimento de inclusão por parte cooperativa em relação aos agricultores.

De acordo com Km, o emprego gerado pela cooperativa permitiu a permanência das famílias no campo. Na maioria dos casos, este trabalho era realizado na propriedade com o cultivo de grãos e a criação de animais. Salienta ainda que a cooperativa financiou a abertura de pequenas indústrias, como foi o caso das queijarias e fábricas de melado.

5.2.6 Estímulo à poupança

De acordo com Xm, na formação da cooperativa as pessoas foram estimuladas a poupar para que outros pudessem tomar este recurso emprestado. Era necessário criar o hábito de poupar. Além de servir como auxílio para a realização de despesas e projetos futuros e de dar uma certa 'tranquilidade' para os agricultores, a poupança era utilizada para financiar outras famílias de agricultores que buscavam empréstimo na cooperativa.

Gm Nós decidimos naquela época criar um sistema solidário onde um poupasse e o outro pudesse pegar emprestado e assim nós faríamos toda a cadeia da agricultura familiar crescer de uma forma solidária, com o dinheiro nosso mesmo.

Mm captar recursos pra promover o desenvolvimento. Nós falava muito no início que o primeiro lema do sistema Cresol foi planejar, poupar e investir.

Junqueira e Abramovay (2005) sustentam que, a necessidade de captar poupança, tanto quanto de conceder empréstimos, é um elemento fundamental tanto para a sustentabilidade da organização creditícia quanto para a satisfação das necessidades do público excluído do acesso ao sistema bancário.

Para Jm a poupança implica no planejamento para a vida futura. De acordo com o pesquisado, o dinheiro era emprestado pela cooperativa para outros agricultores que dele necessitassem. Desta forma a Cresol passou a conquistar os associados que viram nela a possibilidade de crédito e, a medida que conseguiam melhorar suas condições, também passavam a poupar.

5.2.7 Estímulo ao desenvolvimento local

Mm afirma que esse processo de solidariedade tinha a ver com essa concepção original porque haveria essa interação solidária, ou seja, haveria uma perspectiva de desenvolvimento local, rural e sustentável.

De acordo com Km, a partir da organização dos fundos de crédito rotativo foi possível financiar pequenos agricultores. Inicialmente os recursos eram utilizados para correção do solo, recuperação e adubação verde, além de apoiar a criação de queijarias comunitárias e pequenas fábricas de melado.

Beland (2013) e Pavlovskaya (2019) esclarecem que as cooperativas de crédito podem fortalecer o local onde a exclusão e desenvolvimento constituem grandes desafios.

Jm o desenvolvimento local é um dos compromissos da Cresol. Para isso a cooperativa procura estar inserida em municípios de pequeno e médio porte. Ser solidário pressupõe a realização de um conjunto de atividades como: produção, distribuição, consumo e crédito.

Beland (2013) afirma ainda que o cooperativismo é um projeto de sociedade, uma vez que esse regime de vida comum contribui para a satisfação das necessidades humanas fundamentais. O tema desenvolvimento local pode estar relacionado com uma cidade ou mesmo com uma região. A cooperativa possui uma gestão independente e autônoma, se adequando a cada situação, a cada realidade dos municípios e suas peculiaridades

As cooperativas criam um círculo virtuoso por meio da valorização do comércio local e das pessoas. O planejamento da cooperativa deve levar em conta as reais necessidades das comunidades, para poder colaborar com os municípios e com o desenvolvimento da região.

Na perspectiva do desenvolvimento local as cooperativas de crédito podem atuar como promotoras de investimento de pequenos negócios com empréstimos financeiros a juros baixos. Estes negócios com identidade local com o município, região ou estado, podem fazer o dinheiro circular localmente servindo como instrumento para retenção do dinheiro em circulação.

5.2.8 Inclusão social

Xm destaca que, no período de criação da Assesoar e posterior criação da Cresol, as mulheres, os jovens e os pequenos agricultores não tinham força para pôr em ação e implantar os direitos que, teoricamente, eles possuíam. A história da comunidade rural de Francisco Beltrão foi construída essencialmente a partir das lutas e pode ser vista e escrita na perspectiva da solidariedade

França Filho e Eynaud (2020) afirmam que as cooperativas são organizações com múltiplas partes interessadas e têm a particularidade de reunir em torno do mesmo projeto atores muito diferentes. A inclusão supõe considerar a solidariedade como um meio de 'igualar as condições'.

Hm é notório que o objetivo principal para a criação da Cresol foi a inclusão de pessoas desassistidas. Ocorre que, além deste público, buscou-se também a inclusão dos jovens e das mulheres.

Xm o sinônimo de juventude é se organizar, reivindicar e construir espaços de debates e expectativas com relação ao nosso presente e ao nosso futuro. Discutir o espaço do jovem e da mulher é importante quando se discute a agricultura familiar, o cooperativismo e os espaços de organização.

Ziger (2010) afirma que é necessário buscar alternativas para fortalecer os agricultores familiares e estimular sua permanência no campo. Para atingir estes resultados deve-se buscar maior acesso a crédito para as pessoas de baixa renda, e disponibilizar programas, produtos e serviços que possam gerar desenvolvimento e melhorar as condições de qualidade de vida do homem do campo. O autor destaca ainda a importância da juventude e da mulher no papel e no protagonismo de construção do cooperativismo.

O cooperativismo é uma forma de desenvolvimento econômico e social que promove o processo educacional, o processo democrático e se apresenta como alternativa a outros movimentos econômicos. Beland (2013) chama a atenção para a necessidade de observar a evolução dos valores individuais, por meio práticas democráticas, ajuda mútua e solidariedade. A cooperativa é um local onde a preocupação com o próximo, o reconhecimento da igualdade e dos direitos de todos deve prevalecer.

De acordo com Meinen e Port (2012) “as cooperativas são importantes instâncias de inclusão social nas comunidades e regiões em que atuam”. Destacam ainda que as cooperativas são norteadoras dos princípios e valores que possibilitam seu funcionamento e que este movimento deve estar baseado na solidariedade.

Meinen e Port (2012) destacam alguns fatores que colocam as cooperativas como indutoras da inclusão social. Dentre eles:

- a) As cooperativas são compostas por pessoas livres e conscientes que se organizam de maneira coletiva para buscar um determinado fim;
- b) Quando estruturadas em pequenas organizações, há um alto nível de confiança que pode fortalecer processos e ações comuns.
- c) Todos os associados são desafiados a participar, escolher seus dirigentes e decidir coletivamente em prol do bem comum;
- d) Os resultados são divididos de maneira proporcional a participação de cada associado na produção dos resultados coletivos.

As cooperativas geram valor agregado a vida das pessoas. A partir delas é possível vencer a exclusão, gerar emprego, distribuir riqueza, potencializar a produtividade, propagar o bem-estar no meio comunitário, criar vínculo com demais setores comunitários e investir nas pessoas. Hm salienta que as cooperativas de crédito apresentam grande importância em municípios com pouca população ou com predominância de população rural.

5.2.9 Intercooperação

Para Beland (2019) a intercooperação compreende o apoio as outras cooperativas, de modo a conquistar e a ‘cooperatizar’ a organização econômica e social do mundo.

A intercooperação é um dos sete princípios do cooperativismo propostos pela Aliança Cooperativa Internacional e representa a relação e parceria entre as próprias cooperativas, com o objetivo de fortalecer as cooperativas, o movimento cooperativista e atender os cooperados de maneira mais efetiva (OCB, 2018). Konzen e Oliveira (2016) consideram que intercooperação é toda e qualquer relação entre cooperativas.

De acordo com Lopes e Assis (2020), a partir da intercooperação, as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais. É o 6º princípio do cooperativismo e apresenta a oportunidade de uma cooperativa se aproximar da outra para gerar relacionamento e negócios. É uma forma de fazer com que as cooperativas cresçam pelo consumo e pela realização de negócios entre elas.

Km salienta que a solidariedade não pode estar somente entre a cooperativa e seus associados, mas também entre as cooperativas. O processo de solidariedade está amparado por essa questão de que uma cooperativa deve ajudar a outra.

De acordo com os pesquisados, essa atitude era recorrente entre as agências da Cresol. Havia situações em que uma cooperativa passava por dificuldades, a outra socorria. Numa primeira instância a Cresol trabalhava com a solidariedade entre as cooperativas.

As cooperativas servem melhor a seus membros a partir da parceria com outras cooperativas, ela vai conseguir atender de maneira mais eficaz e mais eficiente a seu cooperado a partir do momento que ela utiliza serviços ou produtos de uma outra cooperativa por meio da organização de uma estrutura que pode ser local, regional, nacional ou internacional (OCB, 2018).

É a partir da intercooperação que as cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em parceria por meio de estruturas locais, regionais ou nacionais (ACI, 1995).

Ao analisar o processo de intercooperação, Lopes e Assis (2020) observaram que há maior empenho de intercooperação entre cooperativas de diferentes segmentos, mas que no ramo 'crédito' há uma grande dificuldade de aproximar as pessoas visto que estas se percebem como concorrentes e disputam o mesmo mercado ou os mesmos clientes.

Gm afirma que é comum você chegar em um município pequeno e encontrar nela diversas cooperativas de crédito atuando no mesmo setor, disputando espaço entre elas e agindo como concorrentes. Esse fato denota que a intercooperação entre as credis ainda precisa evoluir.

Mm o que tá acontecendo hoje, por exemplo, você chega num pequeno município e tem várias cooperativas de crédito. Não são capazes de se juntar pelo bem de todos. Um olha para o outro como concorrente. Então prevalece o espírito da concorrência e não da cooperação.

Um estudo realizado por Konzen e Oliveira (2016) indicam que, apesar do fato de que a intercooperação possa ser uma alternativa ao desenvolvimento das cooperativas, o medo da perda de autonomia ou de deixar de existir, o individualismo, falta de formalização de alguns arranjos, a vaidade, a falta de confiança e o excesso de competitividade entre as cooperativas são os principais desafios a serem superados.

Um estudo similar realizado por Lopes e Assis (2020) e Rodrigues e Lopes (2020) concluem que este princípio do cooperativismo é muito enfatizado, porém pouco efetivo na sua aplicação, sendo um discurso vazio e distante da realidade das cooperativas.

Estes estudos demonstram a dificuldade que as cooperativas possuem de trabalhar em conjunto para o desenvolvimento local e regional, em especial por observar mais o espírito da concorrência e da concorrência e não da cooperação. Meinem e Port (2012, p. 40), afirmam que “a intercooperação deve começar pela base”.

5.2.10 Sentido de pertencimento

Dentre as ações apontadas pelos pesquisados como importantes para representar a solidariedade da Cresol, o ‘sentido de pertencimento’ foi o que teve unanimidade dos entrevistados.

Posseiros, pequenos agricultores e demais pessoas que participavam dos movimentos sociais buscavam pertencer a um grupo comum de indivíduos que teriam acesso ao sistema financeiro a partir da criação de uma cooperativa de crédito. Neste sentido, poderiam pensar em si como membro de uma coletividade no qual poderiam expressar suas crenças, valores e aspirações.

De acordo com Baumeister e Leary (1995), as pessoas possuem a necessidade de procurar e manter laços sociais profundos, positivos e

recompensadores. Não se pode contestar a importância do crédito para as pessoas, porém, durante muitos anos os agricultores se viam alijados dos bancos e possuíam a necessidade de sentir que também faziam parte de um sistema de um processo.

O sentido de pertencimento une pessoas em torno de objetivos comuns em determinado local. É um sentimento ligado as pessoas que querem pertencer a um determinado grupo social. É necessário identificar os fatores considerados importantes para o grupo. Tavares (2014), salienta que as pessoas possuem necessidades que vão além do alimento e do abrigo e coloca em evidência a necessidade de participar de alguma forma da vida na sociedade.

Ao inserir a vida na sociedade como uma necessidade básica fundamental, reconhecemos a importância dos agricultores em fazer parte de grupos dispostos a combater suas mazelas. Entidades como sindicatos, associações e a igreja católica buscavam incluir os agricultores em um grupo reconhecendo os valores, sentimentos e desejos de cada um.

A inclusão dos agricultores em uma instituição financeira trouxe alívio, visto que estes passaram a ter acesso ao crédito que necessitavam para satisfazer suas necessidades básicas como alimentação e moradia, mas trouxe consigo a possibilidade de pertencerem a um grupo seleto de pessoas que possuem conta em banco e acesso aos demais serviços financeiros que são oferecidos pelas cooperativas de crédito.

5.2.11 Relacionamento e cuidado com a comunidade

Desde sua fundação, a Cresol foi essencial para a comunidade, em especial nos tempos de adversidade econômica, diante da exclusão social e necessidade de acesso a crédito. Pavlovskaya (2019) afirma que quando os recursos da cooperativa são colocados à disposição de seus associados, a juros não predatórios, eles enfatizam a solidariedade em vez da maximização do lucro, visto que distribuem a renda de volta às comunidades.

O cooperativismo é uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento e bem-estar social, porque o cooperativismo busca o equilíbrio entre o econômico e o social. Você precisa se desenvolver economicamente

sem perder de vista o bem que a cooperativa pode gerar para a comunidade e para as pessoas. Quando a cooperativa perde a essência do compromisso com a comunidade, que é um princípio do cooperativismo, ela vira uma empresa comum.

De acordo com a ACI (1995), as cooperativas demonstram interesse pela comunidade quando trabalham para seu desenvolvimento de maneira sustentada, a partir de políticas aprovadas pelos seus sócios.

O relacionamento com a comunidade é essencial e as minorias desassistidas precisam se ver nesse processo. A cooperativa deve buscar não somente o empoderamento econômico das pessoas, mas discutir identidade, fortalecer o protagonismo e mapear as demandas da população local. Uma cooperativa que quer fazer sentido para a comunidade deve fortalecer as minorias. Ela não reforça as desigualdades. Não basta fazer parte de uma cooperativa. O cooperativismo deve ser entendido como uma filosofia de vida e não como um modelo socioeconômico (JUNQUEIRA e ABRAMOVAY, 2005).

De acordo com Meinen e Port (2012, p. 43), as cooperativas “têm o dever de conduzir-se para o desenvolvimento equilibrado das próprias comunidades e do bem-estar de sua população, universo no qual se inserem os seus associados”.

No quadro 08, é possível verificar um resumo das ações de solidariedade do cooperativismo de crédito rural solidário, bem como seu significado.

Quadro 6: Ações de solidariedade no cooperativismo de crédito solidário e suas definições

Ações de solidariedade	Definição
Acesso a crédito	Criar autonomia para investir, crescer e desenvolver a agricultura familiar.
Apoio as estruturas de base	Apoiar as instituições ligadas a agricultura familiar e da economia solidária para dar apoio e sustentação aos projetos.
Educação financeira familiar	Promover a educação dos associados, ensinando-os a poupar, utilizar o crédito de maneira racional de modo a desenvolver sua autonomia e independência econômica.
Estímulo a agricultura familiar	Aumentar e desenvolver a capacidade produtiva e de gestão da agricultura familiar.

Estímulo a criação de emprego	O crédito deve possibilitar a inclusão dos trabalhadores aptos ao trabalho. A política de crédito deve observar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (BRASIL, art 1º, III).
Estímulo a poupança	Captar recursos dos poupadores para emprestar a quem necessita. É um elemento fundamental para a sustentabilidade do sistema.
Estímulo ao desenvolvimento local	Servir como instrumento de apoio para captar e reter recursos localmente e promover o investimento em negócios que valorizem a cultura e os valores locais.
Inclusão social	A cooperativa considera a inclusão como uma forma de igualar condições em que o reconhecimento da igualdade e dos direitos de todos deve prevalecer.
Intercooperação	Apoiar as cooperativas vinculadas a economia solidária. É uma forma de fazer com que ambas possam se desenvolver a partir da relação entre elas.
Sentido de pertencimento	Possibilidade de acesso ao sistema financeiro e participação na gestão do empreendimento.
Relacionamento com a comunidade	Discutir possibilidades, fortalecer o protagonismo e atender as demandas locais.

Fonte: autoria própria

5.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE

Após análise da pesquisa com o auxílio do método documentário, no sentido de dar contribuição para o desenvolvimento de outras pesquisas, será realizada análise dos pontos convergentes e divergentes, em comparação aos princípios de solidariedade propostos pela ACI (1995), as ações descritas por Beland (2013), os caminhos da economia de solidariedade propostos por Migliaro (2018) e as ações de Solidariedade do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário (2021).

Figura 4: Ações de solidariedade e seus autores



Fonte: autoria própria

A análise inicial se dá a partir das ações de solidariedade identificados, individualmente com os autores utilizado para embasar este trabalho de tese.

Migliaro (2018) apresenta uma série de caminhos e propõe colocar a solidariedade na economia. O autor divide esta em duas grandes dimensões. De um lado haverá economia de solidariedade na medida em que cresça a solidariedade pela ação dos sujeitos que a organizam e, de outro lado, nas atividades ou empresas em que a solidariedade tenha se feito presente. Conhecer esses caminhos permitirá conhecer quais são as formas e os conteúdos da economia de solidariedade mais comumente desenvolvidas e, por consequência, será possível estabelecer uma linha de ação para melhorar as condições de vida das pessoas.

Ao afirmar que o cooperativismo é um projeto de sociedade, Beland (2013) afirma que este projeto deve ser guiado por valores igualitários da democracia e oferece uma série de ações ou práticas concretas daquilo que o autor chama de ética do bem comum.

Advogado de formação, Beland presidiu o Movimento Desjardins de 1987 a 2000 e via o conceito e sentido do cooperativismo sob forte influência das teorias humanistas que afirmam a necessidade de conhecer melhor o ser humano e, principalmente, construir um mundo melhor. Para Beland (2013), solidariedade é a “ética do bem comum”. O sistema econômico deve favorecer aos que realmente necessitam.

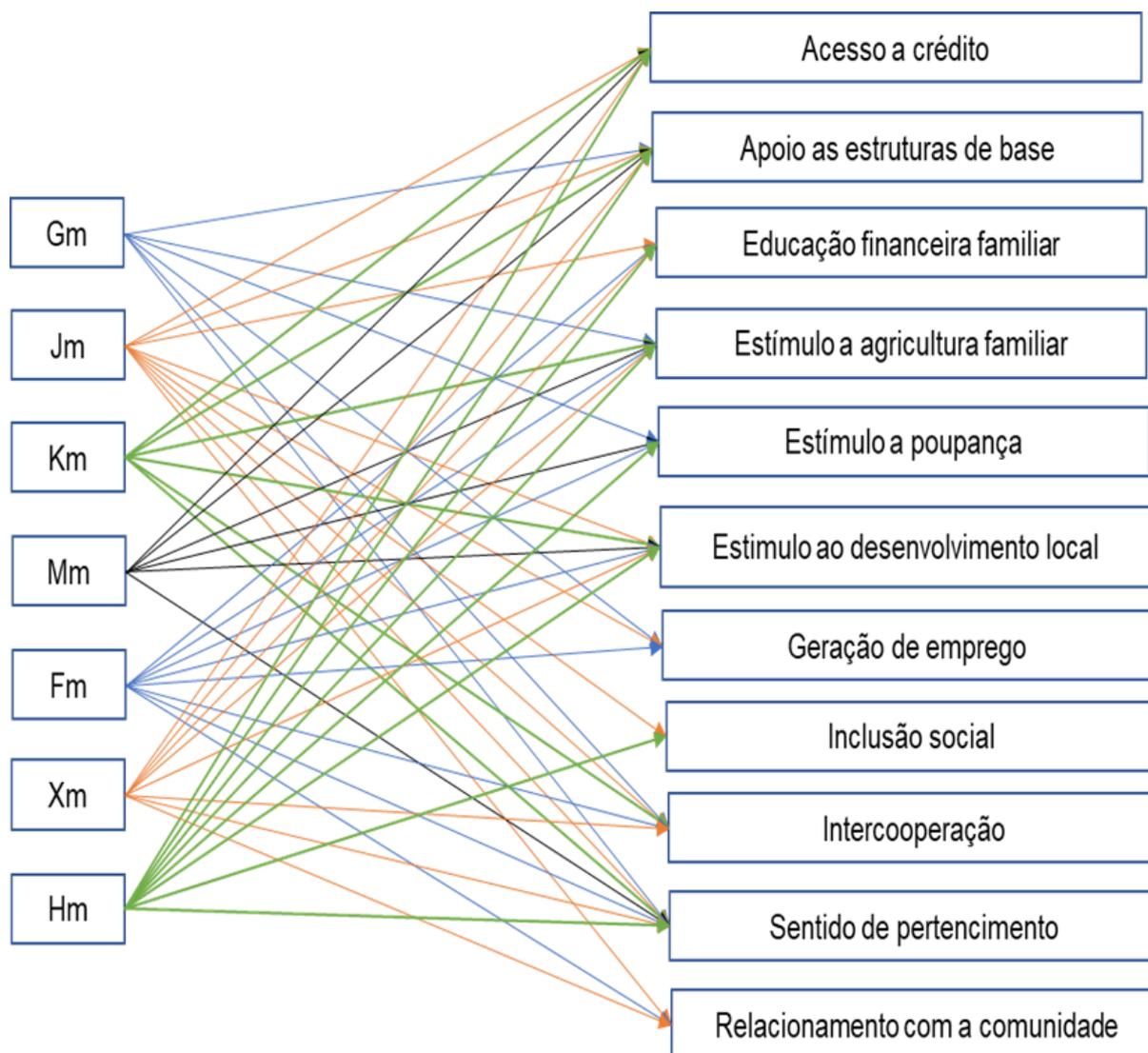
A ACI apresenta um conjunto de princípios para o cooperativismo. Estes princípios servem como norteadores e orientam as ações destas. De acordo com a Cresol (2021), para que uma cooperativa possa viver o cooperativismo em sua essência, é necessário que esta compreenda cada princípio e os relacione em suas práticas do dia a dia.

As ações de solidariedade identificadas no estudo sugerem que as ações populares podem gerar bases para a solução dos problemas, formação de riquezas e oportunidades de trabalho considerando as potencialidades locais, por meio da participação ativa e efetiva de toda comunidade envolvida. São pequenos proprietários rurais, posseiros e assentados que desempenharam o papel de protagonista no processo de construção da cooperativa e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Souza (2008, p. 205) afirma que o cooperativismo de crédito deve constituir-se em uma ideia com “possibilidade de mobilizar os governos locais e a comunidade na busca da superação de problemas econômicos e sociais comuns, aliando sua vocação com um processo de construção de cidadania, propício pela relação entre iguais”.

A figura 07 apresenta a opinião dos respondentes em relação as ações de solidariedade das cooperativas de crédito rural solidárias. Os respondentes afirmam que, mesmo antes de conseguir o crédito, as pessoas almejam a possibilidade de abertura de conta em um banco, bem como a possibilidade de utilização dos demais serviços oferecidos por estas instituições

Figura 5: Ações de solidariedade apontadas pelos entrevistados



Fonte: autoria própria

Salienta-se que estas ações representavam a solidariedade no período de criação da cooperativa Cresol.

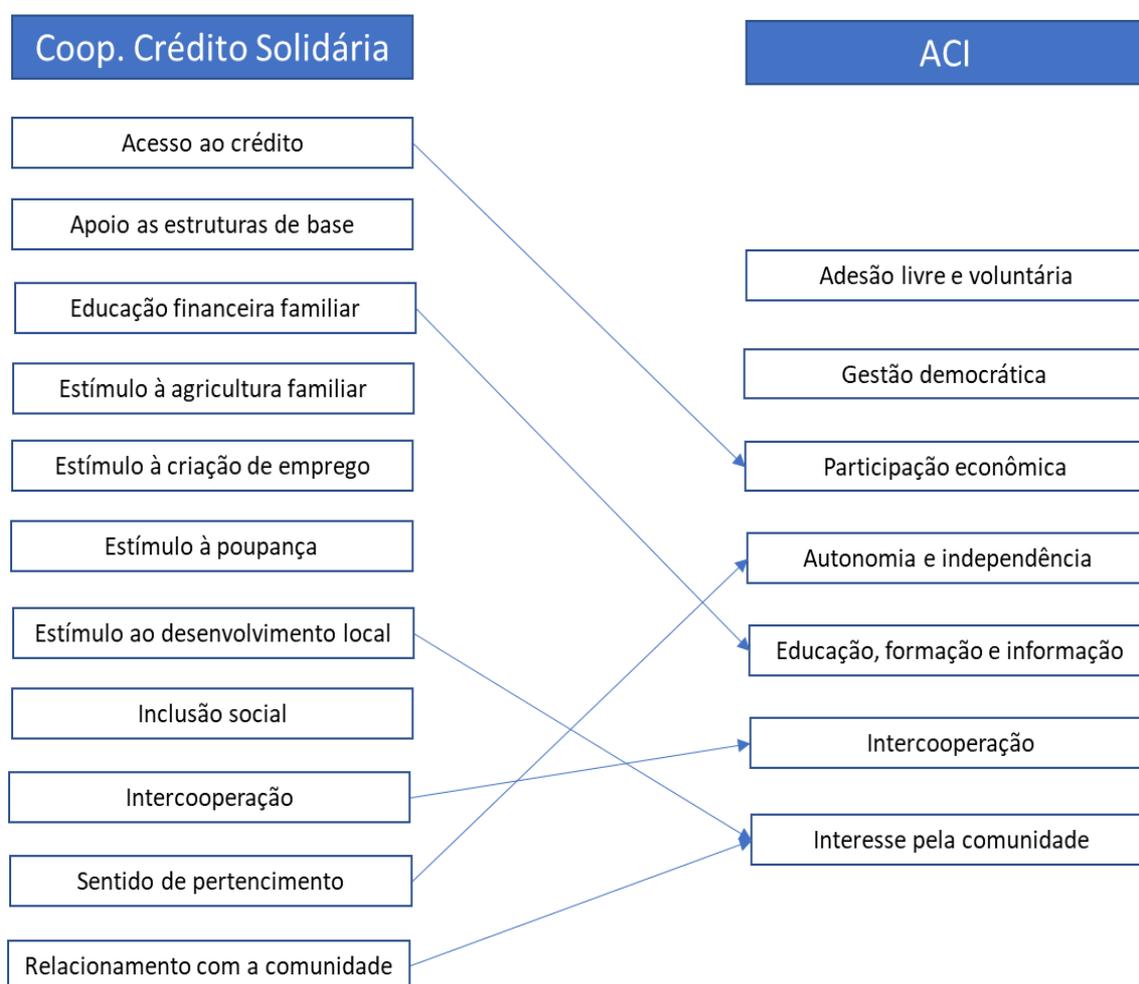
Das ações de solidariedade apontadas pelos respondentes, houve unanimidade em indicar o sentido de pertencimento como um dos fatores principais para a criação da Cresol. Chama a atenção o fato de que a inclusão social teve somente dois respondentes que indicaram e a geração de emprego e o relacionamento com a comunidade um total de 3 indicações.

Essas ações são elencadas pelos autores estudados, conforme apresentado nas figuras a seguir.

5.3.1 Análise comparativa: ações de solidariedade Cresol x Princípios do cooperativismo ACI

Os princípios cooperativistas são linhas norteadoras, por meio das quais as cooperativas praticam seus valores, ACI (1995). Os princípios apontados pela ACI e que estão contidos nas ações de solidariedade são autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Figura 6: ações de solidariedade pesquisadas x Princípios do cooperativismo propostos pela ACI (1995).



Fonte: autoria própria

A cooperativa é uma instituição autônoma, concebida e gerida pelo quadro social, seus resultados afetam exclusivamente os associados, por este motivo, não são aceitas influências externas que possam alterar a condição de igualdade em detrimento da coletividade dos cooperados. No caso da Cresol, todas as tratativas e

tomadas de decisão eram de responsabilidade dos agricultores e qualquer negociação deveria respeitar o controle democrático dos associados.

O princípio da autonomia e independência está relacionado ao sentido de pertencimento pelo fato de que, no caso da Cresol, todos os dirigentes e funcionários deveriam ser associados ou filho de associado, ou seja, além da possibilidade de ter uma conta em banco, acesso ao crédito e demais serviços do sistema financeiros, os agricultores eram responsáveis pela gestão do empreendimento.

Para desenvolver a capacidade de gestão e contribuir de maneira eficaz para o desenvolvimento da cooperativa é necessário promover a educação e formação dos membros (ACI, 1995). As pessoas devem conhecer e respeitar os princípios e os valores cooperativistas. Os agricultores fundadores da Cresol adquiriam este conhecimento a partir das entidades de classe, igreja (Católica), fóruns, eventos sociais e demais órgãos representativos encarregados por levar a informação e conhecimento acerca do cooperativismo a todos associados.

Outro princípio observado foi a intercooperação. Meinen e Port (2012) e ACI (1995), observam que, trabalhando em conjunto, a partir das estruturas locais, regionais ou nacionais, as cooperativas atuam de maneira mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativista.

No plano da Cresol, a intercooperação ocorria nas entidades cooperativas de primeiro piso (integração horizontal), ou seja, sempre que uma unidade apresentava dificuldades, as demais passavam a intervir para solucionar ou minimizar os problemas. A intercooperação acontecia entre as unidades da Cresol presentes em diferentes municípios.

O interesse pela comunidade está presente no estímulo ao desenvolvimento local e no relacionamento com a comunidade. Este princípio estabelece que as cooperativas devem trabalhar para o desenvolvimento sustentado das comunidades com políticas aprovadas pelos membros (MEINEN e PORT, 2012).

A natureza da cooperativa e a criação da Cresol estabelece que esta deve observar a preocupação com a comunidade, respeitar as particularidades sociais, observando a vocação econômica e apontar caminhos para solucionar os problemas e apoiar ações que consigam produzir riquezas local e regionalmente (ACI, 1995).

Salienta-se que o interesse pela comunidade e o estímulo ao desenvolvimento enseja que as cooperativas apoiem projetos e soluções sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental.

5.3.2 Ações de solidariedade Cresol x ações de solidariedade de Beland (2013)

As ações propostas por Beland (2013), que estão contidas nas ações apontadas pelos pesquisados são: circulação do dinheiro entre os pobres, estímulo ao consumo, educação para a poupança e gestão do orçamento familiar, estímulo a criação de empregos, ética do bem comum, estímulo ao desenvolvimento local e intercooperação. A figura 09 apresenta a relação entre elas.

Figura 7: ações de solidariedade pesquisadas x ações de solidariedade de Beland (2013)



Fonte: autoria própria

De acordo com Beland (2013), o movimento cooperativo permite que pessoas de várias origens e regiões sigam um projeto comum, guiadas por valores e regras de ação, diferentes das empresas tradicionais. O cooperativismo se sustenta na ética do

bem comum, e, enquanto projeto de sociedade, contribui para a satisfação das necessidades humanas.

Para alcançar o 'bem comum' Beland (2013) sugere uma série de ações que as cooperativas precisam desenvolver. Dentre estas ações estão a circulação do dinheiro entre os mais pobres, estímulo ao consumo, educação para a poupança e gestão do orçamento familiar, estímulo a criação de empregos, ética do bem comum, estímulo ao desenvolvimento local, educação continuada dos membros e a intercooperação, são ações que coincidem com aquelas identificadas nesta pesquisa.

Beland (2013) observa o compromisso das cooperativas em trabalhar com a população que necessita de recursos, como produtores, trabalhadores e consumidores que buscam um objetivo comum. Para os fundadores da Cresol, este objetivo estava fortemente alicerçado, inicialmente, no desejo de acesso a crédito para atendimento das necessidades básicas.

Outro fator considerado relevante para Beland e apontado no estudo é o estímulo a poupança. A cooperativa deve ensinar os associados a poupar, utilizar racionalmente o crédito e desenvolver autonomia e independência econômica. Além de gerar autonomia, inicialmente a poupança era utilizada pela Cresol para empréstimo a outros agricultores que necessitavam de recursos financeiros.

A finalidade inicial da Cresol era servir seus associados, e não gerar lucro. Beland (2013, p. 24) afirma que “uma justa distribuição da riqueza deve incluir políticas de preços dos produtos e serviços, bem como uma remuneração equitativa dos parceiros e dos empregados”.

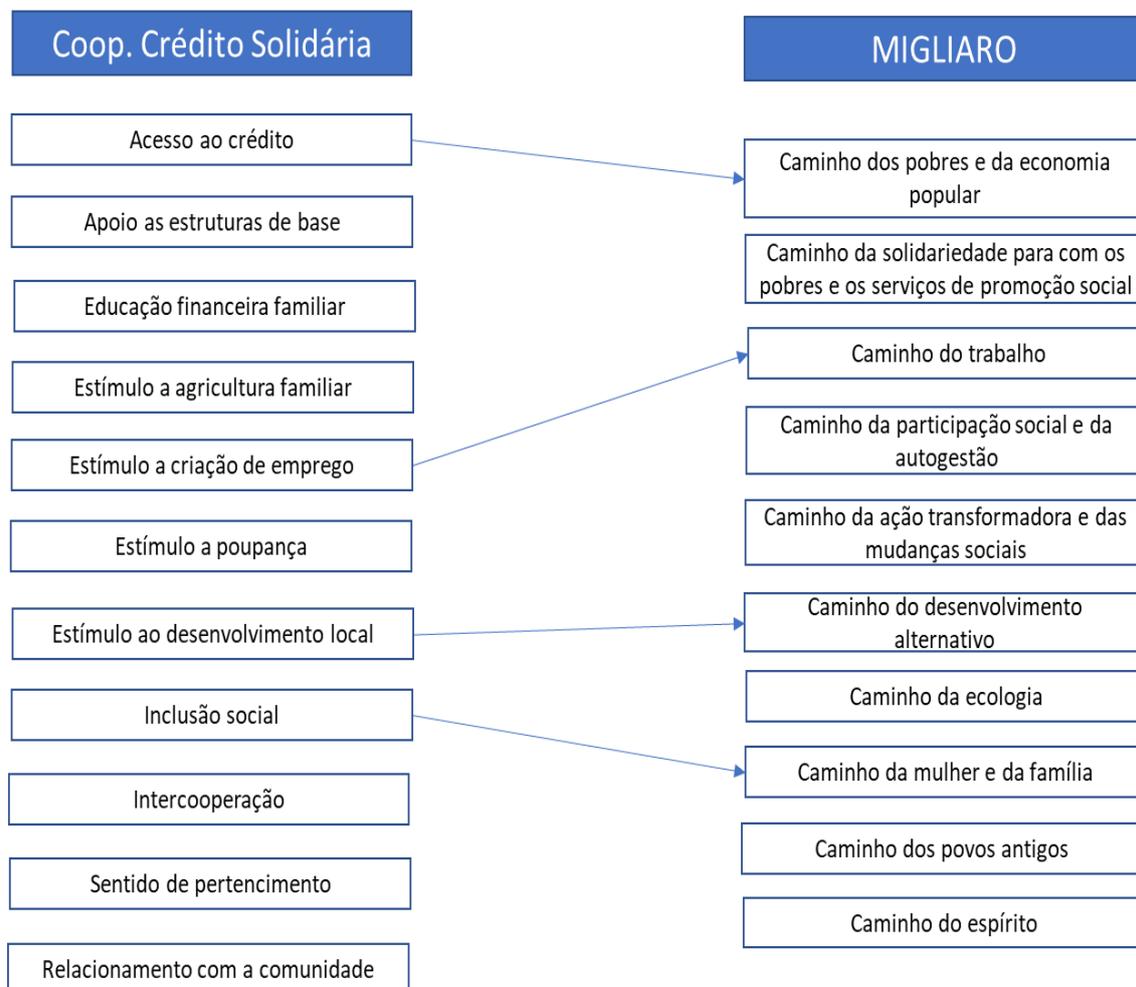
Das ações apontadas por Beland, somente a 'educação continuada dos membros' não foi apontado pelos pesquisados. Isto se deve ao fato de que a pesquisa considerou a solidariedade, ou as ações, em relação aos agricultores e a educação pressupõe uma visão mais interna da cooperativa.

5.3.3 Ações de solidariedade Cresol x caminho da economia de solidariedade de Migliaro (2018)

Os caminhos da economia de solidariedade propostos por Migliaro (2018), e que estão contidos nas respostas dos pesquisados foram: caminho dos pobres e da

economia popular, caminho do trabalho, caminho do desenvolvimento alternativo e caminho da mulher e da família. A figura 10 apresenta a relação entre ambos.

Figura 8: ações de solidariedade pesquisadas x caminhos da economia de solidariedade de Migliaro (2018).



Fonte: autoria própria

Migliaro (2018) sugere uma série de caminhos que devem ser seguidos pelas cooperativas de crédito. Pode-se afirmar que os 'caminhos' apontados pelos pesquisados e que coincidem com aqueles apontados por Migliaro são: caminho dos pobres e da economia popular, que é apontado no estudo como a necessidade de acesso a crédito; caminho do trabalho, apontado como sendo a necessidade de estímulo a criação de emprego; caminho do desenvolvimento alternativo, que corresponde ao estímulo ao desenvolvimento local e; caminho da mulher e da família

que, no estudo das ações de solidariedade da Cresol, foram apontados como inclusão social.

Ao apontar os caminhos da economia de solidariedade, Migliaro (2018, p 17) afirma que, “ao conhecer esses caminhos nos aproximamos de suas experiências” e isso nos levará a compreender quais são as formas e os conteúdos de solidariedade mais desenvolvidas.

Para Migliaro (2018) um primeiro caminho que leva a solidariedade é a situação de pobreza e marginalidade em que se encontram determinados grupos sociais. Na região Sudoeste do Paraná era possível observar um grande distanciamento dos níveis de qualidade de vida que separava os agricultores familiares, posseiros e assentados com os mais ricos da região. Este fato fica evidente quando os bancos e demais cooperativas de crédito se recusam a dar apoio a este grupo.

Os agricultores viam a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência. Para isso criavam suínos e cultivavam alguns produtos cujo excedente poderia ser comercializado. Esta atividade era realizada por conta própria e de maneira informal como forma de garantir a satisfação das necessidades básicas.

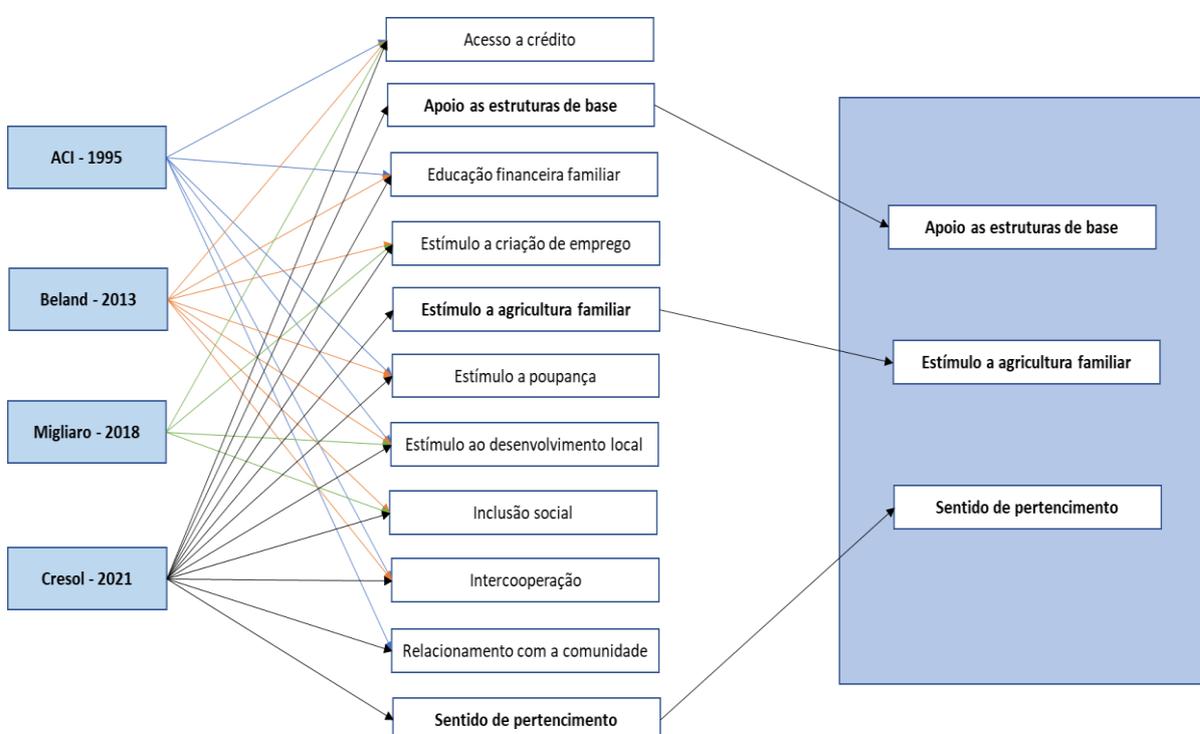
Ao analisar o caminho do desenvolvimento alternativo e compará-lo ao estímulo ao desenvolvimento local, evidencia-se a preocupação com o desenvolvimento econômico. Migliaro (2018, p. 99) afirma que “a identificação e implementação de uma estratégia de desenvolvimento” deve ser a principal questão de interesse dos dirigentes.

Migliaro (2018) descreve, ainda, o caminho da mulher e da família que foi apontado na pesquisa como sendo a inclusão social. Salienta-se que no caso da Cresol, houve a participação das mulheres na construção do projeto da cooperativa. Observa-se, porém, que este processo ainda necessita de uma transformação cultural importante. Esse fato é evidenciado quando observamos que, por exemplo, dos Diretores da Cooperativa estudada, todos são do sexo masculino.

5.3.4 Comparativo entre as ações de solidariedade estudadas e aqueles apontados pela literatura.

Observa-se que o estudo sugere a inclusão de três ações solidárias praticadas pelas cooperativas de crédito que possuem seu foco no público rural e na solidariedade, sendo elas: apoio as estruturas de base, apoio à agricultura familiar e o sentido de pertencimento.

Figura 9: novas ações de solidariedade encontradas a partir da pesquisa



Fonte: autoria própria

No contexto do cooperativismo de crédito rural solidário a estrutura de base é formada pelos sindicatos, igreja, associações comunitárias, movimentos sociais e agricultores familiares. Estas instituições são organizações concebidas pela sociedade para que tenha apoio, organização e coesão social entre os membros da cooperativa.

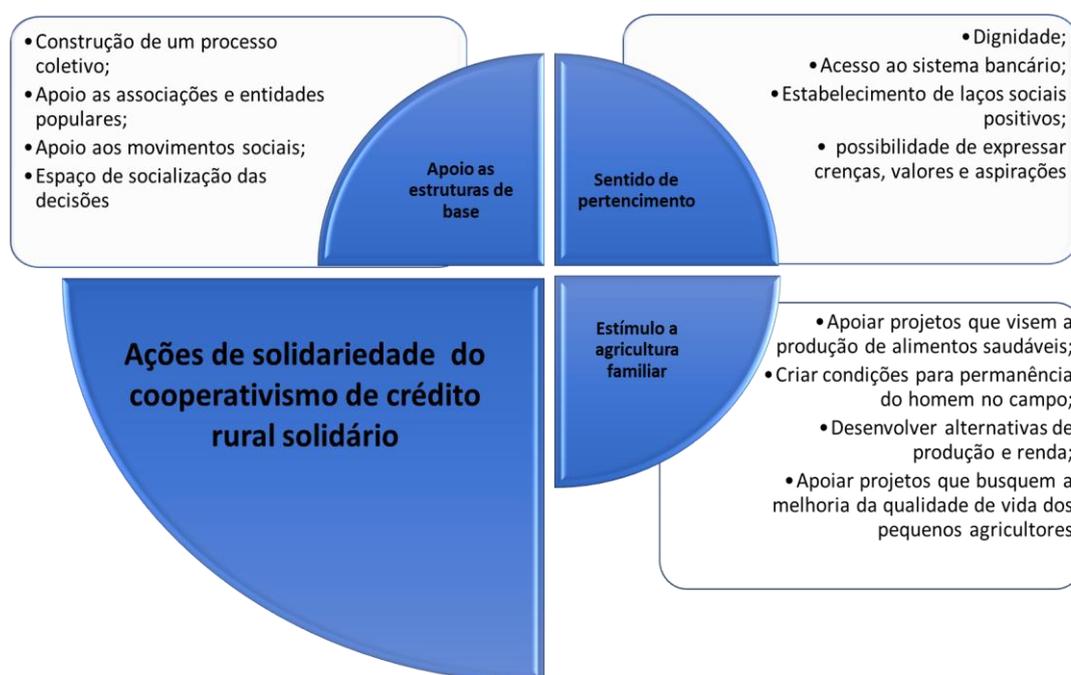
O estímulo a agricultura familiar deve ir além da concessão de crédito aos agricultores. A cooperativa deve criar oportunidades a partir de um novo projeto de

agricultura familiar que possa criar condições para a permanência do homem no campo.

O sentido de pertencimento, única ação de solidariedade apontado por todos os respondentes, coloca em evidência a necessidade de participar de alguma forma da vida em sociedade. Na Cresol, representava, além do acesso ao crédito, a possibilidade de participar da gestão da cooperativa e auxiliar a definir as estratégias de investimento.

A figura 12 apresenta as ações de solidariedade identificadas na pesquisa e seus desdobramentos.

Figura 10: Ações de solidariedade do cooperativismo de crédito solidário



Fonte: autoria própria

5.4 SOLIDARIEDADE E INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

Para analisar o conceito de solidariedade no cooperativismo de crédito rural com interação solidária é necessário analisar individualmente as expressões 'interação' e 'solidária'. A análise seguirá os conceitos dos autores utilizados no referencial teórico deste trabalho.

Para Kreutsch (2009, p. 19) a interação solidária significa “todos os associados interagindo solidariamente em defesa de todos”. Para o autor, as cooperativas devem agir solidariamente para que todos tenham melhores condições de vida.

A expressão interação é retratada por Km como, o relacionamento entre entidades e pessoas que, mesmo com suas diferenças, era uma solidariedade presente e vivida pelos agricultores.

Delanoy afirma que a interação é uma expressão que flertava com uma filosofia desenvolvimentista, ou seja, a ideia de que era necessário ter pequenas unidades interagindo entre elas, auxiliando umas às outras.

Para Possamai (2006), a interação representa a solidariedade e está ligada ao fato de que os agricultores eram responsáveis pela gestão da cooperativa, apoiar a comunidade, fazer o desenvolvimento da comunidade e a inclusão social. A interação representava, inclusive, a relação dos jovens e da mulher no cooperativismo ou no meio bancário.

Já, Menin e Port (2012), afirmam que a palavra solidária expressa a forma de garantir que os empréstimos ou outras dívidas contraídas pela cooperativa fossem garantidas pelos associados. Ajuda mútua que estabelece a reciprocidade de maneira voluntária em relação a utilização dos recursos e dos serviços.

Para Mauss (1952), Sandoval (2008), Ziger (2010) e Felten (2018), a expressão solidária representa crédito solidário. Isto significa que os agricultores deveriam avalizar-se uns aos outros e garantir o pagamento caso algum agricultor não conseguisse cumprir. Eram grupos que tomavam crédito e as famílias se avalizavam dentro da comunidade, então essa experiência representa o aval solidário, do crédito coletivo ou do fundo rotativo.

Ao analisar o conceito da solidariedade no contexto da Cresol, pode-se afirmar que este surgiu a partir das ações de interação entre os agricultores, fundadores da região Sudoeste do Paraná e das entidades sociais presentes nesta região.

Em resposta ao segundo questionamento que visa definir o conceito de solidariedade, salienta-se que desde sua criação ficou definido que a solidariedade que motivou a criação da Cresol deveria estar presente no nome da cooperativa. A expressão Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária foi cunhada por Valdemiro Kreutsch e a expressão Cresol por Cristophe Delanoy.

Salienta-se, porém, que a expressão 'solidária' se refere a devedor solidário, ou seja, os agricultores avalizavam-se uns aos outros para que pudessem ter acesso ao crédito desejado. No caso da Cresol, a solidariedade é apresentada pela expressão 'interação'.

Sendo assim a solidariedade da Cresol corresponde a 'interação das pessoas na busca de um objetivo comum'. A solidariedade é vista como uma expressão de unidade entre o grupo de pessoas que compartilhavam objetivos comuns ou, como sendo o vínculo dos indivíduos de uma comunidade em torno de um objetivo comum.

6 CONCLUSÃO

Pode-se afirmar que a Cresol foi essencial para as comunidades, especialmente em tempos de adversidade econômica e diante da exclusão social e empréstimos com juros predatórios praticados pelas instituições financeiras. Apesar de todos os desafios enfrentados, as ações permitiram inserir os agricultores ao sistema financeiro e melhoraram sua condição de vida.

O estudo identificou que a solidariedade é vista como fator integrante na criação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol. Pode-se afirmar que se fez presente desde a organização das pessoas em busca de um objetivo comum e na luta por justiça e acesso ao crédito da população agrícola da região Sudoeste do Estado do Paraná.

Esses grupos estavam estruturados em torno de valores e objetivos comuns, o que permitiu uma certa coesão. Essa consciência coletiva guiava as ações dos indivíduos e se sobrepôs à vontade individual. A solidariedade estava inserida na realidade e nas necessidades dos agricultores.

Este trabalho identificou as ações que representam a solidariedade no cooperativismo de crédito rural solidário e buscou estabelecer o conceito da solidariedade neste contexto.

A pesquisa identificou 11 ações de solidariedade sendo elas: acesso a crédito, apoio as estruturas de base, educação financeira familiar, estímulo a agricultura familiar, estímulo a criação de emprego, estímulo a poupança, estímulo ao desenvolvimento local, inclusão social, intercooperação, sentido de pertencimento e relacionamento com a comunidade.

O resultado alcançado a partir da utilização do procedimento metodológico proposto, possibilitou a identificação destas ações e permite afirmar que há semelhança entre estas e os princípios de solidariedade da ACI (1995), ações de solidariedade de Beland (2013) e os caminhos da economia de solidariedade de Migliaro (2018). Destes, o que mais se assemelha com o resultado da pesquisa, são as ações propostas por Beland.

A comparação destas ações com aquelas preconizadas pela literatura permite apontar 3 ações diferentes, sendo estas: apoio as estruturas de base, estímulo a

agricultura familiar e sentido de pertencimento. Estas características estão vinculadas ao processo de interação solidária da Cresol.

As estruturas de base foram essenciais para a criação da Cresol. O apoio a estas estruturas pressupõe apoiar as instituições ligadas a agricultura familiar e da economia solidária, como associações, cooperativas e sindicatos para dar apoio e sustentação aos projetos.

O estímulo a agricultura familiar implica em aumentar e desenvolver a capacidade produtiva, de investimento e de gestão das pessoas ligadas a agricultura familiar. Destaca-se aqui o pensamento de Beland (2013), quando este destaca a importância do crédito, porém, chama a atenção para a importância do crédito servir como auxílio para que as pessoas possam viver melhor.

O acesso ao crédito é possível a partir do momento em que as pessoas possuem conta em alguma instituição financeira. Por este motivo, o sentido de pertencimento, ou a possibilidade de acesso ao sistema financeiro e participação na gestão da cooperativa é de extrema relevância para as pessoas.

Além de apontar as ações de solidariedade na cooperativa de crédito solidária, pode-se afirmar que, ao analisar a expressão 'interação solidária', contida no nome da cooperativa de crédito Cresol, foi possível constatar que esta possui relação com a forma como a cooperativa foi constituída, e expressa, de maneira objetiva e direta, a luta dos agricultores por melhores condições de vida e acesso a crédito.

A expressão 'solidária', presente no nome da Cooperativa, refere-se a devedor solidário, ou seja, os agricultores avalizavam-se uns aos outros para que pudessem ter acesso ao crédito desejado. No caso da Cresol, a solidariedade é representada pela expressão 'interação'. Sendo assim a solidariedade corresponde a 'interação entre as pessoas na busca de um objetivo comum'. A solidariedade é vista como uma expressão de unidade entre o grupo de pessoas que compartilhavam objetivos comuns ou, como sendo o vínculo dos indivíduos de uma comunidade em torno de um objetivo comum.

Inicialmente este objetivo comum era a possibilidade de participar de uma instituição financeira – banco ou cooperativa de crédito – para em seguida conseguir ter acesso ao crédito a juros baixos sem que necessitassem dar suas terras como garantia de pagamento, visto que este era o único bem que a maioria possuía.

Pode-se afirmar que, a vontade das pessoas em superar as dificuldades e a tentativa de encontrar meios necessários para suprir as necessidades coletivas a partir da solidariedade dos agricultores, é o fundamento que originou a Cresol.

6.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A realização deste trabalho de tese observou algumas lacunas importantes que ficam aqui apresentadas como sugestão para trabalhos futuros.

Das ações de solidariedade encontrados com a pesquisa, em especial, três chamaram a atenção: intercooperação e sentido de pertencimento.

O primeiro, intercooperação, há carência de publicações que apresentem pesquisas com resultados positivos, abordando o tema apenas como integrante dos princípios do cooperativismo, porém com grandes dificuldades e limitações para implantação.

O segundo item, sentido de pertencimento, chamou a atenção no estudo, inicialmente pelo fato de que foi o único elemento indicado por todos os pesquisados e pelo fato de que, nos grupos que participaram da criação da Cresol, antes de ter acesso a crédito, emprego, entre outros, era necessário pertencer a uma instituição financeira. Por isso a sugestão de análise do sentido de pertencimento dos agricultores, posseiros e assentados da reforma agrária, no sentido de buscar como estes se sentem em relação a participação nos grupos sociais nos municípios ou localidades em que residem.

Sugere-se ainda, analisar a inclusão social nas cooperativas de crédito. Avaliar a participação dos jovens, mulheres, negros e minorias dentro das instituições cooperativas, em especial em cargos ou postos de relevância, como diretoria e gerência.

REFERENCIAS

ABATTI, A. Assesoar: uma análise social histórica da identidade dos colonos do Sudoeste do Paraná na década de 1960. **XVI Encontro Estadual de História da ANPUM – SC: História e Movimentos Sociais**. 2016.

AFONSO, M. H. F., et al. Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo PROKNOW-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. V.5, nº 2, p. 47-62, mai/ago. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, 2011.

ACI - Aliança Cooperativa Internacional. **Os princípios do Cooperativismo**. 1995

ALVES, A F. **Do desenho a implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. Tese doutorado. 234p. Doutorado em Ciência Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ANATER, R. Nova sede da Cresol vira construção destaque em 2018. **Revista Gente do Sul**. Franciso Beltrão, 2019.

ANJOS, E. G. dos, et al. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**. V. 07, nº 14, jun / dez. Santa Maria, 2020.

ASSESOAR. **Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR**. Disponível em <<https://assesoar.org.br/associacao-de-estudos-orientacao-e-assistencia-rural-assesoar/>> acesso em 20 ago 2021.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BASSO, D. O entrelaçamento das práticas de cooperação com a educação cooperativa. In: **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. P 27 – 40. Londrina: Midiograf, 2010.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMEISTER, R. F., LEARY, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. p 497-529 **Psychological Bulletin**, 1995.

BAYERTZ, K. **Begriff und problem der solidarität**. Salzburg, 2019.

BELAND, C. **Por uma economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2013

BÜTTENBENDER, P. L.; BERKMANN, B. A.; SPAREMBERGER, A. O cooperativismo e o crédito rural da agricultura familiar como fomento ao desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito

com interação solidária. **Anais do II Simpósio Latino Americano de Estudos em Desenvolvimento Regional - II SLAEDR**. V. 2, nº 1, 2020.

BOCCIA, F.; SARNACCHIARO, P. The impact of corporate social responsibility on consumer preference: a structural equation analysis. Nº 25, p. 151 – 163. **Corporate Social Responsibility Environment Management – Wiley**, 2016

BOHNSACK, R. **Pesquisa social reconstrutiva**: introdução aos métodos qualitativos. Petrópolis: Vozes, 2020

BOROWIAK, C. Mapping social and solidarity economy: the local and translocal evolution of a concept. In **Social economy in China and the world**, p. 17– 40. London and New York: Routledge, 2015.

BORTOLLI, L.; GALLON, S. A repercussão da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim no Brasil: uma análise da presença do autor no país e nos estudos de administração. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. V 14, nº 03, p 166 – 181, set / dez 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRIESKIEVICZ. M. A organização territorial do sudoeste paranaense a partir da inserção dos migrantes. **Sociedade e Território**. V. 22, nº 2, p. 19-36, jul – dez 2010.

BURIGO, F. L. Cooperativas de crédito rural: uma opção para democratizar o financiamento rural. **Pensamento e Realidade**. v. 2, Brasília, 1998.

BURIGO, F. L. Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 14, nº2, p. 312-349. Rio de Janeiro, 2006a.

BURIGO, F. L. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. 2006. 375 f. Tese (Programa de Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006b.

CALLEGARI, R. **O sol nasce para todos**: a história da primeira Cooperativa Cresol e seus pioneiros. Dois Vizinhos: Grafisul, 2020.

CARFORA, M. **Filoscooperativa**: filosofando o cooperativismo de credito. São Paulo: Coopercredi, 2013.

CASTEL, O. **La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud**, TH Montréal: Université du Québec en Outaouais, Chaire de recherche en développement des collectivités, Série Comparaisons internationales, nº. 4, 2003.

CENTRAL CRESOL BASER. **O sol nasce para todos**: a história dos 25 anos do Sistema Cresol. Francisco Beltrão: Grafisul, 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5^o ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMBESSIE, J. C. **O método em sociologia**: o que é, como faz. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

CRESOL. **Institucional**. Disponível em <<https://cresol.com.br/institucional/#missao-visao-valores>>. Acesso em 20 nov 2020.

CUNHA, P. V. S.; OLIVEIRA, W. C.; GOZER, I. C. Análise de desempenho das cooperativas de crédito do estado do Paraná: aplicação do sistema Pearls. **Revista de Ciências Empresariais UNIPAR**. V. 17, n^o 1, p. 131-153. Umuarama, 2016.

DELANOY, C. **O nascimento do sistema Cresol**: a origem de uma inovação organizacional. Disponível em <<https://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/62.pdf>>. Acesso em 24 nov 2021. Francisco Beltrão, 2006

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001.

ESCHMEILER, J. et al. The reciprocity dimension of solidarity: insights from European Countries. P 549 – 561. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, 2020.

FELTEN, M. C. **A função social da empresa e o princípio da solidariedade social**. 2018. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/66847/a-funcao-social-da-empresa-e-o-principio-da-solidariedade-social>>. Acesso em 15 jan 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de; EYNAUD, P. **Solidariedade e organizações**: pensar uma outra organização. Salvador: EDUFBA, 2020.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F. O cooperativismo de crédito no Brasil e a emergência de uma vertente solidária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 10, n^o 2, p. 46-74, mai-ago 2014. Taubaté, 2014.

GABV – **Global Alliance for Banking on Values**. Disponível em <<http://www.gabv.org/>> acesso em 23 mar 2020.

GALDINO, L. **Dizionario di sociologia**. Turin, 1978.

GARCIA, S. dos S. **Cooperativismo de crédito**: atuação da CRESOL como fator de desenvolvimento socioeconômico e combate a pobreza na região Sul / RS. 123 f. Dissertação (mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas: Pelotas, 2011.

GELLER, O. E. Região: considerações a respeito de um estudo a ser feito. In: SILVA, C. L.; SCHNEIDER, C. R. **História**: traços de cultura e memória. p. 89-96. Francisco Beltrão: Editora e Gráfica Grafisul, 2010.

GIIRS – Global Impact Investing Rating System. Disponível em <<http://b-analytics.net/giirs-ratings>>. Acesso em 23 mar 2020.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GLASMAN-DEAL, H. **Science research writing for non-native speakers of English**. Imperial College Press: London, 2010.
- GREINER, F. Introduction: writing the contemporary history of European solidarity. **European Review of History**. n° 6, vol 24, p 837-853. 2017.
- GRI – Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines & Financial Services Sector Supplement**. Amsterdam, The Netherlands: The Global Reporting Initiative, 2011. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/information/news-and-press-center/Pages/GRI-releases-its-Sustainability-Report-201011.aspx>>. acesso em 25 mar 2020.
- GUERRERO. F. C; SERRANO, A. O.; DIAZ, O. P. Indicadores sociales en instituciones financieras de la economía popular y solidaria. N° 12. **RETOS – Universidade Politécnica Salesiana**, 2016.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população**. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>> acesso em 21 nov 2021.
- INFOCOS. **Relatório de sustentabilidade Cresol 2020**: transformando relacionamento em resultados. Francisco Beltrão: Grafisul, 2021.
- IPARDES. **Sudoeste Paranaense**: especificidades e diversidades. Disponível em < http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Sudoeste%20Paranaense_especificidades%20e%20diversidades_2009.pdf> acesso em 21 nov. 2021
- JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 19-33, jan/fev/mar 2005
- KHAFAGY, A.; Regulation, supervision and deposit insurance for financial cooperatives: na empirical investigation. **Annals of Finance**. P. 143 -193, 2018.
- KONZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A.. Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, RS, v. 2, n. 4, p. 45-58. jul/dez, 2015.
- KREUSCH. V.. **Cooperativismo**: alguns detalhes no decorrer dos tempos. Francisco Beltrão: Grafit, 2009.
- LOOMIS, J. **Rescaling and reframing poverty**: financial coaching and the pedagogical spaces of financial inclusion in Boston, Massachusetts. Geoforum. 2018.
- LOPES, A. L. M.; ASSIS, E. C. de. A intercooperação nas cooperativas de crédito da região do Vale do Aço: discurso e efetividade. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. Santa Maria, RS, v. 7, Edição Especial, 2020

LUZZATTI, L.. **La diffusione del credito e le banche popolari**. Reimpr. 1923. Nabu Press, 2012.

MALDONADO, W. P. E.; ARÁUZ, M. B. B.; PINOS, A. D. Propuesta metodológica de evaluación del balance social em asociaciones de economía popular y solidaria del Ecuador. P. 123 -157. **CIRIEC – Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. Ecuador, 2017.

MANNHEIM, K. **Essays on the sociology of Knowledge**. Routledge & Kegan Paul Ltda: London, 1952

MARCONI, M. de A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS. R. S. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba: 1986.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 1924.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confedbras, 2012.

MÉNDEZ, A. F. P. *et al.* Responsabilidad social em las Cooperativas e Ahorro y Crédito del Ecuador: una medición desde la Web. **TELOS – Revista de Estudios Interdisciplinarios em Ciencias Sociales**. Vol. 21, p. 618 – 642, 2019.

MIGLIARO, L. R. **Lecciones de economia solidária: realidade, teoria y proyecto**. Uvirtual.Net, 2010.

MIGLIARO, L. R. **Los caminos de la economia solidaria**. Santiago de Chile: Ediciones Univérsitas Nueva Civilizacion, 2018

NABAIS, J. C. Solidariedade social, cidadania e direito fiscal. In: GRECO, Marco Aurélio; GODOI, Marciano Seabra (orgs). **Solidariedade social e tributação**. São Paulo: Dialética, 2005

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. **Crédito: seja o dono do seu banco**. Disponível em <<https://www.ocb.org.br/ramo-credito>>. Acesso em 19 dez 2020a.

OCB. **História do cooperativismo**. Disponível em < <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>> acesso em 23 jun 2020b.

PAGNUSSAT, A. **Guia do Cooperativismo de Crédito: organização, governança e políticas corporativas**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PAIVA, B. G. M. de; SANTOS, N. M. B. F. dos. Um estudo do cooperativismo de crédito no Brasil. V. 15, nº 2, p. 596-619, ago/dez. 2017. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde: Três Corações**, 2017.

PAVLOVSKAYA, M.; ELETTO, R. Mapping census data for difference: towards the heterogeneous geographies of Arab American communities of the New York metropolitan área. **Geoforum**, 2012.

PAVLOVSKAYA, M.; BIER, J. Mapping census data for difference: towards the heterogenous geographies of Arab American communities of the New York metropolitan área. **Geoforum**, 2012.

PAVLOVSKAYA, M. The place of common bond: can credit unions make place for solidarity economy? P. 01 – 24. **Annals of the American Association of Geographers**, 2019.

PIANI, L.; *et al.* Empirical evaluation of vocation to solidarity economy using composite indicators. **Sustainability MDPI**, 2019.

PINHEIRO, M. A H. **Cooperativa de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6° ed. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, D. B.; PALHARES, V. M. A. **O cooperativismo ode crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. Gráfica Coronário: Brasília, 2010.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1944.

PONTARA, A. Educação financeira como proposta fundamental para a melhoria do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. **Anais Sintagro**. Ourinhos-SP, V. 11, n 1, p. 189-197, out 2019

RAFAGNIM, L. Revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná: uma vitória do povo. **Brasil de Fato**. Out 2017.

RAMME, F. **Mesorregião geográfica Sudoeste Paranaense**. Disponível em <<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/fernandoramme/mapas/sudoeste>> acesso em 21 nov. 2021

RAYMOND. A. **As etapas do pensamento sociológico**. 5° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RICCIARDI, L; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTR, 2000.

RICHARDSON, D. **PEARLS monitoring sustem**. World Council of Credit Unions. Madison: Wisconsin, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3° ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, J. F.; LOPES, A. L. M. Obstáculos e desafios da prática da intercooperação na percepção dos gestores de uma cooperativa de crédito de livre

admissão em Arcos – Minas Gerais. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. v. 7, n 14. Jul/dez, 2020

ROTTA, M.; BONETI, L. W.. Educação do campo: a contribuição política e educativa da associação de estudos, orientações e assistência rural – ASSESOAR. **HISTEDBR on-line**. N° 58, p. 276-290, set 2014. Campinas, 2014.

ROY, A. L.; OTTAVIANI, F. Du capital social à la soutenabilité sociale: enseignements d'une démarche locale de construction d'indicateurs de bien-être soutenable. Vol. 7. N° 2. Jul 2016. **Open Edition Journals**. 2016.

SABOURIN, E. A reciprocidade e os valores éticos da solidariedade econômica. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 29 maio 2007 e 1 de junho. UFPE: Recife, 2007.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23 n. 66 São Paulo, 2008.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. Ano 13, n° 27, p. 24-51, maio/ago. Porto Alegre, 2011.

SANDOVAL, G. Solidariedade civil, cambiaria e empresarial. In: ALVES, Alexandre Ferreira de Assunção; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da (Coords.). **Temas de Direito Civil - Empresarial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SCHRAM, S. **The return of ordinary capitalism: neoliberalism, precarity, occupy**. New York: Oxford University Press, 2015.

SCHRÖDER, M. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – o sistema Cresol (1995 – 2003)**. 2005. 215 f. Tese (doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia da Unicamp. UNICAMP: Campinas, 2005

SCHRÖDER, M. **O cooperativismo de crédito rural em Santa Catarina: possibilidade e limites de uma alternativa para a agricultura familiar**. 1998. 137f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, 1998.

SEVERO. R. G. Sociologia do conhecimento e o método documentário: instrumento qualitativo par análise sociológica. **Revista de Ciências Sociais**. V. 48, n° 1, p. 304-317, jan/jul. Fortaleza, 2017.

SICREDI. **Cooperativismo de crédito: a gente acredita que juntos faremos a diferença**. Disponível em <<https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/cooperativismo/>>. Acesso em 20 nov 2020.

SOUZA, E. G. V. **Cooperativismo de crédito no Brasil: globalização, estado e cidadania**. Curitiba: Juruá, 2008.

SOUZA, G. de S. **O trabalho social da ASSESOAR nos anos de 1970**. 2020. Disponível em <<https://assesoar.org.br/o-trabalho-social-da-assesoar-nos-anos-de-1970/>> acesso em 21 ago 21.

TASCA, J. E., *et al.* An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**. Vol 34 N° 7, pg 631 – 655. 2010.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. V 15, n 106, p. 179-201, jan./jun. Florianópolis, 2014.

TAVARES, B. A pesquisa social reconstrutiva no Brasil e o método documentário. **Resenhas Soc. Estado**. N° 36 jan-abr 2021.

TAVARES, B. **Na quebrada, a parceria é mais forte – juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília UnB. 323 p. Brasília: 2009.

TELLES, L. B.; MACEDO, L. M.; BITTENCOURT, J. V. M.. Brazilian solidarity economy rural organizations: validating performance evaluation criteria based on decision makers' perception. **Sustainability MDPI**: 2017.

THOMÉ, A. Cresol lança sua nova marca. **Revista Cresol**. Ano 3. Dez. 2015. Francisco Beltrão, 2015.

VAN DER BRUG, C. **Terra, luta e lar: biografia de Ademir Dallazen e o nascimento do sistema Cresol**. Curitiba: InVerso, 2015.

VASCO, A. P. D.; CORONA, H. M. P. **Sistema de crédito rural solidário Cresol: autogestão e sustentabilidade**. V Encontro Nacional ANPPAS. Out / 2010. Florianópolis, 2010.

VIANA, C. L.; VACCARO, G. L. R.; VENZKE, C. S. Sustentabilidade e os diferenciais cooperativos: um estudo em um sistema cooperativo de crédito. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC**. V. 5. N° 9. Jan/Jun 2018. Santa Maria, 2018.

VIERKANT, A. **Wörterbuch der Soziologie: Solidarität**. Frankfurt, 1972

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2° ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANCO, A. M.; ALVES, A. F. Cooperativismo solidário: um instrumento de desenvolvimento com inclusão social. In: **Ciências agrárias: ensino, cooperativismo, segurança alimentar e sucessão na agricultura**. P 85-108. Marechal Candido Rondon, 2019.

ZIGER, V. Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados. In. **Ensaio sobre o cooperativismo Solidário**. P. 19 – 26. Londrina: Midiograf, 2010.

ZOLL, R. **O que é solidariedade hoje?** Editora Unijui: Ijuí, 2007.

WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. **Sociologias**. V. 7, n. 13, p 260-300, jan/jun Porto Alegre, 2005.

WELLER, W; OTTE, J. Análise de narrativas segundo o método documentário: exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Revista de Ciências Sociais**. V. 14, nº 02. p. 325-340. Brasília, 2014.

WELLER, W., *et al.* Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e estado**. V. XVIII, n 2, p. 375-396, jun/dez. Brasília, 2002.

ANEXOS

ANEXO 01: símbolos para transcrição do método documentário

Símbolos para transcrição do método documentário

SÍMBOLOS DE TRANSCRIÇÃO

Y: Abreviação para entrevistador (quando realizada por mais de um entrevistador, utiliza-se Y1 e Y2);

Am/Bf: Abreviação para entrevistado/entrevistada. Utiliza-se “m” para entrevistados do sexo masculino e “f” para pessoas do sexo feminino. Numa discussão de grupo com duas mulheres e dois homens, por exemplo, utiliza-se: Af, Bf, Cm, Dm e dá-se um nome fictício ao grupo. Essa codificação será mantida em todos os levantamentos subsequentes com as mesmas pessoas. Na realização de uma entrevista narrativo-biográfica com um integrante do grupo entrevistado anteriormente, costuma-se utilizar um nome fictício que inicie com a letra que a pessoa recebeu na codificação anterior (por ex.: Cm, Carlos);

?m ou ?f: Utiliza-se quando não houve possibilidade de identificar a pessoa que falou (acontece algumas vezes em discussões de grupo quando mais pessoas falam ao mesmo tempo);

(.) Pausa inferior a um segundo;

(2) O número entre parênteses expressa o tempo de duração de uma pausa (em segundos);

□ Utilizado para marcar colocações iniciadas antes da conclusão da fala de outra pessoa ou que iniciaram em seguida;

; Leve diminuição da entonação da voz;

. Forte diminuição da entonação da voz;

, Leve aumento da entonação da voz;

? Forte aumento da entonação da voz;

exem- Palavra foi pronunciada pela metade;

exe:::mplo Pronúncia da palavra foi esticada (a quantidade de ::: **equivale** ao tempo da pronúncia);

assim=assim Palavras pronunciadas de forma emendada;

exemplo Palavra pronunciada enfaticamente;

°**exemplo**° Palavras ou frase pronunciada em voz baixa;

exemplo Palavras ou frase pronunciada em voz alta;

(**example**) Palavras cuja compreensão não está totalmente clara são co-locadas entre parênteses;

() Parênteses vazios expressam a omissão de uma palavra ou frase que não foi compreendida (o tamanho do espaço vazio entre **parênteses** varia de acordo com o tamanho da palavra ou frase);

@**exemplo**@ Palavras ou frases pronunciadas entre risos;

@(2)@ Número entre sinais de arroba expressa a duração dos risos;

((bocejo)) Expressões não-verbais ou comentários sobre acontecimentos externos, por exemplo: ((pessoa acende cigarro)), ((pessoa entra na sala e a entrevista é brevemente interrompida));

//hm// Utilizado apenas na transcrição de entrevistas narrativo-biográficas para indicar sinais de feedback (“**ah**”, “**oh**”, “**mh**”) ou risos do entrevistador (**/(@(2)@/**). Na transcrição das entrevistas de grupo esses destacados numa linha nova.

ANEXO 2: Análise de similaridade de texto / plágio

10/02/2022 13:39

Resultado da análise

Resultado da análise

Estadísticas

Suspeitas na Internet: 9,46%

Percentual do texto com expressões localizadas na internet [Δ](#).

Suspeitas confirmadas: 7,7%

Percentual do texto onde foi possível verificar a existência de trechos iguais nos endereços encontrados [Δ](#).

Texto analisado: 88,55%

Percentual do texto efetivamente analisado (imagens, frases curtas, caracteres especiais, texto quebrado não são analisados).

Sucesso da análise: 99,82%

Percentual das pesquisas com sucesso, indica a qualidade da análise, quanto maior, melhor.

Endereços mais relevantes encontrados:

Endereço (URL)	Ocorrências	Semelhança
https://library.org/document/q762vgvy-estudo-cooperativismo-credito-brasil-doi-http-ruwrd.html	77	6,67 %
https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/1351/378/0	76	10,3 %
https://www.redalyc.org/pdf/174/17452685005.pdf	57	2,15 %
https://www.laplane.fe.unicamp.br/dissertacoes-de-mestrado	45	1,76 %
https://www.researchgate.net/publication/307851377_A_repercussao_da_sociologia_do_conhecimento_de_Karl_Mannheim_no_Brasil_uma_analise_da_presenca_do_autor_no_pais_e_nos_estudos_de_administracao_doi_1021529RECADM2015014	39	6,92 %
https://midas.unioeste.br/sgeveventos/conref	36	0,71 %

Texto analisado

[Unioeste Universidade estadual do oeste do paraná](#)
[Campus de marechal cândido Rondon - PR](#)
[Centro de ciências agrárias - CCA](#)
[ps-graduao em desenvolvimento rural sustentável](#)
[Mestrado e doutorado](#)

[carlos laercio wrasse](#)

[transformao e adaptao do conceito de solidariedade no cooperativismo de crédito rural](#)

[tese de doutorado](#)

[marechal candido rondon](#)
[2022](#)

[carlos laercio wrasse](#)

[transformao e adaptao do conceito de solidariedade no cooperativismo de crédito rural](#)

[Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduao em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para obteno do título de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável](#)

[Linha de pesquisa: Inovaes Sócio Tecnológicas e Ao Extensionista](#)

ANEXO 3: Transcrição entrevista – método documentário

Entrevista narrativa-bibliográfica 06

Entrevistado: Gm	Data: 22 de julho de 2021
Local: Cresol Baser	Entrevistador: Carlos Laércio Wrasse
Transcrição: Carlos	Duração: 50m58s

- 1 Y: Como se deu a criação da Cooperativa de Crédito Rural com Interação
2 Solidária – Cresol? Como a solidariedade esteve presente neste
3 processo?
- 4 Gm: a gente começou a Cresol lá no ano de noventa e::::: () ela já é fruto (.) o
5 pessoal deve ter comentado contigo que era fruto de um fundo rotativo
6 que iniciou em oitenta e nove aquela caminhada (.) era um recurso de
7 cooperação internacional que trabalhava com (.) é::: base de troca de
8 sacas e milho e tal tudo isso //né// então foi aí que originou a=a (3) o
9 primeiro interesse em=em criar um=um banco da agricultura vamos
10 assim dizer //né// na época //né// que pudesse gestionar finanças //né//
11 (.) aí no ano de noventa e quatro (.) é::: juntando aqui as entidades //né//
12 que tinha um fundo rotativo tinha todas as entidades populares aqui
13 //né// além de sindicatos (.) associações (.) MST (.) CRAB (.) CONCRAB
14 (.) enfim muito:: o social ~~tava~~ bem pujante na época //né// é::: que era
15 quem a gente chamava esse fundo rotativo e aí houve uma=uma opção
16 de buscar uma alternativa pra=pra ampliar esse fundo rotativo (3) essa
17 busca de alternativa ela causou=causou algumas rupturas iniciais do
18 ponto de vista:: (2) mexer com o econômico tentando manter o social (.)
19 porque:: ainda era ainda era cultura de:: o social precisa prevalecer e o
20 econômico era secundário (.) então quando surge esse=esse novo
21 movimento que surge a ideia das cooperativas de crédito (.) primeiro era
22 a associação e cooperativa de crédito (.) então a gente fez debates
23 assim (.) até fiz comparativo associação e cooperativa de crédito (2)
24 quem ti- quem tinha uma visão assim:: mais social mais essencialista
25 defendia a associação (.) quem tinha uma visão assim:: um pouco mais
26 empreendedora de cooperativismo de finanças (.) vinha na cooperativa
27 de crédito (2) aí opta=opta lá por=por criar as cooperativas de crédito
28 //né// então noventa e cinco (.) ~~cê~~ vai visitar os estudos vai visitar